



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Geografia – GEA
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia
Área de Concentração: Gestão ambiental e territorial

**Expansão urbana, nucleações e a formação de centralidades no Distrito
Federal: o caso do Gama**

Aluna: Dulciene da Costa Frazão
Matrícula: 2007/56121
Orientadora: Lúcia Cony Faria Cidade

Brasília, julho de 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Geografia - GEA
Programa de Pós-Graduação em Geografia do GEA/UnB
Curso de Mestrado em Geografia

**EXPANSÃO URBANA, NUCLEAÇÕES E A FORMAÇÃO DE CENTRALIDADES
NO DISTRITO FEDERAL: O CASO DO GAMA**

Dulciene da Costa Frazão

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de pós-graduação do GEA/UnB do Curso de mestrado em Geografia da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, sob orientação da Professora Lúcia Cony Faria Cidade.
Aprovado por:

Professora Doutora Lúcia Cony Faria Cidade (orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UnB

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (examinador externo)
União Pioneira de Integração Social (UPIS), IPEA

Prof. Dr. Sérgio Ulisses Silva Jatobá (examinador externo)
Centro de Desenvolvimento Sustentável/ UnB, GDF, IPEA

Nelba Azevedo Penna (Suplente)
Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UnB

Brasília, Julho de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA

Frazão, Dulciene da Costa. Expansão urbana, nucleações e a formação de centralidades no Distrito Federal: o caso do Gama. 144 p., 190mm. Brasília, UnB, 2009.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curso de mestrado em Geografia, UnB, 2009.

1. Expansão urbana
 2. Centralidade
 3. Gama / DF
 4. Nucleação
-

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Dulciene da Costa Frazão

TÍTULO: Expansão urbana, nucleações e a formação de centralidades no Distrito Federal: o caso do Gama

GRAU: Mestre

ANO: 2009

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias dessa dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito da autora.

DULCIENE DA COSTA FRAZÃO

Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. ICC Ala Norte, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

dulcienefraza@hotmail.com

Todas as noites sem dormir,
Todas as angústias e apreensões,
São ínfimos perto do que fez por mim.
Tudo o que essa dissertação representa dedico à ela.
À minha mãe, Josefa,
Meu exemplo de vida,
Razão de tudo o que sou.

AGRADECIMENTOS

Ao amor, à esperança, à dedicação, ao zelo, ao respeito, à inspiração, à perfeição, à compreensão, à bondade, à superação, ao Universo e a tudo o mais que as pessoas chamam de Deus e que eu encontrei em quem estive ao meu lado durante a elaboração dessa dissertação:

À Lúcia Cony, que torna todo o seu conhecimento acadêmico sabiamente mais profícuo ao uni-lo às suas melhores características pessoais, das quais eu destacaria o respeito e a dedicação. Com certeza foi a peça chave durante o mestrado.

À minha mãe, Josefa, e à minha irmã, Luciene, por seu amor incomensurável, por sua atenção irrestrita e por seu apoio incondicional;

À minha família tão maravilhosamente torta e que são parte de mim e da minha estória. Além de torcerem, acompanharam os altos e baixos dessa pesquisa.

Ao Fernando Sobrinho, por me motivar e me auxiliar na graduação e depois dela. Pelo apoio generoso e gratuito desde o momento em que decidi fazer o processo seletivo do mestrado e pelas considerações valiosas para o projeto na banca de qualificação.

Aos meus professores da graduação no curso de Estudos Sociais na UPIS, em especial ao João Mendes pela orientação valiosa durante a monografia. Um ambiente e pessoas que não só deixaram marcas, como também proporcionaram muitas mudanças na minha vida.

Ao Sérgio Jatobá, pelas preciosas colaborações na banca de qualificação, pela sua disponibilidade e pela atenção desde o primeiro contato.

À Isabel Cristina, aluna de Metodologia da Ciência em Geografia, pela ajuda cordial em um momento nevrálgico, ao baixar as imagens de satélite.

À Rosângela, da Coordenação Geral de Estatística do Trabalho – SPPE – no Ministério do Trabalho e Emprego, pelos dados disponibilizados.

Ao Sérgio Magno, companheiro de mestrado, pelo precioso socorro com os cálculos.

Ao Marriel Brito, pelo companheirismo e atenção irrestritos na fase mais crítica do mestrado, por me ouvir quando eu não tinha outro assunto a não ser a dissertação e pelo apoio técnico.

Ao meu irmão, Carlos Frazão, motivo primeiro da minha decisão pela vida acadêmico, pelo crédito, pelo carinho e pela presença marcante na minha vida.

Ao meu cunhado, Alexandre de Pina, pelo apoio técnico, mas, principalmente, pela confiança que depositou em mim em vários momentos, como ao me oferecer o Treinamento em Competências Interpessoais na Dale Carnegie, que me ajudou nessa dissertação.

Ao Jorge e ao Marcelo da Secretaria da Pós-Graduação em Geografia da UnB, por todo apoio durante o Mestrado;

A todos os empecilhos e a todos que de certa forma torceram contra ou que me julgaram equivocadamente, por me mostrarem que eu posso sempre me aprimorar. Afinal, me mostraram a maior capacidade do ser humano: a de poder fazer sempre o seu melhor.

A todos, o meu mais sincero agradecimento e reconhecimento pelo apoio.

Restam outros sistemas fora
Do solar a colonizar
Ao acabarem todos,
Só resta o homem
(estará equipado?)
A difícilima, dangerosíssima viagem
De si a si mesmo
Pôr um pé no chão
Do seu coração
Experimental,
Colonizar,
Civilizar,
Humanizar,
O homem
Descobrimdo em suas inexploradas entranhas
A perene, insuspeitada alegria
De conviver.
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A simbologia envolvida no projeto de implantação da Região Administrativa de Brasília nem sempre permite a observação do crescimento do Distrito Federal de forma integrada e isso faz com que a percepção da sua estrutura espacial urbana seja dificultada. A abordagem da estruturação do espaço urbano enquanto resultado de processos espaciais permite compreender melhor um espaço em constante transição e transformação, seja pelos condicionantes econômicos, espaciais, históricos ou ideológicos.

A presente pesquisa se propõe a analisar a expansão urbana, as nucleações e a formação de centralidades no Distrito Federal, com foco na Região Administrativa do Gama. Essa análise é iniciada com uma abordagem teórica sobre a estruturação urbana, com um debate a respeito do espaço urbano, dos processos espaciais, de centro urbano e da identificação de centralidades. Em seguida é realizada uma contextualização a respeito do Distrito Federal, partindo do projeto de implantação de Brasília, passando pela sua consolidação e chegando ao estágio de expansão urbana, no qual as Regiões Administrativas como o Gama tendem a se desenvolver. A próxima etapa foi verificar o fortalecimento das atividades econômicas no Gama, remetendo-se à sua implantação e consolidação para compreender como se deu primeiramente a concentração de população nesse local.

Para isso, parte-se do pressuposto que para haver centralidade é necessário mais do que concentração de habitantes ou mesmo de atividades. A especialização funcional identificaria melhor uma centralidade. Dessa forma, a análise dessa pesquisa pretendeu identificar em que medida a RA Gama possui essa característica. Procura analisar as relações entre o processo de expansão urbana e a formação de centralidades no Distrito Federal, com particular atenção à RA Gama. Dessa forma, foi possível perceber que essa Região Administrativa tornou-se uma nucleação, no entanto, não pode ser considerado uma centralidade no DF, já que não possui especialização funcional.

ABSTRACT

The symbolism involved in the deployment project of RA Brasília not always allows an observation of the growth of the Federal District in an integrated manner and it makes not seeing the urban spatial structure. The approach of structuring the urban space as a result of spatial processes makes better understand an area in constant transition and transformation, even by economic, spatial, historical or ideological conditions.

This research aims to analyze the urban expansion, the nuclei and the formation of centralities in the Federal District, with focus on Gama. This analysis begins with a theoretical approach on the urban structure, with a debate about the urban space, the spatial processes of urban center and the identification of centralities. Then a frame is performed on the Federal District, on the deployment project of Brasilia, through its consolidation and getting to the stage of urban expansion, in which the administrative regions like Gama tend to develop. The next step is to check the strengthening of economic activities in the area, referring to the take-up and consolidation to understand how the concentration of population was first there.

For this, we believe that to be central rather it is necessary more than concentration of people or activities. The functional specialization identifies better the centralities. Thus, the analysis of this research sought to identify the extent to which Gama has this feature. It examines the relationship between the process of urban expansion and the formation of centralities in the Federal District, with particular attention to Gama. Thus, it was possible to see that this city has become a nucleation, however, it can not be considered a centrality in the DF, since there isn't functional specialization.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE QUADROS	XII
LISTA DE FIGURAS	XIII
LISTA DE MAPAS E FOTOS.....	XIV
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Considerações iniciais	1
1.2 Aspectos metodológicos.....	4
2 A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ABORDAGENS TEÓRICAS	8
2.1 As abordagens sobre o espaço urbano.....	8
2.2 A expansão urbana e a concentração.....	14
2.2.1 Teorias sobre a expansão urbana.....	18
2.3 O centro e o processo de centralização.....	20
2.3.1 A visão sociológica e simbólica de centro urbano	21
2.3.2 O centro como elemento da estrutura espacial urbana	24
2.3.3 O centro e os processos de organização espacial	26
2.5 Tópicos conclusivos	33
3 A EXPANSÃO URBANA E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL.....	37
3.1 Antecedentes: socioeconomia e organização territorial da região da capital	37
3.1.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização territorial	37
3.1.2 Ações de planejamento e de gestão	38
3.1.3 Aspectos produtivos e a formação de centralidade	39
3.2 Socioeconomia e organização espacial do Distrito Federal nas Fases de Implementação e Consolidação	40
3.2.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização espacial	40
3.2.2 Ações de planejamento e de gestão	42
3.2.3 Diversidade produtiva e a formação de centralidades	46
3.3 Socioeconomia e organização espacial do Distrito Federal na Fase de Expansão	48
3.3.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização espacial	48
3.3.2 Ações de planejamento e de gestão	52
3.3.3 Diversidade produtiva e a formação de centralidades	56
3.4 Tópicos conclusivos	58

4 A EXPANSÃO URBANA E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO GAMA.....	59
4.1 Socioeconomia e organização espacial do Gama nas Fases de Implementação e Consolidação.....	59
4.1.1 Aspectos socioeconômicos e organização espacial.....	59
4.1.2 Ações de planejamento e de gestão.....	61
4.1.3 Diversidade produtiva e a organização espacial urbana.....	62
4.2 Socioeconomia e organização espacial do Gama na Fase de Expansão.....	65
4.2.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização espacial do Gama na Fase de expansão.....	66
4.2.2 Ações de planejamento e de gestão.....	74
4.2.3 Diversidade produtiva e a organização espacial urbana no Gama.....	76
4.3 Tópicos conclusivos.....	84
5 O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO FUNCIONAL NO GAMA.....	87
5.1 Procedimentos de pesquisa.....	87
5.2 A evolução da atividade econômica do Distrito Federal na identificação das centralidades.....	90
5.3 A preponderância do centro principal e a possível emergência de novas centralidades e nucleações.....	95
5.4 Atividades econômicas no Gama do ponto de vista da dinâmica interna.....	106
5.5 Tópicos conclusivos.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
8 ANEXOS.....	123
Anexo 1: Número de empregos por RA por subsetor - 2003.....	124
Anexo 2: Número de empregos por RA por subsetor - 2005.....	125
Anexo 3: Número de empregos por RA por subsetor - 2007.....	126
Anexo 4: Quociente de localização das RAs por subsetor - 2003.....	127
Anexo 5: Quociente de localização das RAs por subsetor - 2005.....	128
Anexo 6: Quociente de localização das RAs por subsetor - 2007.....	129
Anexo 7: Mapa do ordenamento territorial do Gama.....	130
Anexo 8: Mapa com os setores do Gama.....	131
Anexo 9: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2001... ..	132
Anexo 10: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2003..	134
Anexo 11: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2005..	136
Anexo 12: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2007..	138
Anexo 13: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2008..	140
Anexo 14: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - abril de 2009.....	142
Anexo 15: Renda Domiciliar Mensal por Região Administrativa - 2004.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características do espaço segundo o foco dos autores citados	14
Quadro 2: Síntese das metodologias nacionais e internacionais de identificação de subcentros e de centralidades	32
Quadro 3: população total e taxa média geométrica do crescimento anual segundo as localidades – 1996/2000.....	49
Quadro 4: Consumo de energia, por classe e localidades (em MWh) – 1981/1984.....	63
Quadro 5 - População Urbana Residente por Faixa Etária - Gama - 2004	67
Quadro 6 - População segundo o tempo de moradia no Distrito Federal - Gama - 2004	68
Quadro 7: Naturalidade da população do Gama.....	68
Quadro 8 - População Urbana Residente, com 10 Anos e mais de Idade por Atividade Principal Remunerada, segundo os Setores - Gama - 2004	69
Quadro 9: Consumo de energia elétrica por classes no Gama	70
Quadro 10: Número de unidades de consumo atendidas pelo sistema de Abastecimento de água, por categorias	70
Quadro 11: Distribuição dos domicílios segundo algumas características de serviços de infra-estrutura urbana - Gama - 2004.....	71
Quadro 12: Distribuição dos domicílios, segundo a condição de posse de veículos.....	73
Quadro 13: Grau de Instrução segundo os Níveis de Escolaridade.....	73
Quadro 14: Distribuição das famílias por classe de renda	74
Quadro 15: População Residente, por setor de Atividade Remunerada	74
Quadro 16: preço do imóvel por m2 nos setores do Gama	77
Quadro 17: percentual de valorização dos imóveis no Gama	78
Quadro 18: Consumo de energia por classes e por localidade entre 1996-2000	92
Quadro 19: Evolução do saldo de emprego por subsetor de atividade econômica no DF – 2001 a 2009	92

Quadro 20: Estoque de empregos, por Região Administrativa - Distrito Federal – 1999 ...	95
Quadro 21: Quociente de localização de empregos no Subsetor A nas RAs (2003-2007)..	97
Quadro 22: Quociente de localização de empregos no Subsetor B nas RAs (2003-2007 ...	99
Quadro 23: Quociente de localização de empregos no Subsetor C nas RAs (2003-2007)	100
Quadro 24: Quociente de localização de empregos no Subsetor D nas RAs (2003-2007)	102
Quadro 25: Quociente de localização de empregos no Subsetor E nas RAs (2003-2007 .	103
Quadro 26: Quociente de localização de empregos no Subsetor F nas RAs (2003-2007)	104
Quadro 27: Regiões administrativas com maiores quocientes de localização de emprego em relação ao DF no período 2003-2007.....	106
Quadro 28: Evolução do Quociente de Localização de emprego do Gama por período e por Subsetores com relação ao DF.....	108

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de satélite da mancha urbana do Distrito Federal em 1976	45
Figura 2: Imagem de satélite com a mancha urbana do Distrito Federal em 2000	51
Figura 3: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal – três linhas mais integradas do sistema (1960).....	54
Figura 4: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1970).....	54
Figura 5: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1980).....	54
Figura 6: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1990).....	55
Figura 7: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1998).....	55
Figura 8: Imagem de satélite da mancha urbana do Distrito Federal em 2009	58
Figura 9: Contribuição percentual da população do Distrito Federal – 1960/1998.....	94

LISTA DE MAPAS E FOTOS

Mapa 1: O mapa do Gama - 1990.....	61
Mapa 2: Hierarquia viária do Gama.....	72
Foto 1: o setor industrial do Gama.....	79
Foto 2: Setor Central do Gama – movimentação e serviços	82
Foto 3: Setor Central do Gama – edifícios residenciais e <i>shopping</i>	83
Foto 4: Estádio Bezerrão	84

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

O processo de expansão do sistema capitalista vem ocorrendo de forma impactante no desenvolvimento dos países, em particular dos chamados periféricos. Assim, áreas urbanas e metropolitanas são marcadas por uma dinâmica voltada para a acumulação e para a lucratividade em larga escala. Arcabouço para o circuito produtivo, a organização territorial das cidades e suas redes, ao abrigar áreas de atividades econômicas, sociais e políticas e, ainda, assentamentos populacionais, tende também a refletir essa dinâmica. Um dos aspectos é a formação de centros, núcleos de grande acessibilidade nos quais se localiza elevada proporção de estabelecimentos e equipamentos de uma área urbana. No Brasil, as principais regiões metropolitanas passaram por processos de formação e crescimento de seus centros, seguidos, ao longo do tempo, pela constituição de subcentros complementares de comércio e serviços. No Distrito Federal, a Região Administrativa de Brasília foi estabelecida pelo planejamento inicial como o centro da nova capital. Ao longo do tempo, ele tem se caracterizado como um centro de elevada predominância na malha urbana e metropolitana, desenvolvendo-se, aos poucos, outros núcleos de concentração de atividades. Dentre eles está o Gama, que dá suporte para as atividades e para a população do entorno do DF. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar as relações entre o processo de expansão urbana e a formação de centralidades no Distrito Federal, com particular atenção à Região Administrativa do Gama.

No Brasil, a acumulação capitalista possibilitou grandes transformações sociais, em especial na segunda metade do século XX, quando houve um crescimento da industrialização e mecanização na agricultura no país. Esses processos foram acompanhados de extensos movimentos migratórios que passaram a conformar crescentes proporções de populações urbanas. Essa dinâmica se expressou no crescimento das cidades, enquanto a intensificação de atividades econômicas refletiu-se no fortalecimento de áreas de comércio e serviços, em particular, os centros urbanos. O que se pode constatar com esse processo é que atividades

econômicas tendem a se reunir numa área central e que, dicotômica e simultaneamente, percebe-se o crescimento das cidades.

Essa tendência é percebida também no Distrito Federal, embora a produção do seu espaço urbano ter sido concretizada de maneira peculiar. A construção da nova capital obedeceu a um projeto modernista que apresentou, entre suas principais características, a definição de um centro urbano, RA Brasília, estruturada em dois eixos viários. Ao longo dos quais se concentrariam as atividades residenciais, comerciais e administrativas da nova capital. Com o crescimento do número de migrantes e com a área residencial sendo destinada para os funcionários públicos, ao longo da própria fase de construção, a utopia racionalista e modernista desse projeto se deparou com o estabelecimento de cidades satélites para abrigar esses migrantes pobres. Assim, esse centro pré-estabelecido tornou-se o centro de uma ocupação urbana polinucleada. Ao mesmo tempo em que a RA Brasília concentrava atividades políticas e econômicas e populações de alta renda, combinação que se refletia também em uma concentração de empregos, as cidades satélites abrigavam parcelas cada vez maiores de população e se caracterizavam como cidades-dormitórios, meros assentamentos de trabalhadores da nova capital federal. Nas cidades brasileiras em geral a densidade demográfica diminuía do centro para os bairros, como era previsto nesse projeto, e na capital federal, enquanto a RA Brasília permaneceu com inúmeros vazios, o número de habitantes, tornou-se maior nas outras Regiões Administrativas.

Com o tempo, essas cidades receberam serviços públicos, embora insuficientes na maioria delas, e um contingente maior de habitantes. Nos últimos anos, o que se percebe como alguns dos resultados desse processo são taxas de desemprego e subemprego elevadas, dependência do setor terciário, parcelamentos irregulares de terras, ampliação da malha periférica e uma gestão do território que contribui para enfatizar as desigualdades entre centro e periferia. Com o continuado crescimento econômico e demográfico, acompanhado da expansão da malha

ocupada, alguns núcleos parecem se caracterizar como nucleações em expansão. Além do conhecido centro alternativo de Taguatinga-Ceilândia-Samambaia, parecem estar emergindo Sobradinho, SIA-Guará e o Gama. Este último reúne também o papel de apoiar atividades de cidades do chamado Entorno do Distrito Federal, chegando a ser conhecido como “capital do Entorno”.

Diante do modelo dicotômico do Distrito Federal, baseado em uma urbanização centro-periferia mas moldado por uma estrutura urbana fragmentada e dispersa, e da escassez de moradia para a classe operária, a Região Administrativa do Gama surgiu com a intenção de servir de assentamento para os trabalhadores da nova capital. No entanto, com o processo de centralização na RA Brasília, aliado às intensas migrações e às ações de gestão do território, a cidade tem crescido e se desenvolvido de forma expressiva.

Percebe-se um incremento nos aspectos sociais, econômicos e espaciais. O perfil social e econômico da população está avançando, seja no que se refere à renda ou ao grau de instrução, por exemplo. Os imóveis estão sofrendo uma valorização, diversos edifícios residenciais estão sendo construídos em setores específicos da cidade, aliado ao aumento do gabarito, que era de seis andares e agora são de até doze andares. As atividades econômicas estão sendo intensificadas com o surgimento de várias lojas reconhecidas regional e até nacionalmente, que atendem inclusive à demanda das cidades vizinhas, e com a disponibilização de novos serviços e equipamentos, como o Estádio Bezerrão, construído em 2008 e cujo complexo esportivo está entre os mais modernos da América Latina. Vale ressaltar que boa parte dessas transformações estão em conformidade com a disposição do PDOT 2007 que demarca a cidade como área de expansão urbana prioritária. Em contrapartida, os efeitos vão desde a intensa atuação do capital imobiliário à expulsão da parcela da população para áreas menos valorizadas ou até irregulares, como para o Entorno do Distrito Federal ou para o loteamento do Setor de Mansões do Gama.

Em poucas palavras, a cidade que nasceu para abrigar os operários, para ser um dormitório, tem se desenvolvido à sombra da forte centralização da RA Brasília o que está lhe proporcionando uma expansão urbana. O que era um aglomerado de habitantes, está se transformando e pode ser uma nova nucleação do Distrito Federal.

A discussão acima conduz a indagações que deverão servir de rumo para as análises a serem desenvolvidas. Para isso, a dissertação proposta buscará subsídios para responder às seguintes questões de pesquisa:

- a) Qual o papel da dinâmica sociopolítica e espacial no processo de centralização no Distrito Federal?
- b) Qual o papel da expansão urbana na nucleação de atividades no Gama? e
- c) Qual o papel do Gama na formação de novas centralidades no Distrito Federal?

Nessa perspectiva, o principal objetivo deste trabalho é analisar como está ocorrendo a expansão urbana do Distrito Federal e como esse processo estimula a centralização de atividades econômicas e a formação de novas nucleações, enfocando o caso da Região Administrativa do Gama.

Os objetivos específicos do trabalho são: verificar o papel da dinâmica sociopolítica e espacial na dinâmica de centralização no Distrito Federal; explorar o papel da expansão urbana na nucleação de atividades no Gama; e examinar o papel do Gama na formação de novas centralidades do DF.

1.2 Aspectos metodológicos

A organização da dissertação parte do pressuposto de que o espaço urbano é o ambiente no qual se expressam os processos espaciais, econômicos, políticos e ideológicos, ou seja, as características da sociedade. Premissa que exige a utilização de uma perspectiva crítica, ao passo que trata de processos nos contextos social, econômico e político e que exige um posicionamento

argumentativo. Dessa forma, o delineamento da pesquisa se dá com uma aproximação progressiva do objeto em consonância com as questões de pesquisa. A análise dos períodos mais distantes aborda temas mais gerais, enquanto que a dos períodos mais recentes trata de temas mais específicos.

O período a ser abordado para a análise dessa dinâmica começará com a implementação da RA Brasília, em 1956, e se estenderá pela consolidação e pela expansão, que ainda acontece. A área a ser abordada na pesquisa é o Distrito Federal, formado pelo centro – RA Brasília – e pelas demais Regiões Administrativas.

A partir da formulação (e as reformulações) da pergunta de partida, cuja base se deu nos critérios de clareza, de exeqüibilidade e de pertinência elencados por Quivy & Campenhoudt (1992, p. 31-42), foi realizada uma delimitação do arcabouço teórico como referência para o estudo. Os temas foram escolhidos de acordo com a sua relação com a pergunta de partida, incluindo uma definição dos conceitos básicos e suas relações, e deu origem ao Capítulo 1. As obras consultadas foram selecionadas e comparadas para atender à pergunta de partida e para delinear as questões de pesquisa, de modo que a estruturação do espaço urbano, junto com o conceito de espaço urbano, de expansão urbana e de processo de centralização foram abordados de forma a embasar teoricamente e de guiar os capítulos posteriores.

A título de organização dos procedimentos e da leitura da pesquisa, a delimitação das questões de pesquisa foi organizada com vistas à elaboração dos capítulos. Assim, cada pergunta foi respondida com um capítulo. De forma geral, a primeira pergunta, que relaciona a dinâmica socioeconômica e política com a dinâmica de centralização no Distrito Federal, dedicou-se a compor o Capítulo 2 e foi respondido com base em uma pesquisa bibliográfica, com ênfase no plano que deu origem à RA Brasília. Esse levantamento permitiu verificar como foi o processo de criação e de desenvolvimento da RA Brasília – os antecedentes, o

contexto histórico, as políticas públicas e territoriais, os aspectos socioeconômicos gerais, a organização espacial e os efeitos na diversidade produtiva e na formação de centralidades no Distrito Federal.

A segunda pergunta, que relaciona a dinâmica socioeconômica, as políticas públicas e a configuração urbana do Gama, irá compor o Capítulo 3. O levantamento bibliográfico e a análise de dados secundários referentes ao contexto social, econômico e político da cidade permitiram uma melhor compreensão da estrutura de uma das novas nucleações criadas com a expansão urbana do DF – o Gama. Essa análise de dados secundários foi realizada com uma investigação documental em diferentes instituições para a formação da base de informações do estudo. Foram feitas visitas à Administração Regional do Gama, onde foram adquiridos o Plano Diretor Local (PDL) junto com os mapas de referência e os dados sobre os aspectos socioeconômicos do Gama de pouco depois da sua implantação (abastecimento de água e consumo de energia em 1983, circulação de mercadorias entre 1979 e 1983, etc.), e ao site da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan). Após esse levantamento de dados, foi feita a digitalização (organização, manipulação e composição gráfica das informações obtidas) e a análise desses dados. Além disso, se apoiou também em pesquisa de campo para verificar a dinâmica da organização do espaço em estudo e suas perspectivas.

O Capítulo 4 foi estruturado com vistas a analisar o papel do Gama enquanto concentrador de atividades e seu papel perante o Distrito Federal, respondendo à terceira pergunta, que trata de compreender o papel do Gama na formação de centralidades no DF. Além da pesquisa de campo para a exploração da problemática estudada e compreensão da realidade apresentada com a coleta de fotografias, foi realizada uma análise de dados secundários.

Para a compreensão dos processos em estudo, o Capítulo 2 apresenta as abordagens teóricas, com a conceitualização e a contextualização dos temas

abordados. O Capítulo 3 apresenta um breve histórico do processo da dinâmica socioeconômica, das políticas públicas e dos resultados sobre a configuração urbana do Distrito Federal. O Capítulo 4 apresenta a dinâmica socioeconômica, as políticas públicas e os resultados sobre a configuração urbana do Gama. No capítulo 5 apresenta-se o papel do Gama enquanto uma nucleação no Distrito Federal. Segue o capítulo com as abordagens teóricas sobre a estruturação espacial urbana.

2 A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ABORDAGENS TEÓRICAS

Nessa abordagem teórica será apresentado o esquema conceitual prévio sobre a estruturação do espaço com uma ordem lógica para orientar o trabalho, a começar pelos temas envolvidos: espaço urbano, expansão urbana e concentração, o centro e o processo de centralização e a caracterização de subcentros. Trata-se de definir o objeto de estudo dessa pesquisa, indicar como será abordado e como será a adoção desses conceitos ao escopo desse trabalho. Para fins dessa análise, supõe-se que a expansão urbana, constituindo mercados crescentes para as atividades econômicas, propicia o surgimento das novas nucleações, em um processo de realimentações progressivas que resultaria na formação de núcleos com centralidade, de espaços com especialização funcional.

2.1 As abordagens sobre o espaço urbano

Para Lefebvre (1974), o espaço consiste, em epítome, no lugar onde as relações capitalistas são reproduzidas com todas as suas manifestações de contradições e conflitos. O espaço é como um ator, capaz, não de criar, mas de regular e de condicionar a vida. Essa idéia de sujeição do indivíduo a forças externas a ele, de uma ação do espaço no indivíduo, também é compartilhada por Santos (2004) e por Durkheim (1962), ao apontar que o espaço existe fora do indivíduo e se impõe a ele e à sociedade como um todo. É um reflexo da sociedade, mas também exerce influência sobre o indivíduo.

Para Castells (2006), o espaço é um produto material que se relaciona com outros produtos materiais. Dessa relação é dada a função e a forma do espaço, de onde é deduzido que o espaço se expressa historicamente e não apenas pela estrutura social. O espaço é modelado pela sistema econômico, pelo sistema político e pelo sistema ideológico. Foi com essa base que o autor analisou o espaço urbano. Castells (2006, p. 333), em resposta a Lefebvre (que desenvolveu uma teoria marxista do espaço), ao trabalhar a delimitação teórica do urbano, aceita que,

independente da perspectiva teórica, o espaço é construído e que não delimitá-lo de forma teórica (como espaço urbano, por exemplo) faz com que sua caracterização seja limitada ao âmbito cultural, a uma divisão ideológica. Para ele, o espaço físico é resultado do desdobramento material e que um estudo sobre o espaço pode culminar em um estudo da história da matéria. O autor estabelece o espaço como um subconjunto que interage e se articula com a estrutura social onde ele se insere. Já o urbano pode ser uma unidade definida na instância ideológica, na instância político-jurídica ou na instância econômica. Na primeira, a cidade seria tida como uma forma específica das civilizações, o que a delimitaria tanto de maneira social quanto espacial. Na segunda, seria o fundamento da existência da cidade em certas conjunturas históricas. Aliás, é dessa instância político-jurídica que ele afirma que tudo se desenvolve como se as unidades espaciais fossem definidas de acordo com a instância dominante, ou seja, de acordo com a característica do modo de produção: no feudalismo o urbano era definido de maneira político-jurídica; no capitalismo, econômica. Já na terceira instância, ao considerar que há dois elementos fundamentais no processo econômico – os meios de produção e a força de trabalho – constata que o urbano parece estar mais associado aos processos relativos à força de trabalho do que ao processo de produção. Dessa forma, a teoria do espaço de Castells encara o espaço urbano como sendo o espaço delimitado pela força de trabalho. O mesmo enfoque de Lefebvre, de que o espaço é um produto material de uma determinada formação social, e que é criticado por Gottdiener.

Gottdiener (1997, p.120) afirma que não é preciso abandonar essa ênfase materialista, mas desenvolvê-la melhor com base em outros elementos da organização social que estão articulados com os aspectos econômicos da sociedade. Para ele, “a teoria do espaço consiste em uma especificação de uma teoria geral da organização social na medida em que ela se articula com o espaço” (GOTTDIENER, 1997, p. 120). Ou seja, deve-se, entender o espaço enquanto característico de uma forma social particular articulada com outras formas e processos, que são delineados historicamente. O autor, nessa abordagem que se

afilia à produção social do espaço, se preocupa em elevar o espaço à análise principal junto com as atividades da economia e do Estado.

Em suma, para Gottdiener, o espaço urbano é um produto social, das ações de grupos sociais em correspondência com aspectos estruturais específicos do capitalismo. Nessa mesma perspectiva o espaço urbano é abordado por Corrêa ao tratar do conceito de espaço urbano. Sabendo que o espaço urbano é alvo de interesse de diversas áreas, Corrêa (2001, p. 7) o caracteriza como sendo a área formada pelo complexo conjunto de usos da terra, ou seja, a organização espacial da cidade. Além disso, esse espaço urbano é fragmentado e articulado ao mesmo tempo, pois as suas partes se mantêm relacionadas através do fluxo de pessoas, de veículos, de mercadorias, de decisões, de investimento de capitais, etc. Mais do que o material, nas cidades há as relações espaciais, que integram as diversas partes da cidade e cujo núcleo tem sido o centro da cidade. Essa fragmentação/articulação do espaço urbano é uma expressão dos processos sociais, o que faz dele o reflexo da sociedade. Portanto, mais do que discutir a situação atual, falar em espaço urbano exige que tratemos de ações que se realizaram no passado e que deixaram marcas nas formas espaciais (que, para ele, são produzidas em essência pela dinâmica de acumulação capitalista evidenciada pelos proprietários dos meios de produção, pelos proprietários fundiários, pelos promotores imobiliários e pelos grupos sociais excluídos). O espaço é ainda desigual, característica própria do sistema de produção capitalista, mutável e condicionante da sociedade através do papel desempenhado pelas obras fixadas pelo homem, ou seja, das formas espaciais. Em resumo:

“Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.” (CORRÊA, 2001, p. 9).

Percebe-se, assim, que o espaço urbano capitalista e seus processos de transformação são pensados não apenas como sendo o reflexo da sociedade que abriga, mas também como condicionante das relações sociais.

Santos (2001) admite que é fácil compreender o conceito espaço, mas que é difícil defini-lo, uma vez que o espaço compreende uma vasta variedade de objetos e de significados. Esse conceito é objeto da preocupação de filósofos como Platão e Aristóteles, variando de utensílios comuns até uma casa ou uma cidade. Para ele, o espaço pode significar também o espaço de uma nação ou seu território, o espaço terrestre, a crosta do planeta ou até mesmo o espaço sideral. Motivo de estudo de várias de suas obras, especificando, pode-se afirmar que para ele o espaço pode ser considerado de duas formas (que não são necessariamente opostas): como um conjunto de fixos e fluxos ou como um sistema indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações.

Sobre o conjunto de fixos e fluxos, Santos (2004) destaca que os elementos fixos permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as sociais. Já os fluxos são o resultado direto ou indireto das ações que atravessam ou que se instalam nos fixos, modificando sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam.

Sobre o espaço como um sistema indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, Santos (2001) afirma que o espaço condiciona os modos como acontecem as ações da sociedade, que nascem das necessidades sociais e alteram o espaço na medida em que criam novos objetos e os modificam, dando a eles novas funcionalidades, novos conteúdos (formas-conteúdo). As ações não se dão sem os objetos, pois elas se concretizam ao definirem e ao redefinirem o objeto. Essa é a nova visão de espaço que ele trouxe, de um espaço formado por sistemas de objetos e sistemas de ações e que não podem ser analisados separados, pois não são contraditórios e sim solidários.

É essa a visão que se adéqua ao escopo desse trabalho, ao passo que trata de um espaço em permanente transformação, com interações complexas entre seus atores e componentes. A dinâmica do espaço se dá pela interação entre os objetos (produtos de elaboração social) e as ações (processo dotado de propósito, para atender as necessidades). Assim o espaço é criado e transformado.

Ao trazer essa visão de espaço para o escopo desse trabalho, o estamos relacionando ao espaço urbano. Vale dizer que essa relação se dá pelo fato de Santos (1978) esclarecer que não se pode isolar unidades espaciais como se elas constituíssem entidades capazes de oferecer todos os elementos para a sua interpretação. A oposição entre rural e urbano refere-se apenas às paisagens presentes. As subdivisões de espaço são apenas aparentes. “Os espaços” são diferenciáveis, pelas atividades dominantes e pela sua função, mas não são dissociáveis. É por isso que suas análises de espaço são de caráter global.

Os componentes do espaço urbano são os mesmos do que ele chama apenas de espaço, variando apenas a sua quantidade e a sua qualidade. Denominamos nesse trabalho de espaço urbano o nosso objeto por uma questão de escala de espaço a ser estudado.

De forma sintética, Castells apresenta uma teoria que vincula a organização social à espacial e analisa a cidade enquanto um produto também do Estado e da sua história. No modo de produção capitalista o urbano é concebido de maneira econômica do mesmo modo que no feudalismo era concebido político-juridicamente. Já Gottdiener enfoca a compreensão da origem dos padrões espaciais. Ele é mais crítico em seu estudo, uma vez que analisa várias teorias urbanas. Trouxemos sua análise para mostrar que ele tenta desmistificar o desenvolvimento urbano deixando de lado as ideologias e focalizando a sua análise nos processos sociais. Analisa de forma crítica os estudos urbanos desenvolvidos na ecologia, na economia, na geografia urbana e na economia política marxista na abordagem sobre a forma dispersa de cidade e não apenas

sobre as cidades confinadas. Em vez de descrever um passado urbano, o autor se ocupa da organização social que pode produzir e manter os padrões de uso da terra. Uma perspectiva que é acompanhada de forma mais didática e mais pragmática por Corrêa. Ele compartilha dessa idéia de que o processo de produção não é tão determinante e faz uma análise de cunho social da cidade, independente do ponto onde está localizada e a remete ao caráter universal: toda cidade tem relação estreita com a sociedade.

É essa a relação que Milton Santos traz na sua análise de espaço, mas agora de forma mais ampla, mais profunda e mais delineada, para nos mostrar um espaço que se transforma diuturnamente pelo sistema de objetos e pelo sistemas de ações de forma indissociável. Ao trazer esse conceito para o escopo do trabalho, estamos relacionando o sistema de objetos ao uso do solo urbano, à organização espacial (produto da elaboração social), e o sistema de ações, aos processos espaciais (resultado das necessidades), em um processo dinâmico, em constante interação. Assim, podemos resumir a relação entre a teoria de espaço e nosso objeto de estudo da seguinte forma:

Para Milton Santos:

Espaço = sistemas de objetos (produto social) $\leftarrow \rightarrow$ sistemas de ações (originadas das necessidades)

Na abordagem dessa pesquisa:

Espaço = Uso do solo (produto social) $\leftarrow \rightarrow$ Processos espaciais (originadas das necessidades)

Um resumo das características do espaço, segundo o foco abordado pelos autores citados, é apresentado no seguinte Quadro 1.

Quadro 1: Características do espaço segundo o foco dos autores citados

Características	Castells (2006)	Corrêa (2001)	Durkheim (1962)	Gottdiener (1997)	Lefebvre (1974)	Santos (2004 e 2001)
Reflexo da sociedade		X	X			X
Lugar de reprodução das relações	X				X	
Expressão da estrutura social	X	X				
Conjunto de fixos e fluxos						X
Conjunto de sistemas						X
Organização material das práticas sociais	X	X				
Produto social		X		X		

Fonte: Elaboração da autora

2.2 A expansão urbana e a concentração

Segundo Clark (1985, p. 73), analisando a literatura da Geografia Urbana sobre a expansão das cidades, pode-se verificar a existência de dois momentos principais de sua evolução: a revolução agrícola e a revolução industrial, sobre as quais serão feitas breves considerações a seguir.

A primeira, que está associada ao surgimento das primeiras vilas e cidades reconhecíveis, ocorreu por volta do quinto milênio a. C. no Oriente Próximo e Médio, onde começaram a surgir os novos centros urbanos (Nilo, Tigre-Eufrates, etc.). Nessa fase, o gênero de vida nômade e predatório é substituído por um sistema de agricultura, que, ao produzir o excedente, proporcionou o estabelecimento de assentamentos habitacionais de pessoas que não trabalhavam com agricultura. O que representou grandes avanços para a humanidade, como o caráter e composição social e econômica. Os homens se libertaram de trabalhar no campo e iniciaram atividades literárias, artísticas e científicas. A expansão das cidades era determinada pela disponibilidade de alimentos, em especial pela localização e pela conexão com transportes. À medida que a produtividade era obrigada a aumentar, fatores como a produção de

energia, a produção *per capita*, e os recursos destinados para a agricultura foram essenciais no crescimento urbano.

Quanto à organização da cidade pré-industrial, havia o reflexo da ordem social: divisão, hierarquização. A cidade era separada por muros, fossos ou coisa semelhante, sendo que a área central era privativa dos imponentes edifícios governamentais e religiosos, do mercado principal e das residências luxuosas da elite. A distância do centro era proporcional à riqueza e ao poder. No entanto, não havia a especialização territorial (o lugar de trabalho era o mesmo da residência), o saneamento ou a higiene contemporâneos.

O complexo conjunto de transformações econômicas e sociais iniciado no Ocidente tradicional, conhecido como revolução industrial¹, foi marcado de forma inter-relacionada pelo avanço na agricultura, pela inovação técnica, pelos aperfeiçoamentos nos transportes, pelo avanço na fonte de energia (a utilização do carvão mineral substituindo a natural e a animal) e pelas mudanças na natureza e escala das indústrias. Esse processo iniciado no século XIX revolucionou também as cidades e originou diversas outras. Cidades que eram caracterizadas por uma distribuição com alta centralização de população e emprego. O súbito crescimento demográfico e a ausência de meios de transporte faziam com que a população se amontoasse ao redor das fábricas e lojas.

Com a demanda para a produção maior, com a tecnologia mais avançada e com a estruturação social e econômica se transformando diuturnamente, os padrões do crescimento e da estrutura urbana foram sendo delineados. Não só a necessidade de produção industrial foi determinante nesse processo, como também as necessidades da administração industrial, cuja divisão organizacional entre produção e administração levou à separação espacial dos estabelecimentos. O que se percebia era uma tendência contrastante entre geografia do emprego e

¹ A revolução industrial e a organização da cidade será vista apenas de forma descritiva e sistemática. Para mais detalhes ver Clark (1985).

população na cidade. A característica mais pronunciada dessa tendência foi a concentração de escritórios no centro da cidade e a dispersão da fabricação em áreas não urbanas, o que proporcionou a migração também da população do centro para a periferia. Aí estava traçado inclusive o padrão contemporâneo de cidade: centralização do emprego e descentralização relativa da população.

Apesar das diferenças no tempo e na escala espacial, a conseqüência do crescimento urbano no terceiro mundo (que é uma herança do urbanismo ocidental e onde o grande aumento da população natural reforçado pela migração explicam o rápido crescimento urbano) parece ser a mesma do ocidente tradicional: uma economia dominada por pequeno número de cidades que alojam a maioria da população.

Independente da expressão utilizada, o que deve ser considerado e que Clark (1985, p. 61) coloca bem é que o crescimento urbano iniciou uma mudança que passou de lugares rurais para urbanos. Uma mudança que afeta a maioria dos países nos últimos anos, não apenas por sua amplitude espacial, como também pelos valores, expectativas e estilos de vida que prevalecem em torno do urbano.

No entanto, esse processo não deve ser confundido com a urbanização. Segundo esse autor,

“O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular (...). A urbanização, por outro lado, é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades.” (CLARK, 1985, p. 61-62)

O crescimento urbano ocorre quando o número de habitantes de uma cidade aumenta em relação ao número da população total, sendo que pode ocorrer pelo aumento do número de centros urbanos ou pelo aumento da população nos centros urbanos (pela concentração). O aumento do tamanho das cidades é um

fenômeno mais recente, que está ligado ao crescimento dos centros metropolitanos, como já foi dito nesse trabalho.

Moura (2005), ao falar sobre as morfologias de concentração no Brasil, afirma que a discussão sobre concentração e as diferentes morfologias das áreas concentradoras tem sido recorrente, mas que, apesar de trazer vários conceitos, convergem para o entendimento de que há um aumento da expansão urbana, das áreas urbanas com mais de dez milhões de habitantes. Sem discutir o número apresentado, informa que há uma tendência à formação de cidades-regionais, que é comparável à cidade global de Sassen (1991). Essas cidades-regiões funcionam como nós espaciais da economia global e como atores da cena mundial, articulando-se com um modelo celular em rede. São áreas onde se verifica uma revalorização do seu papel, uma recuperação do seu crescimento e uma transformação baseada na sua disperso territorial e pela concentração de funções em determinados lugares.

Em outras palavras, ao globalizar-se, essas áreas dispersam os seus nodos, mas também os concentram e redistribuem em lugares estratégicos. A esse respeito, Moura (2005) aponta que Sassen (1991) aborda com clareza as razões desse fenômeno, ao afirmar que a deslocalização das atividades de produção são favorecidas pelas novas tecnologias de comunicação. No entanto, como o sistema econômico onde ocorre esse fenômeno é caracterizado pela concentração de controle, apropriação e propriedade do lucro, essas novas tecnologias também contribuem para centralizar cada vez mais as funções centrais das firmas mundiais.

No Brasil, essa concentração fica mais evidente quando os dados mostram que em 2004 havia 40% da população total projetada (cerca de 70 milhões de habitantes) em 8% dos municípios brasileiros e que, nessas aglomerações, estavam concentradas 41% do total das ocupações e 49% das ocupações na indústria brasileira. Mas concentrava-se também 51% dos desempregados em

território nacional e 20% das pessoas com rendimento per capita inferior a meio salário mínimo (cerca de 1,4 milhão de pessoas). Essa concentração é mais expressiva na Região Sudeste, em especial no estado de São Paulo. A respeito dessa expansão, há algumas teorias a serem elencadas, como trata o próximo item.

2.2.1 Teorias sobre a expansão urbana

Expansão urbana, crescimento urbano, crescimento das cidades, desenvolvimento urbano ou desenvolvimento das cidades são todos termos que se referem ao mesmo processo: o crescimento físico das cidades. Um dos fatores que chama a atenção dos pesquisadores é a identificação das forças que levam as pessoas a se aglomerarem em pequenas áreas no espaço. Tarefa da qual se ocupam as teorias do crescimento urbano. Essas teorias, para Clark (1985, p.63), giram basicamente em torno de duas vertentes: a importância de imperativos econômicos e a função dos laços sociais. As interpretações econômicas argumentam que a emergência e o crescimento das cidades são resultantes da procura por formas mais econômicas de povoamento. Ou seja, o crescimento das cidades é determinado pela estrutura e organização da indústria.

A teoria que prima pela importância dos imperativos econômicos (estrutura e organização da indústria) é dividida em setor básico e setor não-básico. O primeiro se refere a atividades e empregos relacionados à produção de bens e serviços para venda fora da cidade (comerciantes, fabricantes, etc.). O setor não-básico consiste em atividades geradoras de bens e serviços para a própria cidade (governo, serviços de limpeza, policiamento, etc.). Embora essa divisão seja deficitária, de forma geral são interdependentes, o que significa que se um aumenta, o outro diminui. Além disso, permite duas implicações importantes sobre o crescimento das cidades: quanto maior a cidade, menor sua dependência das atividades básicas; e os maiores centros urbanos têm capacidade para crescer mais rápido, pois um pequeno aumento no setor básico leva a grandes

crescimentos no setor não-básico. Isso explica, por exemplo, o motivo de as cidades terem crescido pouco no período pré-industrial.

Essa abordagem foi redefinida e, com a introdução de novas ou ampliadas indústrias, surgem também, por um lado, as novas construções, o crescimento nos transportes e benefícios públicos, a expansão de atividades de serviço e emprego e a tendência à inovação, e por outro, a alteração da estrutura ocupacional da cidade, o acréscimo da população e a ultrapassagem de limiares regionais ou locais. Ou seja, cria uma cadeia de reações, que são circulares, cumulativas e auto-reforçantes e mostram a estreita relação da produtividade com a cidade.

Por outro lado, há os embates dos laços interpessoais na vida urbana. Essas explicações sociais da formação urbana apontam para as propriedades complementares das relações humanas individuais, tais como entre homem e mulher, mãe e filho, vendedor e comprador, etc. e apontam para uma tendência centrípeta entre as populações humanas. As cidades surgem, assim, quando as instituições sociais e seus mecanismos estão desenvolvidos. Ou seja, a organização social se dá em concordância com o desenvolvimento econômico.

Há ainda a teoria da comunicação do crescimento urbano, na qual a formação de vínculos entre os indivíduos é propiciada pela proximidade geográfica e pelo conhecimento. A cidade é um local de comunicação, resultando num padrão complexo de troca de informações que permite o seu crescimento físico e social no espaço.

Em síntese, mesmo que os estudos sobre a formação e o crescimento urbano tendam a especular se os fatores sociais e econômicos foram historicamente superiores, com esse esquema conceitual foi possível esclarecer que o que há mesmo é um entrelaçamento complexo das duas variáveis. Mostra, sobretudo, que, independente de serem mais importantes os imperativos econômicos (a estrutura e a organização da indústria), os embates dos laços interpessoais na

vida urbana ou a proximidade geográfica e o conhecimento, o que se percebe de fato com a expansão urbana é uma estreita relação entre a produtividade, a população e a cidade. O que se tem ao analisar o crescimento das cidades não são duas vertentes, mas sim visões que se complementam, pois, como já foi visto, o espaço urbano é o reflexo da sociedade por inteiro (política, economia, ideologia). Até porque os modelos analisados por Clark tratam de cidades industriais, que, como veremos mais adiante, não é o caso do Distrito Federal. Assim, uma leitura determinista, como a dessas teorias do crescimento urbano, não abarcaria o que está propondo esse trabalho, que é a análise da realidade urbana e não a realidade de uma cidade que é desenvolvida com base em uma vertente apenas – a industrial ou os laços sociais. Podemos deduzir, então, que a expansão urbana acontece devido a uma complexidade de fatores sociais e econômicos, sendo que o crescimento das atividades econômicas cria uma cadeia de reações que se refletem na sociedade e vice-versa. E, o mais importante, o aumento do tamanho das cidades, embora refira-se à concentração de pessoas no mesmo local, como foi tratado por Clark, está ligada ao crescimento dos centros, que será discutido no próximo item.

2.3 O centro e o processo de centralização

Sabe-se que a noção de centro e de centralização é abarcada por várias ciências e podem ser abordadas sob diversas visões. O que faz com o conceito seja tratado de forma imprecisa e com significados ambíguos. Ora são vistos como sinônimo de cidade ou região, ora são tidos como o centro da cidade. Não obstante, de modo geral, essas visões referem-se a otimização dos lucros e, de forma mais específica, à especialização funcional, já que concentram-se especialmente atividades, determinados usos. Outro aspecto a ser colocado é que o centro é um dos principais elementos da estrutura espacial urbana, mas que a centralidade é uma característica temporal que pode estar em outras nucleações que não sejam o centro morfológico ou histórico da cidade.

Na esfera administrativa, por exemplo, a centralização refere-se ao nível em que as decisões são tomadas em uma organização (o que não deixa de ter um embate geográfico). Segundo Bresser Pereira e Motta (1963), dizer que uma organização é descentralizada pode significar que ela é dispersa, que possui unidades em outros pontos, ou que suas funções de produção são realizadas por diversos departamentos. Dentro de uma organização, a noção de centralização pode ter um âmbito geográfico, um funcional e outro decisório. E, o que é mais importante, esses sentidos são independentes.

O centro pode ser visto ainda sob a ótica de atributos não espaciais, numa concepção físico-temporal ou como local de encontro. No entanto, o que interessa nesse trabalho são as visões que têm embate direto no espaço, como a visão sociológica e simbólica do centro urbano e os embates das escolhas da classe dominante no centro, como veremos a seguir.

2.3.1 A visão sociológica e simbólica de centro urbano

O simbolismo é uma característica bastante enfocada como sendo inerente às áreas centrais. Kneib (2008), elenca Del Rio, Santos, Lefebvre, Vargas e Castilho para demonstrar essa relação. Para Del Rio, o centro possui duas atividades principais: a de integrador, em nível funcional e social e a simbólica. Para Santos, é a área mais dinâmica da cidade onde se encontram mais de forma mais significativa os locais de comércio e de trabalho. Para Lefebvre, são os lugares onde são concentrados valores e significados. É também o lugar que abriga e que propõe a concentração de tudo (do mundo, da natureza e do cosmos): produtos, obras, atos signos e símbolos (LEFEBVRE, *apud*, Sobrinho, 1998).

Segundo Castells (2006), a ocupação do centro possui características específicas, pois permite uma coordenação, uma identificação simbólica e ordenada das atividades urbanas, que criam a possibilidade de comunicação entre seus atores. Castells (2006), complementa ainda que a visão simbólica, no estudo do centro urbano, está minada pela ideologia, mas pode revelar muito da concepção das

relações cidade/sociedade abordada em uma pesquisa. Segundo ele, o centro urbano refere-se a um local geográfico e a um conteúdo social e os urbanistas costumam tê-lo como o local de partida da cidade, responsável por desempenhar um papel integrador e simbólico ao mesmo tempo.

“O centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades e, daí, a criação das condições necessárias à comunicação entre os atores” (CASTELLS, 2006, p.311).

Essa visão de centro traz a idéia de comunidade urbana, um sistema de relações e valores sociais, hierarquizado, diferenciado e integrado. Idéia essa compartilhada pelos urbanistas, cujos planos visam um pólo integrador, visível e organizado, com concentração de atividades que favoreçam a comunicação, acessibilidade ao conjunto urbano e a divisão do espaço central. Já para a corrente da ecologia urbana, o centro é o que faz as trocas e coordena as atividades descentralizadas. Uma visão na qual o comércio, a gestão administrativa, financeira e política, a troca de bens e serviços, a coordenação e o direcionamento das atividades descentralizadas são as atividades essenciais do centro. Resta ainda a visão de centro enquanto lúdico, concentrador de lazeres e que caracteriza a literatura dos amadores no estudo urbano. O que há de comum entre essas categorias é o fato de o centro ser produto resultante de um processo social de organização do espaço urbano.

Embora essas categorias mostrem a divergência entre as visões de centro, a concentração de funções no espaço e o papel central de uma parte da cidade, o autor acredita que o centro é, na verdade, fruto de processo de expansão urbana acelerada pela lei do mercado. De fato, o mercado tem papel fundamental na estruturação do espaço, mas, como veremos mais adiante, não pode ser considerado como o único fator condicionante.

Debate sobre as visões sociológicas de centro à parte, Castells (2006) coloca de mais importante é que o centro deve ser definido com relação ao conjunto da

estrutura urbana e que as novas formas de urbanização parecem estar desintegrando o centro, cedendo lugar a uma estrutura multinuclear, a uma difusão urbana. No entanto, essa difusão não quer dizer que possa haver uma integração maior entre os elementos da estrutura urbana, mas sim que estejam prevalecendo outras formas espaciais. Relacionando essa estrutura à centralidade, cita como características do centro: intermediário entre processos de produção e de consumo na cidade (em nível econômico), local de articulação do Estado com a estrutura urbana (em nível político-institucional), uma estrutura simbólica formada por signos que estabelecem a relação entre natureza e cultura (em nível ideológico) e o centro como meio social, como organização espacial dos processos de reprodução e transformação das relações sociais.

Diante dessas características, Castells (2006, p. 319) elenca alguns traços que demonstram as transformações dos centros urbanos nas grandes metrópoles, como a difusão do simbólico no espaço urbano (o conjunto de signos passa a ser as relações entre a cidade e o fluxo de circulação), a desconcentração e descentralização da função comercial (o centro perde o papel comercial para centros de troca periféricos), a criação de minicentros no interior dos conjuntos habitacionais (organização de centros comerciais ligados às novas áreas urbanizadas), a especialização crescente das atividades de gestão e administração no antigo centro urbano (este permanece como um centro de decisões da gestão pública, política e administrativa) e a dissociação do centro urbano e das atividades de lazer (perda da atração do centro em termos de lazer).

O próprio autor admite que esses traços parecem ser por demais descritivos para demonstrar a transformação da centralidade, mas, mesmo que insuficientes, estão envolvidos com a proposta desse esquema explicativo, que é desvendar o centro urbano. Para isso, é necessário não apenas explicá-lo, como também entender as suas articulações e seus processos, bem como os processos sociais e espaciais.

2.3.2 O centro como elemento da estrutura espacial urbana

Há um conjunto de acadêmicos que analisam o centro sob a ótica econômica das relações de trabalho (produção, circulação e consumo). Nessa visão, as diferentes formas de uso do espaço urbano seriam resultantes do processo de divisão do trabalho.

Araújo Sobrinho (1998), ao tratar da evolução urbana da área central de Uberlândia, elenca Garnier, Corrêa, Sposito, Silva e Ferraz e Santos para definir o centro da cidade. Para Garnier, o centro da cidade é o coração dos negócios da cidade. É onde se traduz a vida urbana, os efeitos da política administrativa, as capacidades financeiras e é a própria extensão do poder urbano. Corrêa conceitua o núcleo central como o centro da cidade e da sua hinterlândia, pois é onde se concentram as principais atividades comerciais, de serviços, de gestão pública e privada e os terminais de transporte. Para Sposito o centro não é o centro geográfico ou histórico; é o nó do sistema de circulação, é o ponto de partida e de chegada das atividades. Silva e Ferraz entendem as áreas centrais como os espaços onde convergem as atividades e os serviços diversos, constituindo o pólo de atração e de circulação das pessoas. Por fim, para Santos, o centro é uma síntese, pois reflete o passado e o presente da vida da região, onde se concentram as atividades diretoras da vida urbana.

Adepto a essa visão, há também Villaça (1998). O autor considera como elementos da estrutura espacial urbana o centro principal da metrópole (a maior aglomeração de empregos ou de comércio e serviços), os subcentros de comércio e serviços (aglomerações diversificadas de comércio e de serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais e as áreas residenciais. É nessa linha argumentativa sobre processos sociais e espaciais que o autor infere que o estudo do centro é fundamental para o entendimento da estrutura territorial intra-urbana. Afirma que o centro urbano pode ter várias interpretações, dentre elas a designação de centros tradicionais (chamados de históricos), de uma área

central mais ampla (o centro expandido, para os urbanistas), da cidade central ou das áreas metropolitanas inteiras.

Esse autor desenvolve a idéia de centro urbano com um diferencial: focaliza as escolhas das classes dominantes. Essa é outra perspectiva que pode ser considerada, a das classes sociais. A esse respeito, Villaça (1998, p. 238) discorre de forma esclarecedora que o centro de uma aglomeração é originariamente formado para desenvolver as forças produtivas, para poupar o desgaste do trabalho, e que para gerar essa aproximação, gera também um afastamento: “O centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados mas obrigatórios” (VILLAÇA, 1998, p. 238). Nessa disputa pelo controle, em geral, o que as classes sociais almejam é o controle do tempo de deslocamento e quem detém esse controle são os destacados no mercado. Pode-se dizer, assim, que o centro da aglomeração é o ponto onde o somatório de todos os deslocamentos (os custos e os desgastes) é minimizado e não onde estão localizados palácios, bancos ou catedrais.

Já numa sociedade contemporânea, os espaços são produzidos de forma diferenciada, ao passo que há diferentes classes sociais e que essas classes se apropriam de forma diferente desse espaço. Na busca por interesses e visando esse controle das condições de deslocamento, o centro passa a ser mais acessível para uns do que para outros. Não basta dizer que as classes visam minimizar o tempo de deslocamento, pois há outros interesses envolvidos, mas sim otimizá-lo. Dessa forma, pode-se dizer também que o centro é o local estratégico para a dominação: “Dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia” (VILLAÇA, 1998, p. 244).

Em uma definição similar a essa, Rochefort (1998) ressalta que a unidade de organização da cidade é constituída pelo conjunto de centros necessários para fornecer a totalidade dos serviços requisitados pela atividades e pela população.

Para ele, o centro é o ponto privilegiado para a localização física de um grande número de atividades devido a acessibilidade a essas atividades. Segundo o autor, a organização da cidade resulta da localização dos diferentes centros. É em virtude da diferença e da interdependência entre os centros que tem-se a noção de rede de centros, formando a definição de redes urbanas.

2.3.3 O centro e os processos de organização espacial

Diversos autores reconhecem essa ligação entre o centro e os processos espaciais. Dentre eles, estão Corrêa (1997 e 2001), Castells (2006), Lefebvre (*apud* Kneib, 2008), Santos (1989) e Rochefort (1998).

A esse respeito, Corrêa (1997, p. 121) vem acrescentar que a própria metrópole moderna é um produto da economia de mercado e da sociedade estratificada e que, por isso, ela é um local de acumulação de capital e de reprodução da força de trabalho. Ou seja, são os processos sociais que organizam de forma espacial a metrópole. Então, se esses processos são baseados na acumulação de capital, não temos como descartar o fato de a cidade também ter essa conotação.

O que mede os processos sociais e a organização espacial são as forças que atuam ao longo do tempo e que permitem se localizar, realocar ou permanecer no espaço. Essas forças são chamadas processos espaciais e quem os aciona são os atores modeladores do espaço (os proprietários dos meios de produção, os proprietários de terras, as empresas imobiliárias e de construção e o Estado), que atuam de acordo com estratégias e interesses próprios. Castells e Corrêa, em vez de elementos da estrutura espacial urbana, ressaltam que a organização urbana explica-se por um conjunto de processos que moldam, distribuem e correlacionam o espaço.

Para Castells (2006) a área central é a que concentra a maior quantidade de atividades comerciais, de serviços, de gestão pública, terminais de transporte e verticalização, permitindo a coordenação e a comunicação entre atividades e

atores. Ele destaca como principais processos da organização espacial urbana os processos ecológicos: a concentração (aumento da densidade de população em espaço e momento determinados), a centralização (especialização funcional de uma atividade ou rede de atividades no espaço), a descentralização (corolário da centralização e base dos processos de circulação e, por consequência, da mobilidade urbana), a segregação (homogeneidade do conteúdo social do espaço em uma unidade, diferenciando-a de outras) e a invasão-sucessão (movimento que leva à introdução de nova população ou atividade em um espaço ocupado).

Corrêa (2001) corrobora esses processos e elenca ainda o processo de coesão. Para ele, essas são formas específicas como a centralização (cuja forma é a área central), a descentralização (forma os núcleos secundários), a coesão (áreas especializadas), a segregação (áreas sociais), a invasão-sucessão e a inércia (áreas cristalizadas) e que são complementares entre si.

A centralização é uma característica da metrópole moderna. Refere-se à existência de uma área de concentração das principais atividades comerciais e serviços e dos terminais de transportes. Essa área central é resultado da economia de mercado, do capitalismo industrial. Com a Revolução Industrial, as ligações da cidade com o mundo exterior (fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e idéias) surgiram diversas inovações, como o papel das ferrovias nas relações interurbanas e regionais. Os terminais ferroviários ficavam o mais próximo possível um do outro e dos terminais marítimos para otimizar a economia de transbordo. É aonde vão se localizar as atividades de comércio atacadista, depósitos, indústrias e serviços auxiliares, que geram mercado de trabalho e um foco de transportes intra-urbanos, de acessibilidade. Essa acessibilidade, por sua vez, valoriza a terra urbana, atraindo atividades que podiam transformar acessibilidade em lucro, tais quais o comércio varejista em expansão e novos serviços. A área central passou a constituir, e ainda é, o local da maximização dos lucros.

Corrêa (2001, p. 39) acrescenta ainda que essa acessibilidade atraiu as nascentes lojas de departamentos e outros gêneros de comércio varejista, o que ampliou o mercado de trabalho. Ou seja, há uma sincronia entre o emergir do capitalismo industrial e o aparecimento da área central. Pode-se dizer que essa área central é dividida em dois setores: o núcleo central e a zona periférica do centro. O núcleo central tem como características o uso intensivo do solo (com concentração de atividades econômicas), a ampla escala vertical (a presença de edifícios de escritórios facilita a ligação interpessoal para os negócios), a limitada escala horizontal e seu crescimento, a concentração diurna (por não ser área residencial, há movimentação basicamente nas horas de trabalho) , o foco de transportes intra-urbanos e a área de decisões (é onde se localizam as sedes das principais empresas e o ponto focal da gestão do território).

Por sua vez, a zona periférica do centro tem como características: o uso semi-intensivo do solo (com atividades que se beneficiam da acessibilidade da área central), a ampla escala horizontal (com o preço da terra menos elevado do que o do núcleo central), o limitado crescimento horizontal (pois a maioria das empresas se instala no núcleo central), a área residencial de baixo *status* social (local de residências populares e de baixa classe média, muitas delas deterioradas, como os cortiços) e o foco de transportes inter-regionais.

Depois da Segunda Guerra Mundial essas áreas começaram a sofrer o efeito de um crescimento descentralizado no espaço, com a transferência ou a criação de atividades fora da área central. De modo geral, a tendência é haver uma redefinição funcional da área central no processo de descentralização. As empresas visando eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização e o aparecimento de fatores de atração em áreas não-centrais são fatores que condicionaram a descentralização. Dentre os fatores ligados à deseconomia das empresas, estão o aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis, o congestionamento e o alto custo do sistema de transportes e comunicações, a dificuldade de obtenção de espaço para expansão, as

restrições legais do espaço e a ausência ou perda de amenidades. Já no que se refere à atração em áreas não centrais, a descentralização ocorre devido à presença de terras não ocupadas, a baixo preço e imposto, infra-estrutura implantada, facilidade de transportes, qualidades atrativas do local, possibilidade de controle do uso da terra e amenidades.

Esses fatores estão ligados ainda ao crescimento da cidade (as empresas descentralizam os seus pontos de venda em busca de mercado consumidor sem deixar a localização central), ao desenvolvimento dos meios de transporte (que não estivessem mais presos aos trilhos) e ao interesse dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e dos industriais. Tudo isso abarcado pela própria dinâmica capitalista, que, na fase monopolista, centraliza o capital e descentraliza as atividades no espaço (enquanto que na fase concorrencial, havia a centralização espacial e a dispersão de capitais).

O significado da descentralização é amplo, a começar pela complexificação do espaço urbano. Para o consumidor, significa economia de transporte e de tempo e a indução a um consumo maior - o atendimento ao interesse do capital produtivo e comercial. Para o capital industrial, significa lucro (com a venda do terreno do antigo estabelecimento). Para os promotores imobiliários, significa novos investimentos. Ou seja, o processo de criação de núcleos secundários também atende à economia de mercado. Repete o fenômeno da centralização, criando subcentros comerciais e expandindo a cidade.`

Os subcentros e as centralidades: critérios de identificação

São poucos os trabalhos específicos sobre conceitualização de subcentros urbanos na literatura nacional e todos os tratam mais ou menos da mesma forma. Villaça (2001) denomina de subcentro as aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e de serviços, que não o centro principal. Seria uma réplica do centro principal, mas em tamanho menor. Ele concorre sem se igualar com o centro principal e seu poder polarizador consiste na sua função de

complementaridade das atividades. Corrêa (2001) compartilha dessa idéia de o subcentro ser uma miniatura do núcleo central. Possui uma gama de serviços e de lojas, cuja matriz se localiza na área central. No entanto, não é consenso que o subcentro exerça as mesmas funções do centro principal, tanto que outros autores o chamam de novo centro. Kneib (2008), por exemplo, analisa o processo de descentralização como resultante da decadência da área central principal. Ela afirma que os subcentros surgem com a decadência da área central devido à perda da acessibilidade. No seu esquema conceitual, ela afirma que, a curto prazo, a área de acessibilidade privilegiada favorecia o surgimento de um centro, que estaria marcado por características de centralidade (atração de pessoas, viagens, atividades, construções) e cuja área era valorizada. A longo prazo, haveria a saturação e, com a perda da acessibilidade, haveria a decadência e a saturação, proporcionando a ascensão de um novo centro.

Nesse mesmo trabalho, Kneib (2008), ao tratar o estado da arte sobre subcentros e centralidades, aborda as metodologias e modelos de identificação de subcentros. Dentre esses estudos, destacou as conceitualizações elaboradas por McDonald, em 1987, e a de Giuliano e Small, em 1991. Depois de várias discussões, que começaram com os modelos de cidade monocêntrica estudado por Alonso em 1964, por Muth em 1969 e por Mills em 1972, os conceitos de McDonald e de Giuliano e Small passaram a definir como subcentro uma área com significativa densidade de emprego em relação às áreas vizinhas e que possuem efeito considerável na função de emprego geral. A partir daí, vários outros autores passaram a desenvolver e a aplicar esse conceito em diversas realidades.

Das diversas metodologias² verificadas por Kneib (2008) em nível internacional, quase todas tiveram como critério a densidade de emprego para identificar os subcentros. De 24 metodologias analisadas, 21 adotaram esse critério como determinante. Em nível nacional, a autora verificou que os estudos sobre a

² Metodologias baseadas em valores de corte; metodologias baseadas em fluxos; metodologias baseadas em métodos estatísticos econométricos; e metodologias baseadas em estatística espacial. Para mais informações, ver capítulo sobre metodologias e modelos de subcentros abordado por Kneib (2008).

identificação de subcentros encontra-se ainda incipiente, o que, para ela, pode ser devido a escassez de dados com relação a emprego. Há mais estudos sobre a centralidade, por isso ela agrupou esses estudos em cinco classificações: metodologias baseadas em sintaxe espacial, metodologias baseadas em uso do transporte, em fluxos, grafos e estatística espacial. Ela verificou que não existe relação direta entre tais classificações, o que a levou a elaborar uma metodologia para a identificação de subcentros baseada na realidade brasileira e voltada para a questão do transporte. Vale ressaltar que as metodologias internacionais mencionadas verificaram a existência de um total de 796 subcentros. Quanto às metodologias brasileiras, baseadas em abordagens específicas sobre a centralidade, em especial na centralidade morfológica, sabe-se apenas que foram aplicadas em diversas cidades, mas não se tem conhecimento se de fato foi identificado algum subcentro ou quantos. O Quadro 2 sintetiza as metodologias nacionais e internacionais de identificação de subcentros e de centralidade. Os grupos de A a D pertencem à metodologia internacional e os de E a I, à metodologia nacional.

Quadro 2: Síntese das metodologias nacionais e internacionais de identificação de subcentros e de centralidades

Grupos	Estudos	Variável/critério
A) Picos ou valores de corte	Mcdonald (1987), Giuliano e Small (1991 e 1999), Small e Song (1994), Cevero e Wu (1997), Bogart e Ferry (1990), Anderson e Bogart (2001), Craig e Ng (2001), Sheamir e Coffey (2002), Muniz (2003), Pan e Ma (2006);	Densidade, número e taxa de emprego por população. Apenas Pan e Ma utilizaram SIG.
B) Fluxos	Bourne, de (1989), Gordon e Richardson (1996), Aguilera e Mignot (2004);	Fluxos pendulares, densidade de viagens e atração dos fluxos pendulares.
C) Métodos estatísticos econométricos	Mcdonald e Prather (1994), Mcmillen e Mcdonald (1997 e 1998), Mcmillen (2001), Mcmillen e Smith (2003), Lopez (2006) e Redfern (2007);	Densidade e número de emprego. Apenas Lopez utilizou SIG.
D) Estatística espacial	Modarres (2003), Baumont (2004), Guillain (2004);	Número, densidade e taxa de emprego por população de emprego, Índice de Moran e estatística LISA.
E) Sintaxe espacial	Krafta, de (1994), Braga, 2003, Alarcón e Holanda (2004), Medeiros (2006);	Caminho menor entre as formas construídas, integração das vias, funciona e morfológico, núcleo de integração.
F) Características de uso do solo e transporte	Nigriello (2002);	Concentração de atividades, acessibilidade, topografia e número de linhas de ônibus.
G) Fluxos	Ferreira (1971), FUNDREM (1978), Jorgensen Junior (1998), Ojima (2007);	Fluxos de transporte, de chamada telefônica e de venda de mercadorias, convergência de pessoas, concentração espacial de viagens e movimentos pendulares.
H) Grafos	Gonçalves e Portugal (2005)	Centralidade de informações, proximidade, intermediação, números de viagens.
I) Estatística espacial	Ramos (2004)	Densidade de empregos por zona de tráfegos.

Fonte: Elaboração da autora – com base em Kneib (2008)

Sobre essas metodologias, é importante ressaltar ainda que, embora não exista uma relação direta entre as classificações nacionais e internacionais, pode-se dizer que há uma convergência entre as classes de fluxos e de estatística espacial, uma vez que ambas utilizam a variável densidade de emprego.

2.5 Tópicos conclusivos

Este capítulo procurou aproximar-se das questões relacionadas à estruturação do espaço urbano em três momentos. No primeiro, foram elencadas algumas definições de espaço e a vinculação dessas a esse trabalho. No segundo momento, realizou-se uma conceitualização sobre expansão urbana e sobre centralização, que esclareceu a sua ligação com a especialização funcional abordada nesse trabalho. No terceiro momento, fez-se um breve apanhado sobre a identificação de subcentros e de centralidades em nível nacional e internacional.

Percebeu-se que, embora haja vasta gama de definições e de conceitos que envolvem tais temas, no que se refere ao espaço, esse trabalho vincula-se com as definições desenvolvidas por Milton Santos, fazendo uma analogia com o uso do solo urbano (ou da organização espacial) enquanto sistema de objetos e com a concentração e a centralização enquanto sistemas de ações. Isso não significa que os estudos dos outros autores citados sejam descartáveis neste trabalho, mas sim que eles complementam uma visão de espaço que trata de um mundo em constante transformação. Esses dois sistemas se interagem e permitem a evolução da estrutura espacial urbana, que é o foco desse trabalho.

Sobre concentração, centralização, descentralização e formação de subcentros, pôde-se perceber que há várias imprecisões sobre os temas, pois há várias concepções. A nossa linguagem contribui para essa confusão com a sua limitação, dando quase sempre a idéia de algo preexistente ao nos referirmos ao centro ou ao subcentro.

Diversos autores abordam concentração como semelhante à centralização, dizendo que o centro urbano, em resumo, é onde há concentração. No entanto, este trabalho abordará apenas como aglomeração de pessoas ou de atividades, tendo visto que o processo de centralização é que transformará o centro em um local com grande concentração não apenas de pessoas, como de serviços, de atividades e de especialização funcional. Um local especializado funcionalmente é

onde cujas atividades são especializadas em um mesmo espaço e articuladas de forma hierarquizadas com o território.

Sobre as abordagens a respeito da ligação entre a expansão urbana e a concentração e da especialização funcional com a centralização, estas ratificaram que trata-se, mais do que de elementos, de um conjunto de formas e processos que moldam, distribuem e correlacionam o espaço. Apesar de não haver um consenso sobre a expressão que denomine melhor o crescimento das cidades (expansão urbana, crescimento urbano, desenvolvimento urbano) foi possível perceber que todos eles referem-se ao mesmo processo: o de crescimento do número de habitantes, que pode ocorrer pelo aumento do número de centros urbanos (pela centralização) ou pelo aumento do número de habitantes nesse centro (pela concentração). Além disso, as diversas visões de centro nos permitiram ver que o processo que o forma (centralização) é concentrador de atividades e que o centro não é o único local com centralidade, pois outros podem se especializar funcionalmente e adquirir centralidade em determinado período. O processo de centralização é produto da economia de mercado. Embora aglomere habitantes, é caracterizado também (e principalmente) por concentrar e especializar atividades.

Cabe ressaltar que esse esquema de conceitos e de definições permitiu perceber que não há hierarquização entre os fatores sociais e espaciais ao tratar da estruturação espacial urbana. O que se tem são, aspectos, elementos e processos que interagem e se realimentam. Por isso aqui a concentração (que é tida por alguns autores como um processo precipuamente espacial) e a centralização são analisados em contexto, pois trata-se de um sistema complexo de ações e de objetos.

Essa visão dos processos espaciais associado à dinâmica urbana parece mais razoável na medida em que o espaço é encarado como produto de processos e não como algo inativo, preexistente, local de acontecimento das atividades

humanas, como os autores elencados trataram até então. Os movimentos de transformação da estrutura social se efetivam no espaço. Essa abordagem permite compreender inclusive que a organização espacial da cidade não se dá de forma isolada, que há diversas forças atuando em conjunto e ao longo do tempo, conforme já delineamos ao conceituar a noção de espaço adotada nesse trabalho.

Esse esquema conceitual permitiu compreender também que, embora os estudos sobre a teoria do crescimento urbano apontem para uma hierarquização entre social e econômico, o que há é uma complexa interação entre esses fatores. Constatação que está ligada à evolução das cidades, cuja organização é dada de forma conjunta. Apesar de nos países desenvolvidos (em especial o caso britânico, como enfatizou Clark (1985) em seu estudo), o crescimento urbano ter sido produto da industrialização enquanto que nos subdesenvolvidos ter sido marcado pelo crescimento demográfico (natural somado à migração), percebem-se semelhanças. Uma delas é a concentração da dominação da economia em algumas cidades; outra é a tendência à descentralização e a novas formas de aglomeração, como foi visto na abordagem sobre o centro e os subcentros.

Nessa abordagem, Villaça apresenta a organização do espaço urbano baseada no controle das classes sociais pelo seu tempo de deslocamento. Castells apresenta uma visão sociológica do espaço urbano. Essa tentativa de analisar o espaço como algo não inerte ou não preexistente, fica ainda mais clara com as idéias de Corrêa, que traz uma visão de dinâmica urbana, convergendo com as de Castells. Com seu detalhamento sobre os processos espaciais, os autores deixam evidente a atuação subjacente da própria dinâmica capitalista na organização do espaço, que se exprime a partir de um conjunto de processos. Dentre esses processos, destacamos a concentração (na verdade, mais para confirmar o que havia sido esclarecido sobre expansão urbana) e a centralização (ilustrando sua ligação com o viés desse trabalho, que tratará a centralização como especialização funcional e não como a simples formação de centro que pode ter diversas visões e delimitações). Dentre as formas resultantes, a caracterização de subcentros e de

centralidades foi esclarecedora, permitindo ver que a densidade de empregos é a variável aplicada com maior frequência nas metodologias internacionais, enquanto que em nível nacional as metodologias giram em torno da centralidade, especialmente morfológica.

Com esse apanhado, puderam ser compreendidos melhor os diversos conceitos e a forma que eles coadunam-se a esse trabalho. Depois, formulamos um esquema para visualizar melhor:

- Expansão urbana: crescimento urbano, crescimento físico das cidades;
- Concentração: aumento de pessoas e atividades em determinado lugar e momento; forma uma nucleação;
- Especialização funcional: especificação de uma atividade ou rede de atividades no mesmo espaço;
- Centralização: processo alimentado pela especialização funcional em determinado espaço;
- Centro: a forma originada pela centralização (dimensão espacial);
- Centralidade: característica da área com especialização funcional, com representatividade das suas atividades (dimensão temporal);
- Processos espaciais: conjunto de processos que moldam, distribuem e correlacionam o espaço.



3 A EXPANSÃO URBANA E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL

O objetivo desse capítulo é responder à primeira questão de pesquisa, que trata do papel da dinâmica sociopolítica e espacial no processo de centralização no Distrito Federal. Apresenta uma breve abordagem sobre o papel da expansão urbana no processo de centralização de atividades no Distrito Federal, lembrando também do papel do planejamento no estabelecimento inicial do centro político e simbólico da capital, a RA Brasília. De forma sintética, procura-se articular o contexto social e político como condicionante da organização do espaço e, em particular, a formação de centralidade como condicionante da especialização funcional. Esses processos teriam como resultado a formação de um centro consolidado, seu crescimento e seu fortalecimento. Com a expansão urbana e metropolitana, tendem a aparecer novas concentrações de habitantes que, com a evolução temporal, se constituem em novos mercados e em novas centralidades. Essa discussão é desenvolvida a partir de estudos bibliográficos acerca da formação do Distrito Federal, seus antecedentes e as tendências recentes. Será utilizada a mesma periodização que Cidade (*apud*, Paviani, 2003), Moraes (2004), Da Guia (2006) e Souza (2007), sendo que a dos Antecedentes se complementa com um período que abrange as fases consideradas pelos autores como a de Implementação e a de Consolidação (que vão de 1956 a 1969 e de 1970 a 1985, respectivamente); e as tendências recentes referem-se à fase de Expansão (de 1986 aos dias atuais).

3.1 Antecedentes: socioeconomia e organização territorial da região da capital

3.1.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização territorial

Segundo Paviani,(2007), a transferência da Capital já era assunto eminente desde a Colônia, quando Inconfidentes Mineiros pensaram em transferir a capital para o interior. No entanto, só em 1953, após ter sido inserido em inúmeras discussões geopolíticas o assunto foi oficializado com medidas mais concretas, a começar

pela autorização para estudos definitivos sobre o local da nova capital. Segue-se com a formação de comissões e estudos até a determinação da construção da cidade e a transferência da Capital, estabelecida por Juscelino Kubitschek em 1955.

Essa idéia é corroborada por Da Guia (2006, p. 35), que afirma que foi a economia aurífera, com a grande mobilidade espacial, que proporcionou as primeiras ocupações do Centro-Oeste. Em 1727 surgiu o povoado de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, transformado em distrito de Meia Ponte em 1732 e em Pirenópolis em 1890; o de Santa Luzia, em 1746, hoje Luziânia; e o de Santo Antônio do Descoberto, em 1750.

Com a expansão desses povoados e a criação de novos núcleos urbanos, já no século XIX, a ocupação intensificou-se. Essa época coincide com o arrefecimento urbano do país, com grandes mudanças na estrutura econômica nacional e local. A pecuária extensiva, praticada em pastagens naturais e lavoura de subsistência, consolidou a estrutura produtiva no setor primário, já que as minas de ouro de algumas regiões, como do Leste goiano, entraram em decadência e provocou o isolamento de vilas e arraiais existentes.

3.1.2 Ações de planejamento e de gestão

Em 1891, a primeira constituição republicana estipulava a transferência da Capital e em 1892 foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil pelo presidente Floriano Peixoto e chefiada por Luiz Cruls. Em 1896, após vários relatórios, demarcaram a área denominada de Quadrilátero Cruls, a área do novo Distrito Federal³. O assunto foi tratado pelos governos subseqüentes: Epiácio Pessoa, Getúlio Vargas (PAVIANI, 2007).

³ Tendo em vista a falta de homogeneidade de termos ao se referir a essa área, esclarecemos que a área a ser estudada é a da unidade federativa, do Distrito Federal, que engloba o território (campo e cidade), o que hoje é dividida em Regiões Administrativas. Assim, Brasília é a Região Administrativa I (RA Brasília) e refere-se apenas ao que se conhece como Plano Piloto. Sabe-se que, pela legislação federal, Brasília se refere ao município, já que as Regiões Administrativas não podem ser consideradas como sede municipais. No entanto, a maioria dos dados disponibilizados pelos órgãos públicos, trazem Brasília como a RA I; o Plano Piloto se

Já nos anos 1930 e 1940 surgiram novos interesses e estratégias para a região Centro-oeste. As políticas de ocupação territorial da “Marcha para Oeste” ocuparam o lugar do longo período de presença do governo federal marcada por ações militares e delimitação de fronteiras territoriais. Essas políticas foram baseadas no estímulo de migração para a região e, em Goiás, teve como principal ação a transferência da capital, de Goiás Velho para Goiânia, cuja construção reforçou o processo de interiorização da economia nacional e gerou grande desenvolvimento local, atraindo fluxos migratórios e constituindo-se em um centro socioeconômico no eixo Goiânia-Anápolis (DA GUIA, 2006).

Segundo Paviani (2007), os parlamentares debateram o assunto até que em 1953 a Lei 1.803 autorizou a realização de estudos definitivos para o local da nova Capital no Planalto Central. Com a eleição de JK, em 1955, a construção da cidade foi enfim determinada. Realizou-se concurso internacional para a escolha do plano da cidade, que foi vencido pelo urbanista Lúcio Costa com seu Plano Piloto de Brasília. As obras de infra-estrutura começaram em 1956, cuja preferência foi o aeroporto, as estradas, olarias, serrarias, o Catetinho e a compra de materiais básicos. Dá-se início nesse ano o que denominamos de Fase de Implementação, que será abordado adiante.

3.1.3 Aspectos produtivos e a formação de centralidade

De acordo com Da Guia (2006), a transferência da capital federal para o Planalto Central teve grande impacto social e econômico no leste goiano. Essa, sim, surgiu como um pólo de desenvolvimento regional, que atraiu quantidade expressiva de fluxo populacional e gerou expectativas e diversas intervenções que mudaram o cenário dominante. Já na preparação para a construção da cidade, municípios goianos de Corumbá de Goiás, Planaltina e Luziânia tiveram sua economia movimentada pela especulação de terras devido a proximidade física com o quadrilátero do Distrito Federal.

refere ao Plano Piloto de Brasília. Portanto, essa é uma escolha feita por conveniência, para igualar os termos e esclarecer a área de estudo.

Com isso já podia ser observada a emergência de dois agentes da organização espacial: o Estado (que, através do governo central, teve o controle de todas as etapas de construção e de implementação da nova capital) e os loteadores (fazendeiros e líderes políticos que dominaram a produção de loteamentos semi-urbanizados).

A desapropriação de fazendas e a transferência da sede municipal de Planaltina para fora da área (se tornando Planaltina de Goiás) foi o que marcou a delimitação do quadrilátero que abrigaria a capital federal. Com isso, houve a incorporação de terras, os crescentes fluxos migratórios e a valorização fundiária, que culminaram com a produção de loteamentos.

Essa revisão dos antecedentes da formação desse aglomerado mostra o parâmetro de organização espacial do Distrito Federal, baseado na economia de mercado representada pela incorporação de terras. Uma organização comandada em suma pelo maior possuidor de terras, o Estado, e pelos loteadores e que foi importante para as fases posteriores do Distrito Federal.

3.2 Socioeconomia e organização espacial do Distrito Federal nas Fases de Implementação e Consolidação

3.2.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização espacial

A Fase de Implementação da nova capital e do Distrito Federal (1956-1969), de acordo com Da Guia (2006, p. 37), é marcada pela transição entre o regime democrático (com destaque para as ações propostas por Juscelino Kubistchek) e o regime de ditadura militar. Foi a construção não só de uma cidade, mas de uma nova estrutura econômica nacional, com investimento em áreas estratégicas para o desenvolvimento que visava a substituir as importações tão latentes devido ao surto de urbanização da época e para mudar o fluxo migratório concentrado nos centros urbanos e industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Já a Fase de Consolidação (1970 a 1985) se dá na fase de fortalecimento dos governos autoritários, de aprofundamento das desigualdades sociais e de reorganização do

setor financeiro com a ampliação da economia de dependência de investimentos estrangeiros.

Com a implantação de um novo padrão de acumulação previsto no plano de criação da nova capital, transformou-se a região Centro-Oeste em economia nacional, na qual prevaleceu uma contraposição entre a economia baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência com a nova economia, integrada à nacional.

Nesse mesmo período já era possível perceber a consolidação do seu papel na economia local como uma “metrópole terciária” (PAVIANI, 1985, *apud*, DA GUIA, 2006, p. 47). O dinamismo no mercado imobiliário (em virtude do processo de urbanização do Distrito Federal e da ação do BNH⁴) e a acelerada urbanização das economias locais, indicavam um aumento da participação do setor terciário nas economias do DF, Planaltina de Goiás e Luziânia, o que começava a contribuir para o perfil econômico que persiste nos dias atuais.

Outras características dessa economia para Da Guia (2006), que se refletem na organização da cidade, são a concentração da população na Região Administrativa de Brasília, como também dos equipamentos urbanos, de grande parte do comércio e dos serviços, a conseqüente existência de empregos e renda e a expressiva participação das atividades e serviços vinculados à administração pública federal. Características que demonstravam o crescente grau de centralidade da Região Administrativa de Brasília iniciado nesse período em relação aos demais assentamentos, caracterizando-a como núcleo do DF.

Assim, pode-se dizer que havia uma realidade urbana na cidade central (RA Brasília e assentamentos) e uma rural nos municípios do entorno, o que afetava a

⁴ Banco Nacional de Habitação, que foi criado para atender, com linhas de crédito e de financiamento, as necessidades habitacionais crescentes e promover o aquecimento da economia com empregos na construção civil. Foi extinto na segunda metade da década de 1980, depois de um colapso no Sistema Financeiro de Habitação (DA GUIA, 2006, p. 2-3)

organização do espaço. Um processo marcado por duas fases: uma de grande expansão demográfica na RA Brasília (anos 50 e 60), com os movimentos da população, que eram de funcionários públicos, trabalhadores da construção civil e pequenos comerciantes; outra, com a inflexão demográfica na RA Brasília e a expansão territorial e formação do Distrito Federal. Fato que se deu a partir de 1970 com a alteração na direção dos fluxos migratórios não só para o DF, mas também para o entorno do Distrito Federal. Nessa década já se percebia um processo de periferização, quando começou a emigração do DF para o Estado de Goiás, como para Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, que concentravam as demandas por moradia não atendidas na capital (Da Guia, 2006, p. 45-47). Ou seja, nesse período houve a expansão demográfica do Distrito Federal, mas a expansão urbana já havia começado fora dessa área.

Essa inflexão demográfica não é assegurada por Paviani (2007). Segundo ele, o aumento da população se deu no mesmo ritmo de aceleração das obras. A construção dos edifícios, em 1957, contava com uma população de 12.700 pessoas, segundo o Censo do IBGE, que se distribuíam pelos poucos núcleos urbanos existentes: Planaltina, Brazlândia, Núcleo Bandeirante e Brasília. Em 1959, essa quantidade de pessoas havia crescido para 64.314, distribuindo-se também em Taguatinga. No ano da inauguração da capital, haviam 141.742 habitantes, que agora contavam também com Sobradinho e Gama para morar. Em 1970, o Censo encontrou 516.896 habitantes e dez anos depois esse número superou a casa do milhão: 1.138.835 habitantes.

3.2.2 Ações de planejamento e de gestão

Em vários estudos sobre o espaço urbano do DF, é fácil perceber a possibilidade de confusão entre Estado e incorporadores imobiliários. Isso se deve ao fato de que o Estado muitas vezes assume um duplo papel na estruturação do território. Talvez isso possa ser explicado pela própria intenção de implementação da nova capital, projetada pelo e para o Estado.

Para Da Guia (2006, p. 41), essa intervenção estatal na estruturação do território do Distrito Federal tem sido uma realidade desde a fase do projeto urbanístico, passando pela urbanização e alienação de terras e chegando a ações de incorporação de terras ao setor produtivo, a doações e concessões de terras, a ações de gestão do território e aos investimentos em infra-estrutura urbana. O que se deve deixar claro é que, para fins deste estudo, há uma distinção entre planejamento e gestão do território. Enquanto o planejamento se refere a intenções do Estado, a gestão está relacionada com as ações efetivas no território.

O projeto urbanístico vencedor de Lúcio Costa estava calcado na racionalidade modernista, previa abrigar uma população de 500 mil habitantes (sendo que o crescimento se daria de dentro para fora do centro, RA Brasília, pretensão que foi rompida antes mesmo da finalização das obras devido aos fluxos migratórios) e criar cidades satélites auto-organizadas e interligadas por um sistema de transporte público eficiente. Outro fator importante para a compreensão da organização espacial da nova capital é que esse centro já foi definido no projeto, mas antes mesmo da inauguração da cidade foi iniciado o polinucleamento do Distrito Federal. Já que o plano não previa a moradia da população operária, foram criadas cidades dormitórios, de baixa renda e mercado inicialmente muito limitado.

A Fase de Consolidação é caracterizada pelo planejamento racional e tecnicista (coordenados pelo governo federal em escala regional), com a elaboração de planos como o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB), o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) e o Plano de Estruturação e Ordenamento Territorial do Distrito Federal, que estabeleciam níveis de intervenção estatal e delimitavam a região. Planos que, em resumo, reforçaram o papel do Distrito Federal como região central, sua dinamização econômica e sua ocupação restrita, não atendendo aos municípios do entorno do Distrito Federal.

Nessa polinucleação iniciada no Distrito Federal, a moradia foi concedida por hierarquia funcional, o que gerou núcleos habitacionais de militares no Cruzeiro, de engenheiros na Vila Planalto e de burocratas federais nas Asas Residenciais. A partir de 1960, os demais passaram a ser alocados nas cidades satélites (que a partir de 1997 foram chamadas de Regiões Administrativas), como no Gama, Núcleo Bandeirante e Guará, que começaram a ser construídas para absorver os trabalhadores. Ou seja, já se percebia o engendramento de políticas territoriais para um conjunto urbano polinucleado, disperso e capitaneado pela centralidade da RA Brasília.

A imagem de satélite seguinte mostra a mancha urbana do DF em 1976, depois de ter sido iniciado o policuleamento em Gama, Núcleo Bandeirantes e Guará. Pode-se ver também a área de Ceilândia, Taguatinga e Sobradinho. A área urbana é a parte mais esverdeada na imagem.

Figura 1: Imagem de satélite da mancha urbana do Distrito Federal em 1976



Fonte: INPE⁵

O reforço dessa polinucleação se deu com as políticas de erradicação de favelas, com a atuação do BNH, que promoveu a construção de milhares de moradias pelas cidades satélites e pelo entorno do Distrito Federal, e com a criação da Terracap, que consolidou o mercado de terras no DF. Outro plano proposto foi o Plano de Estruturação e Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PEOT), que direcionava a expansão urbana a partir do sistema viário, abastecimento de água e esgotamento sanitário e que adensou as áreas de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, como vimos na imagem anterior. Enfim, planos que, para Da Guia

⁵ LANDSAT 1 SENSOR MSS DATA 14/10/1976, ORBITA 237, PONTO 071, BANDAS 4,5,6.

(2006) procuravam contornar o fato de o plano de Lúcio Costa não ter considerado a ocupação do território como um todo.

3.2.3 Diversidade produtiva e a formação de centralidades

O processo de urbanização, segundo Paviani (2007), levou a inevitáveis transformações sociais e econômicas, impulsionadas por modernizações tecnológicas, políticas e administrativas, além do desenvolvimento dos serviços e da indústria. A implantação de indústrias se deu de forma embrionária, sob controle em razão das delimitações do Plano Piloto da Capital.

Problemas típicos urbanos numa região rural, o condicionamento das diferenças sociais (a começar pela hierarquia na provisão de moradia), a gestão do território produzindo um espaço segregado, o monopólio de terras como mecanismo de ordenamento territorial, a constituição de uma estrutura urbana polinucleada e o processo de periferização são alguns dos resultados apontados por Da Guia (2006, p. 44) para a Fase de Implementação, o primeiro período da gestão do território.

Não obstante, a Fase de Consolidação do Distrito Federal foi caracterizada pela função dos municípios goianos, pela gênese da cidade horizontal, desconcentrada e de altos custos sociais e urbanos, pelo aprofundamento da segmentação espacial, pelo reforço do binômio habitar/trabalhar, pelo reforço do modelo de urbanização centro – periferia com a estrutura urbana polinucleada e por planos que, de um lado, rompiam com a intenção do projeto e de outro, reforçavam-no.

Na segunda metade da década de 1960, Fase de Implementação, estavam sendo abertas novas áreas para o setor produtivo e no DF percebia-se uma dupla realidade: nos municípios do entorno do Distrito Federal as pessoas estavam ocupadas no setor primário da economia, enquanto que no Distrito Federal havia predominância de pessoas ocupadas no setor terciário. Fatores que colaboraram para que a Região Administrativa de Brasília, junto com as outras Regiões

Administrativas, se consolidassem, na década de 1970, como uma “metrópole terciária”. O mercado imobiliário estava sendo dinamizado no Distrito Federal devido ao seu processo de urbanização e à atuação do BNH e havia uma acelerada urbanização das economias locais, o que proporcionava o consumo em escala, a maior qualidade e a diversificação dos produtos. Vale ressaltar ainda que a estrutura produtiva do Distrito Federal era influenciada pela participação das atividades e serviços vinculados à administração pública federal, já que o mercado consumidor atraía poucos empregos nas cidades satélites.

O espaço urbano do Distrito Federal na Fase de Implementação foi produzido de forma diferenciada. Os espaços residenciais foram produzidos por classe, com uma hierarquização baseada na função dos que trabalhavam na construção da RA Brasília. Os demais grupos foram expulsos do centro para assentamentos populares projetados ou para loteamentos semi-urbanizados. Ao mesmo tempo em que o aglomerado se espalhava, apontava a gênese da cidade horizontal, bastante desconcentrada e com altos custos sociais e de urbanização.

Uma configuração urbana que culminou, na Fase de Consolidação, somadas às ações do mercado imobiliário, com a existência de quatro padrões de urbanização: o do sítio tradicional de Luziânia, Planaltina, Brazlândia e Santo Antônio do Descoberto; o dos assentamentos populares, com elevada densidade habitacional e infra-estrutura básica, o do sítio da nova capital, com baixa densidade demográfica e concentração de serviços e equipamentos; e o do produto da ação de loteadores e incorporadores imobiliários, como no trecho entre Luziânia e Distrito Federal.

Segundo Cidade (2005), essas circunstâncias da criação da RA Brasília e a forma como a nova Capital se inseriu no projeto desenvolvimentista é mostrado em inúmeros estudos, como em Holston, Hall, Cidade, Moraes e Peluso. A autora afirma ainda que o projeto de Lúcio Costa foi alvo do cultivo de uma imagem de da RA Brasília como símbolo nacional, dentre os quais ela destaca o estudo também

de Jatobá (*apud* CIDADE, 2005). Essa abordagem é feita ainda por Bicca (*apud* PAVIANI, 1985), ao tratar dos mitos e realidades da cidade; por Cidade (2003), ao estudar a qualidade ambiental e as práticas sócio-espaciais; e por Gonzáles (*apud* PAVIANI, 1985), ao estudar a segregação residencial no Distrito Federal.

3.3 Socioeconomia e organização espacial do Distrito Federal na Fase de Expansão

As tendências recentes referem-se à Fase de Expansão do Distrito Federal, que, a título de organização do trabalho, se iniciou em 1986 e se estende à ao período atual (2009). Desde então, as ações de gestão do território têm determinado o padrão periférico desse espaço, com o direcionamento dos fluxos migratórios e com a consolidação da centralidade na RA Brasília. Nessa perspectiva, o tópico pretende-se verificar o andamento do processo de centralização e da expansão urbana do Distrito Federal no período mencionado.

3.3.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização espacial

Em um contexto socioeconômico nacional marcado por crise econômica, adquiria autonomia política e administrativa, o que indicava a tendência a mudanças no quadro urbano do DF em geral, já que mudariam as ações de gestão do território. De modo geral, pode-se dizer que a estrutura produtiva estava acompanhando as tendências de urbanização. A Região Administrativa de Brasília apresentava concentração no setor de serviços, exercendo forte polarização econômica, diante da concentração em seu território dos empregos, serviços e equipamentos urbanos. A função administrativa, influenciada pelas atividades relativas à função de capital federal, à concentração de renda, de atividades econômicas e de população são responsáveis por uma estrutura monocêntrica e uma ênfase muito grande nas atividades terciárias. O quadro a seguir mostra a população total e a taxa média geométrica do crescimento anual segundo as localidades:

Quadro 3: População total e taxa média geométrica do crescimento anual segundo as localidades – 1996/2000⁶

LOCALIDADES	População				Taxa de Crescimento anual
	1996		2000		
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%	
Distrito Federal	1821946	100	2051146	100	3,01
Ceilândia	342885	18,82	344039	16,77	0,08
Taguatinga	221254	12,14	243575	11,68	2,43
Brasília	202426	11,11	198422	9,36	-0,5
Samambaia	157341	8,64	164319	8,01	1,09
Gama	121604	6,67	130580	6,37	1,8
Planaltina	116452	6,39	147114	7,17	6,02
Guará	102709	5,64	115385	5,63	2,95
Sobradinho	101136	5,55	128789	6,28	6,23
Cruzeiro	56008	3,07	63883	3,11	3,34
Recanto das Emas	51671	2,84	93287	4,55	15,92
Brazlândia	47714	2,62	52698	2,57	2,51
Paranoá	47126	2,59	54902	2,68	3,89
São Sebastião	44235	2,43	64322	3,14	9,81
Santa Maria	37706	4,81	98679	4,81	2,99
Núcleo Bandeirante	31327	1,72	36472	1,78	3,87
Lago Sul	28946	1,59	28137	1,37	-0,71
Lago Norte	26211	1,44	29505	1,44	3
Riacho Fundo	21371	1,17	41404	2,02	17,98
Candangolândia	13827	0,76	15634	0,76	3,12

Fonte: Souza (2007)

A Fase de Expansão do Distrito Federal se deu em um quadro de crise econômica, com o reforço das desigualdades sociais geradas pelo surto desenvolvimentista do período militar. De acordo com Da Guia (2006, p. 57), na esfera econômica surgiam as ilhas de produtividade, demonstrando a desarticulação das economias regionais e aprofundando as desigualdades inter e intra-regionais. Na esfera política, a promulgação da Constituição Federal marcava uma fase de redemocratização e de descentralização administrativa. Foi ela também que deu autonomia política e administrativa à RA Brasília, a começar pela eleição direta para governador, a partir da qual se estruturou o Legislativo e o Judiciário e indicou mudanças nas ações de gestão do território.

⁶ A ausência de algumas Regiões Administrativas neste e em outros quadros dessa pesquisa é explicada devido à falta de delimitação das suas poligonais, o que faz com que sejam analisadas juntamente com as RAs vizinhas.

No mercado de trabalho havia poucas pessoas ocupadas no setor primário na RA Brasília no período entre 1980 e 2000. Nesse mesmo período, constata-se um aumento da população ocupada no setor secundário, que pode ser devido à transformação exigida pela urbanização da economia. Mesmo assim, houve um aumento da taxa de desemprego gerada pela consolidação da RA Brasília. Enfim, a estrutura produtiva debilitada e o mercado de trabalho em transformação com a concentração espacial de empregos na RA Brasília reforçam o gradiente descendente do centro para a periferia no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho e renda (como pode ser observado no Anexo 15, que mostra a renda domiciliar mensal por Região Administrativa em 2004). O engendramento desses fatores com a dependência dos transportes têm traçado o processo de metropolização do Distrito Federal que tem sido experimentado nas últimas décadas.

Os movimentos populacionais apresentaram significativas mudanças no período de expansão, como o aumento das migrações intra-urbanas (as intra-regionais e intrametropolitanos). Tendência que se repetia no Distrito Federal e consolidava a periferização, já que as maiores taxas de crescimento foram nos municípios limítrofes do Distrito Federal.

Da Guia (2006, p. 60) constata que no período entre 1995 e 2000, 80.550 pessoas saíram do Distrito Federal em direção ao entorno do Distrito Federal, o que reforça a tendência de desconcentração demográfica delineada desde a década de 1970. Estudos mostram que essa mobilidade pode ser devido aos elevados custos de moradia na RA Brasília. De qualquer forma, os destinos principais dessa mudança foram Taguatinga, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Cruzeiro, Lago Sul e Lago Norte, reforçados pela expansão imobiliária em direção à Taguatinga, Águas Claras e condomínios irregulares. Vale ressaltar aqui que essa mobilidade nem sempre é acompanhada pelas atividades econômicas.

Para Paviani (2007), a partir de 1990 as ocupações de terra recrudescem, sejam com favelas, logo transferidas para as RAs ou pela criação de novos assentamentos semi-urbanizados como Samambaia. Foi intensa também a grilagem e a ocupação de terras públicas ou privadas.

Na imagem de satélite seguinte, pode-se comprovar como ficou o Distrito Federal com essa expansão. Além dessas cidades em expansão, especialmente no eixo sudeste do DF, percebe-se na imagem ainda a implantação de Samambaia, Santa Maria e Recanto das Emas, cujas leis de criação datam de 1989, 1992 e 1993, respectivamente⁷, e que não haviam sido pavimentadas.

Figura 2: Imagem de satélite com a mancha urbana do Distrito Federal em 2000



Fonte: INPE⁸

⁷ Anuário Estatístico da Codeplan – 2005.

⁸ LANDSAT 5 SENSOR TM, DATA 05/06/2000, ORBITA 221, PONTO 071, BANDAS 1,2,3.

Nessa imagem com a mancha urbana do DF em 2000, as áreas acinzentadas são as Regiões Administrativas já consolidadas. As áreas mais alaranjadas são as das cidades ainda em processo de implantação, como mencionado acima. Essa mancha urbana mais densa em um eixo determinado do DF será melhor compreendida no próximo item, ao tratarmos das ações de planejamento e de gestão dessa fase.

3.3.2 Ações de planejamento e de gestão

A proposta e a prática da gestão do território continuam sendo influenciadas pela realidade social e econômica nessa fase de expansão do Distrito Federal. Segundo Da Guia (2006, p. 68), o final da década de 1980 é marcado ainda pelos planos de desenvolvimento regional de iniciativa do governo federal, como o Programa Dom Bosco, que visava ampliar e diversificar o mercado de trabalho no entorno do DF. De iniciativa local, houve o Proentorno, de iniciativa do governo de Goiás, que não chegou a ser implementado. Mas o que se destacou foi a criação da Secretaria do Entorno de Brasília e a da Região de Desenvolvimento do Entorno de Brasília (RIDE)⁹ em 1995 e em 1997. Ambas criadas pelo governo federal frente à crescente problemática urbana nas agendas políticas.

Além das indicativas de mudança devido a autonomia política e administrativa da RA Brasília com a promulgação da Constituição Federal, o que começaria em breve a ter embates no território, outras ações foram percebidas nesse período. Dentre as ações que tiveram embate na estruturação intra-urbana do DF estão o tombamento do sítio da capital federal no final da década de 1980, com vistas a preservar os princípios urbanísticos e arquitetônicos do Plano Piloto de Brasília, a elaboração do Plano de Ordenamento Territorial (PDOT)¹⁰ em 1997 para atender as diretrizes da Constituição Federal e a Lei Orgânica elaborada pela Câmara Legislativa do DF.

⁹ Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000

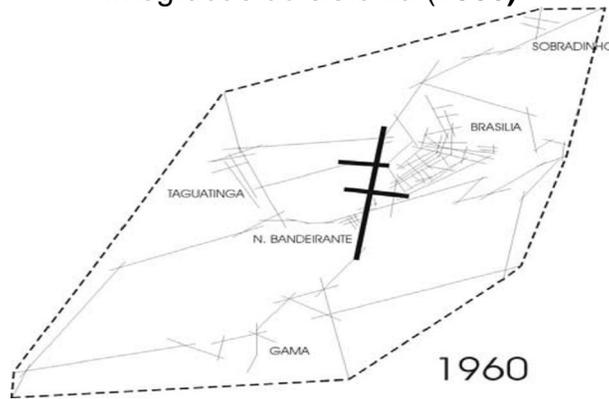
¹⁰ Lei Complementar n 17, de 28 de janeiro de 1997.

Dentre outras características, o PDOT reconhece dois eixos de expansão espacial no Distrito Federal (o sudeste – cuja mancha é mais densa na imagem de satélite anterior - e o nordeste), que, de forma resumida, indicam áreas de dinamização, de conurbação de cidades satélites, de criação de regiões administrativas, de adensamento de outras, etc. Além disso, esse plano prevê novas nucleações para o Distrito Federal, dentre elas o Gama seria o núcleo de uma. As outras nucleações previstas são Sobradinho e SIA, além da já consolidada Taguatinga-Ceilândia-Samambaia. Não obstante, é importante ressaltar também que não é determinante o fato de haver esses dois eixos de expansão espacial no DF, uma vez que se refere mais à morfologia do que à função da estrutura espacial urbana e que o eixo sudeste já vem exercendo forte papel integrador desde 1960, como comprovaram Mota e Holanda (2001).

Esses autores utilizaram a Teoria da Sintaxe Espacial¹¹ para demonstrar que a Região Administrativa de Brasília não constitui o centro morfológico da estrutura espacial urbana do Distrito Federal, já que o eixo com as principais vias do Distrito Federal sempre estiveram fora dessa RA, como pode ser verificado nas figuras a seguir de 1960 a 1998:

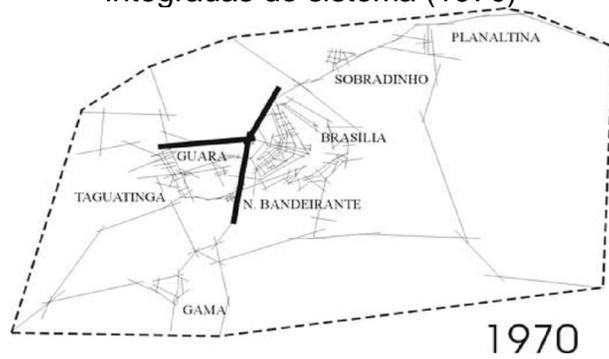
¹¹ A teoria da sintaxe espacial foi proposta inicialmente por Bill Hillier e outros da Bartlett School of Graduate Studies, de Londres. Posteriormente, vários pesquisadores a desenvolveram e aplicaram-na para compreender basicamente a relação da configuração de cidades com a maneira pela qual as pessoas utilizam o seu espaço. Para mais detalhes, ver Alarcón (2004).

Figura 3: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal – três linhas mais integradas do sistema (1960)



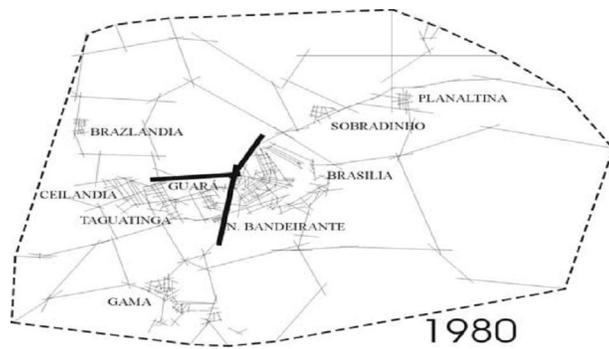
Fonte: Mota e Holanda (2001)

Figura 4: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1970)



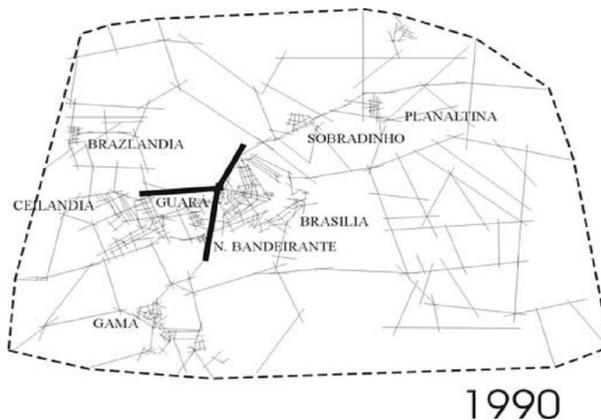
Fonte: Mota e Holanda (2001)

Figura 5: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1980)



Fonte: Mota e Holanda (2001)

Figura 6: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1990)



1990
Fonte: Mota e Holanda (2001)

Figura 7: Mapa axial das principais vias do Distrito Federal - três linhas mais integradas do sistema (1998)



1998
Fonte: Mota e Holanda (2001)

Esses mapas mostram que o centro morfológico já em 1960 se localizava fora da RA Brasília, a oeste dessa RA. Nesse eixo começaram a ser construídas a maioria das RAs, todas localizadas de forma estratégica longe do centro para resguardar as feições originais, como já foi abordado.

Na verdade essas preocupações já haviam sido previstas em propostas de desenho urbano para o Distrito Federal. O Plano Estrutural de Organização Territorial do DF (PEOT), por exemplo, já na década de 1970, estava propondo que o uso do solo fosse concentrado próximo aos corredores de transporte de massa. Uma intenção que parece não estar se efetivando. Águas Claras, cujo

projeto original se propunha a abarcar a transferência de uma quantidade de empregos da RA Brasília, foi implantada em uma dessas áreas de dinamização do PEOT, no entanto resultou em um imenso canteiro de obras destinadas a residências. Como não houve geração de atividades necessárias à população dessa cidade, ela se desloca para a RA Brasília.

3.3.3 Diversidade produtiva e a formação de centralidades

A análise do período de expansão do Distrito Federal, com a concentração de grupos de média e alta renda no centro e o direcionamento dos pobres em direção às periferias, mostra a emergência de ações estatais rumo à revisão do modelo polinucleado e de proliferação de assentamentos irregulares em áreas rurais próximas à RA Brasília (como Itapuã, Varjão e Estrutural). Ou seja, ações que reforçam o processo de periferização. Fato que pode ser comprovado pelo aumento da população em todas as Regiões Administrativas, como foi visto no quadro anterior, exceto na RA Brasília e no Lago Sul.

Ao longo desse período, a economia do Distrito Federal mantém-se concentrada no Distrito Federal. Da Guia (2006, p.63) constata que o Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal no período entre 1999 e 2003 é cinco vezes maior do que o dos outros municípios do aglomerado, com maior setor de serviços. Nota-se ainda que a estrutura produtiva é bastante influenciada pela capital federal e que a geração de empregos e de renda predomina na RA Brasília, demonstrando o seu grau de centralidade. Além disso, a economia é marcada pela grande participação do setor terciário na economia regional, pela função administrativa, pela concentração da renda, das atividades e da população. O resultado de toda essa dinâmica pode ser visualizado na Figura 8:

Figura 8: Imagem de satélite da mancha urbana do Distrito Federal em 2009



Fonte: INPE¹²

Percebe-se nessa imagem uma área urbana consolidada (áreas mais acinzentadas), com diversas concentrações, com trinta regiões administrativas e cuja expansão tem se dado principalmente no eixo sudeste da RA Brasília.

Diante desse reforço da periferização, Da Guia (2006, p. 71) traça uma estrutura urbana monocêntrica com três cenários urbanos distintos e inter-relacionados: o primeiro é formado pelo polígono do tombamento e adjacências e capitaneado pela RA Brasília, onde há concentração de empregos, serviços e equipamentos, grande rotatividade populacional e baixa densidade demográfica; o segundo é

¹² LANDSAT 5 SENSOR TM DATA 12/03/2009, ORBITA 221, PONTO 071, BANDAS 1,2,3.

capitaneado por Taguatinga e Ceilândia, com certa independência da RA Brasília, grandes rotatividade populacional e densidade demográfica; o terceiro é uma área mais periférica, heterogênea, capitaneada por Luziânia e Valparaíso de Goiás e dependente da RA Brasília.

3.4 Tópicos conclusivos

Diante dessa contextualização, pode-se dizer que na fase dos antecedentes (implementação e consolidação), as ações estatais foram determinantes para o crescimento econômico da cidade e da região, com a implantação de estrutura urbana polinucleada ao mesmo tempo em que reforçou a centralidade da RA Brasília, dada com a polarização entre local de trabalho e local de moradia e pela concentração de empregos, equipamentos e serviços no centro. Com a consolidação desse centro, as ações de gestão do território reforçaram a periferação, com a restrição do uso e ocupação da Bacia do Paranoá e a expansão territorial para áreas cada vez mais distantes.

O resultado é um modelo dicotômico baseado em uma urbanização centro-periferia, mas moldado por uma estrutura urbana fragmentada e dispersa. Essa dinâmica demonstra a relação entre o contexto socioeconômico, as ações de gestão do território e a expansão urbana. Em outras palavras, mostra a ligação entre o processo de centralização e a expansão urbana do Distrito Federal e a necessidade de compreensão de suas escalas sublocais. Já que esses processos estão concatenados no âmbito regional e há uma tendência cada vez maior de periferação (para usar o termo empregado por Da Guia), resta verificar como são reproduzidos no Gama.

4 A EXPANSÃO URBANA E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO GAMA

Diante do modelo de estruturação do espaço no Distrito Federal detalhado no item anterior, a função desse capítulo é responder à segunda questão de pesquisa, que trata do papel da expansão urbana na nucleação de atividades no Gama. Descreve a estrutura socioeconômica do Gama, a gestão do território local e os resultados sobre a configuração do seu espaço urbano. O objetivo é tratar do papel do processo de expansão urbana no fortalecimento de atividades econômicas no Gama e detalhar como essas variáveis são reproduzidas localmente. Para isso, utilizou-se a mesma periodização do capítulo anterior, por se tratar de uma realidade que não é apenas local, mas se refere também a um resultado da criação do Distrito Federal: Fases de Implementação, de Consolidação e de Expansão.

4.1 Socioeconomia e organização espacial do Gama nas Fases de Implementação e Consolidação

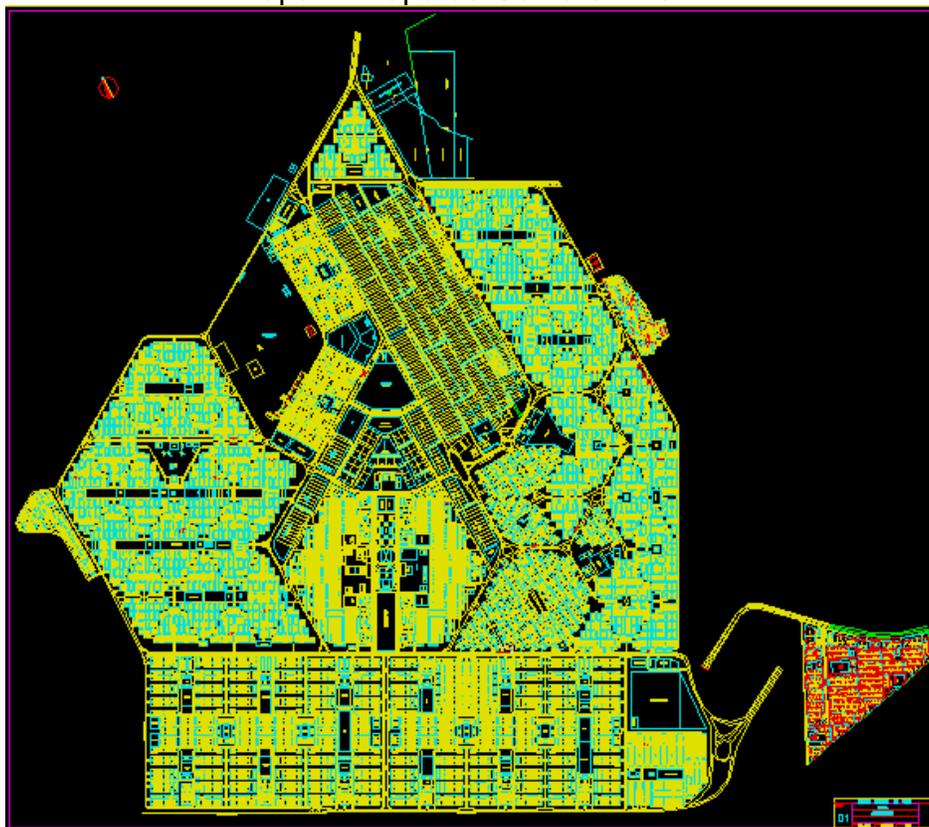
4.1.1 Aspectos socioeconômicos e organização espacial

Frente a um quadro urbano marcado, dentre outros aspectos já descritos, pela escassez de moradia para a classe operária que trabalhava na construção da nova capital, o governo se viu obrigado a alocá-los em algum lugar. A solução encontrada foi a criação de cidades satélites. A partir de 1960, esses operários passaram a ser alocados em cidades como Gama, Núcleo Bandeirante e Guará, que começaram a ser construídas para absorver os trabalhadores. O Gama foi inaugurado em 12 de outubro de 1960 e foi construído de forma estratégica a cerca de 30 Km a sudoeste da RA Brasília para abrigar os moradores removidos dos acampamentos do Paranoá (de áreas que foram submersas pelo Lago Paranoá), Vila Planalto e Vila Amauri (FRAZÃO, 2004, p. 40).

A planta da cidade foi elaborada por Paulo Hungria, arquiteto que dividiu a cidade em seis setores (Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e DVO) e que deu um aspecto hexagonal às quadras, criando uma imagem semelhante a uma colméia, como

pode ser visto no Mapa 1). Explicação para a cidade ter sido conhecida como cidade colméia. O que chama a atenção nessa planta é que o único que não foi planejado foi o Setor Central, que foi apenas delineado. Isso sugere que já naquela época presumia-se a organização do espaço a ser determinada pela atividade produtiva. A cidade começou com vinte e cinco casas de madeira construídas para os trabalhadores da “sub-prefeitura” e depois com a transferência das trinta famílias removidas.

Mapa 1: Mapa do Gama em 1974



Fonte: Administração Regional do Gama

4.1.2 Ações de planejamento e de gestão

Nesse item, é importante ressaltar que a RA Gama, assim como as outras RAs, pela legislação federal, não pode ser considerado sede municipal, pois o município é Brasília. Essa é uma das razões pelas quais o planejamento e a gestão dessa cidade esteja tão atrelada ao da RA Brasília.

Dentre as intenções de ação estatal no Gama que se sobressaíram nessa Fase de Implementação e de Consolidação da cidade estão o estabelecimento da Região de Desenvolvimento do Entorno de Brasília - RIDE e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT em 1998 e 1997, respectivamente.

A RIDE foi criada para a articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal, cujos interesses prioritários são os serviços públicos comuns a esses estados. A competência geral está em torno da infra-estrutura, transportes, saúde, educação habitação, segurança, recursos hídricos, sistema viário e parcelamento, uso e ocupação do solo. Como o Gama fica na divisa do Distrito Federal com o Goiás, as ações da RIDE têm embate direto na cidade.

Uma das disposições do PDOT 1997 é que o Gama é uma Zona Urbana de Dinamização, ou seja, uma área já urbanizada que tem como prioridade a expansão urbana. Dentre as principais intenções para isso estão a indução a centralizá-lo em caráter regional, reforçar a autonomia e revitalização da cidade, promover programas habitacionais, priorizar a realização de investimentos públicos em infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, promover o adensamento do uso e da ocupação do solo, promover e flexibilizar os usos e induzir a ocupação de áreas urbanas ociosas¹³. Intenções que tem resultados diretos na organização espacial da cidade.

¹³ Artigo 19, Seção 1, Capítulo 2, Título II do PDOT.

Uma das primeiras ações de gestão do território do Gama foi a criação da Lei 3.751 em 13 de abril de 1960, que regulamentou a implantação das cidades satélites nas proximidades da RA Brasília por força da mão de obra que se deslocava para a construção da Capital Federal. Somente em 1967 a cidade foi oficializada pelo Decreto 571. Quase três décadas depois surgiram os decretos que fixaram os limites das Regiões Administrativas do Distrito Federal (Decretos números 11.921/1989, 14.604/1993 e 15.046/1993).

4.1.3 Diversidade produtiva e a organização espacial urbana

Apesar da precariedade de dados, os números da Codeplan mostram a existência de doze gêneros de indústrias no período 1981/82, entre as quais estavam distribuídos 42 estabelecimentos. Tiveram destaque os de produtos alimentares (13), os de produtos minerais não metálicos (9) e os de indústria metalúrgica (6): 66,7% do setor. Ou seja, a indústria do Gama estava voltada para a elaboração de produtos destinados ao consumo alimentício interno e à construção civil. A observação quanto ao número de empregados em cada estabelecimento (918 no total) evidenciava a predominância de unidades de pequeno porte (52,4% das indústrias possuíam menos de cinco funcionários).

Com relação a atividade de serviços, que incluíam o comércio de mercadorias, transporte e comunicação, prestação de serviços, atividades sociais e da administração pública, os estabelecimentos comerciais estavam assim distribuídos: 31,8% de gêneros alimentícios em geral, 22,6% de cafés, bares, restaurantes e afins e 45,6% de outros tipos de comércio. Essa fonte revela que 95,5% da população residente no Gama compravam produtos alimentares na própria localidade. O restante se abastecia na RA Brasília e em Taguatinga. Quanto a produtos não alimentares, cerca de 69,4% da população os adquiriam no comércio local 30,6% em outras localidades do Distrito Federal. Outros produtos comprados fora do Gama eram móveis, eletrodomésticos e similares.

Entre 1981 e 1984, dados com base no Anuário Estatístico revelam que houve um incremento no consumo de energia elétrica nas regiões administrativas, com exceção do Gama e de Brazlândia, como é percebido na tabela a seguir. Enquanto esse consumo total aumentou de 57,7% para 60,1% na RA Brasília (Plano Piloto) e esteve entre 7 e 11,2% nas outras, no Gama essa porcentagem diminuiu de 4,9 para 4%, mostrando ainda a concentração significativa de atividades econômicas no centro consolidado. Essa concentração fica mais visível quando fazemos uma leitura por classe: o consumo de energia elétrica no Gama aumentou para uso residencial, mas diminuiu para o uso comercial (que aumentou nesse período em todas as outras Regiões Administrativas) e para o uso industrial. Esse último diminuiu também para outras RAs, seguindo uma tendência contrária a do Distrito Federal, já que o setor terciário estava evoluindo.

Quadro 4: Consumo de energia, por classe e localidades (em MWh) – 1981/1984

LOCALIDADE	Total		Residencial		Comercial		Industrial	
	1981	1984	1981	1984	1981	1984	1981	1984
Distrito Federal	868365	1046702	392688	493982	346072	424414	129605	128306
Plano Piloto	501489	629903	193576	254810	277124	347341	30789	27752
N. Bandeirante	14065	17390	7550	10491	5466	5858	1049	1041
Guará	36765	44243	31162	37808	4346	4872	1257	1563
Gama	43150	42522	25629	28405	10653	8067	6868	6050
Taguatinga	85533	103578	52597	63281	26009	27993	6927	12304
Ceilândia	68935	81913	54478	66430	8904	11532	5553	3951
Brazlândia	96648	13532	3083	4044	6331	9072	234	416
Sobradinho	98109	99402	17542	19766	4550	5760	76017	73866
Planaltina	10671	14219	7071	8937	2689	3919	911	1363

Fonte: Souza (2007)

No que se refere aos serviços de abastecimento de água, a Administração do Gama, com base em dados da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), mostrou que, em dezembro de 1983, quando a população do Gama era de 152.351 habitantes, o número de pessoas atendidas pelos serviços de água potável foi de 151.590, alcançando um percentual de 99,5%. Com relação ao consumo de energia elétrica, no mesmo ano, houve um incremento pouco

significativo em seu consumo global (2,44%), sendo a localidade que menos ampliou o seu total de consumidores (0,97%).

O Imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) e o Imposto sobre serviços (ISS) foram indicadores do desempenho da atividade de serviços no Gama. Com a evolução do número de contribuintes ativos do ICM no período 1978/81, verificou-se uma oscilação do crescimento no número de estabelecimentos atacadistas, paralelo a uma redução do número de atacadistas do Distrito Federal. Quanto ao comércio varejista, notou-se crescimento percentual quase duas vezes maior que o do Distrito Federal, relativo ao número de contribuintes. Nesse período houve uma variação de 28,6% no número de estabelecimentos atacadistas no Gama contra 17,9% no Distrito Federal e 25,6% no número de estabelecimentos varejistas contra 13,4% no DF. Além disso, a receita arrecadada com ICM, 1979 a 1983, confirma essa tendência de crescimento na arrecadação, em termos reais, de 3,6% contra 11,7% para o Distrito Federal.

A análise desses dados mostra uma atividade industrial incipiente e, como já havia constatado Da Guia (2006) para esse período referente ao Distrito Federal, com base no setor secundário. Foi o começo do aumento da população ocupada nesse setor da economia, que pode indicar o reaquecimento da indústria da construção civil para atender o mercado consumidor decorrente da urbanização da economia no aglomerado. Fato que justifica também a tendência apontada de aumento da arrecadação. Em contrapartida, o incremento no número de população atendida pelo abastecimento de água e energia foi baixo, incluindo uma queda nas unidades de economia industrial atendidas, o que comprova o perfil não industrial da cidade.

Embora o incremento na área urbana em geral, nesse período a cidade era apenas um assentamento, no qual a maior parte da população disputava lugar nos poucos ônibus disponíveis de manhã para ir trabalhar e no final na tarde, quando voltavam para suas casas. Casas que eram feitas de madeira distribuídas entre os

diversos lotes vazios e que não dispunham de rede de esgotamento sanitário. O esgoto era canalizado para fossas ou mesmo para ruas, que, por não serem asfaltadas, estavam sempre enlameadas. Essas ruas eram também o único local de lazer das crianças ao voltar das poucas escolas que tinham na cidade, pois, como já foi dito, houve a implantação de equipamentos urbanos, mas de forma ainda precária. Os serviços públicos oferecidos se resumiam aos do Hospital do Gama, que já estava construído, da única delegacia e das poucas escolas infantis (já que os adultos se ocupavam com os empregos).

Na Fase de Implementação, o comércio era ainda incipiente. As avenidas comerciais estavam vazias, o que justifica que o grande número de pessoas que adquiriam produtos alimentares na própria cidade (95,5%, como visto no item acima), o faziam mais por falta de condições de locomoção, pois os ônibus eram escassos e poucos possuíam carro. Havia apenas um supermercado para atender a população. Da mesma forma, o setor de indústrias, que estava começando a ser ocupado. Das 42 indústrias contabilizadas, a maioria estava nesse setor, onde sobravam mais de 450 lotes vazios.

A área destinada aos edifícios no Setor Central era um descampado. Havia apenas a demarcação dos lotes, assim como o resto da área urbana, cuja vegetação havia sido retirada. A população morava nos barracos ou nas várias chácaras ao redor da área urbana, um dos únicos locais onde havia algum tipo de atividade durante o dia, pois a cidade quase ficava vazia. Nos fins de semana, a população dispunha apenas de uma igreja, que era de madeira. Essa era a atividade que chegava mais próxima de lazer, pois não havia sequer praças ou parques. Enfim, era um local de dormitório.

4.2 Socioeconomia e organização espacial do Gama na Fase de Expansão

Em contraste com sua fase inicial, na última década o Gama tem experimentado um expressivo crescimento da área urbana acompanhado de um desenvolvimento

da área econômica. A cidade incipiente, originada com alguns barracos, dá lugar para um processo de expansão. Os setores já existentes estão sendo adensados ou sofrendo uma mudança no seu uso e novas áreas estão surgindo. Os serviços e equipamentos estão sendo alvo de aprimoramentos e a população está aumentando. Isso se reflete em uma nova organização territorial, exigência do processo de estruturação urbana vigente no Distrito Federal.

4.2.1 Aspectos socioeconômicos e políticos e a organização espacial do Gama na Fase de expansão

Uma breve leitura dos dados disponibilizados no *site* da cidade e pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) revelam o perfil social e econômico nessa Fase de Expansão, que será considerada aqui do ano 2000 a 2009. Por exemplo, em 2004, a população do Gama contava com 112.019 habitantes, sendo que a maioria residia na área urbana. Percebe-se que a população era predominantemente adulta seguida por uma quantidade significativa de pessoas jovens, como pode ser observado no Quadro 5:

Quadro 5 - População Urbana Residente por Faixa Etária - Gama - 2004

Faixa Etária	População	Percentual
Até 01 ano	2.985	2,7
02 a 04 anos	4.809	4,3
05 a 06 anos	3.676	3,3
07 a 09 anos	6.329	5,7
10 a 14 anos	9.811	8,8
15 a 18 anos	8.263	7,4
19 a 24 anos	14.123	12,6
25 a 29 anos	10.421	9,3
30 a 34 anos	9.479	8,5
35 a 49 anos	22.194	19,8
50 a 59 anos	8.818	7,9
60 anos ou mais	11.111	9,9
Total	112.019	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

São 12,6% da população entre 19 e 24 anos e 19,8% entre 35 e 49 anos. Essa faixa da população predominante coincide com a faixa etária ativa na economia.

Dessa população mais de 30% reside no Gama há trinta anos ou mais, como segue no Quadro 6:

Quadro 6 - População segundo o tempo de moradia no Distrito Federal - Gama - 2004

Tempo de Moradia	População	Percentual
Menor de 1 ano	2.128	1,9
1 a 2 anos	5.776	5,2
3 a 5 anos	8.015	7,2
6 a 9 anos	11.636	10,4
10 a 19 anos	25.759	23,0
20 a 29 anos	24.654	22,0
30 anos ou mais	34.051	30,4
Total	112.019	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

Dessa população, a maioria migrou do Nordeste ou é da própria Região Administrativa, como pode ser observado no Quadro 7. Pessoas que, como já foi colocado por Da Guia (2006), vieram para o Distrito Federal em busca de emprego.

Quadro 7: Naturalidade da população do Gama

Total	Naturalidade							
	Região Norte	Região Nordeste	Região sudeste	Região Sul	Região Centro Oeste	Distrito Federal	Região Administrativa	Entorno
112.019	1.658	28.578	12244	967	5.611	20.812	40.352	1.741
Valores Relativos (%)								
100	1,5	25,5	10,9	0,9	5,0	18,6	36,0	1,6

Fonte: Seplan/Codeplan – Pesquisa por Amostra de Domicílio – PDAD – 2004.

Essa população, segundo a Codeplan, está distribuída em 33.858 domicílios urbanos, dos quais 54,32% são residências próprias, 27,78% são alugadas e 10,81% são cedidas, totalizando uma média de 3,9 pessoas por domicílio. Com relação às atividades remuneradas, o Quadro 8 mostra que, em 2004, a maioria dessa população trabalhava no comércio (23,5%) e na administração pública (18,8%).

Quadro 8 - População Urbana Residente, com 10 Anos e mais de Idade por Atividade Principal Remunerada, segundo os Setores - Gama - 2004

Setor de Atividade	População	Percentual
Agropecuária	83	0,2
Construção Civil	1.741	4,1
Indústria	802	1,9
Comércio	10.033	23,5
Administração Pública Federal	2.266	5,3
Administração Pública GDF	8.043	18,8
Transporte	1.106	2,6
Comunicação	387	0,9
Educação	1.686	3,9
Saúde	1.244	2,9
Serviços Domésticos	2.598	6,1
Serviços em Geral	5.555	13,0
Outras Atividades	7.158	16,8
Subtotal	42.702	100,0
Desempregado	12.050	-
Sem Ocupação Remunerada	39.468	-
Total Geral	94.220	-

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

Outro dado importante é com relação ao consumo de energia elétrica e de abastecimento de água. Como pode ser visto nos quadros a seguir, o consumo total de energia elétrica aumentou no período entre 2000 e 2004. No entanto, verifica-se que houve uma diminuição no consumo industrial e que o mesmo acontece com referência ao abastecimento de água, o que comprova a retração na atividade industrial no período de expansão do Distrito Federal, como sugeriu Da Guia (2006).

O Quadro 9 mostra o consumo de energia elétrica por classes no Gama no período de 1996 a 2000:

Quadro 9: Consumo de energia elétrica por classes no Gama

Ano	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (MWh)			
	Total	Residencial	Industrial	Comercial
1996	145.350	73.169	16.481	24.087
1997	131.347	64.555	16.374	23.189
1998	141.169	63.948	19.369	25.052
1999	137.787	77.081	13.996	32.278
2000	162.343	92.775	11.980	32.606

Ano	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (MWh)				
	Rural	Iluminação pública	Poder Público	Serviço Público	Consumo Próprio
1996	8.947	14.249	8.002	334	81
1997	7.752	11.441	7.568	358	110
1998	9.760	13.590	8.772	532	146
1999	10.142	13.597	9.922	620	120

Fonte: Companhia Energética de Brasília - CEB - Boletim de Mercado. 2000/2004

De modo geral, o consumo de energia aumentou no Gama entre 1996 e 2000, sendo que diminuiu apenas nas classes industrial e consumo próprio.

Quadro 10: Número de unidades de consumo atendidas pelo sistema de Abastecimento de água, por categorias

Ano	NÚMERO DE UNIDADES DE CONSUMO ATENDIDAS				
	Total	Residencial	Comercial	Industrial	Pública
2000	34.824	32.819	1.830	62	113
2001	34.946	32.958	1.822	57	109
2002	36.179	34.148	1.868	51	112
2003	37.556	35.523	1.894	50	113
2004	37.408	35.111	1.880	42	111

Fonte: Companhia de Saneamento do Distrito Federal – CAESB - 2000/2004

O Quadro 10 mostra que em 2006, esse consumo teve uma queda. De um total de 37.556 unidades atendidas em 2004, passou para 37.408, sendo que o consumo residencial diminuiu. Em 2004, todos os domicílios do Gama tinham abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e serviço de limpeza urbana, como mostra o Quadro 11:

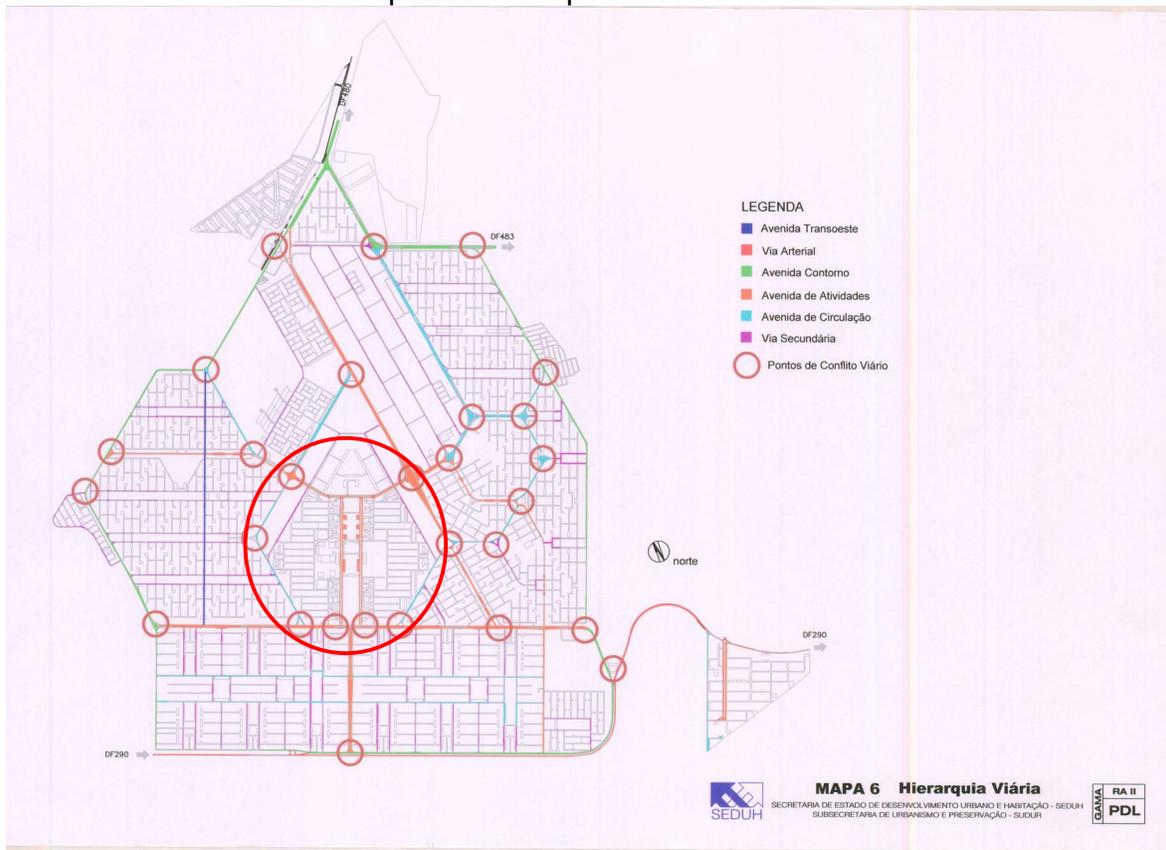
Quadro 11: Distribuição dos domicílios segundo algumas características de serviços de infra-estrutura urbana - Gama - 2004

Descrição	Percentual
Abastecimento de Água	100,0
Rede Geral	99,8
Poço/Cisterna	0,1
Esgotamento Sanitário	100,0
Rede Geral	97,8
Fossa Séptica	0,5
Fossa Rudimentar	1,7
Coleta de Lixo	100,0
Serviço de Limpeza Urbana	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD - 2004

Com relação ao transporte, percebe-se que a maioria dos moradores utilizam o transporte coletivo ou automóvel. De acordo com dados da Codeplan de 2000, 42,79% das viagens diárias da população ocorrem através de ônibus coletivo e 44,11%, por automóvel (utilitário ou táxi). Dentro da cidade, esse sistema é bastante integrado, conforme vemos no seguinte mapa a partir da hierarquia viária. Todo o transporte coletivo tem como ponto final a rodoviária da cidade, que fica no Setor Central. Desse ponto, os coletivos que saem da cidade percorrem todos os setores, enquanto que os que circulam apenas dentro da cidade percorrem todas as avenidas que vemos no Mapa 2.

Mapa 2: Hierarquia viária do Gama



Fonte: PDL - 2006

Ao considerarmos que a distância da RA Gama até a RA Brasília, que concentra a grande maioria dos empregos, podemos compreender o motivo de quase metade da população ter que se locomover por automóvel. Conforme já foi dito, são a cerca de 30 Km. Uma distância considerável, ainda mais quando lembramos que trata-se de um dos piores sistemas de transporte do Brasil. Fator que não justifica o fato de mais da metade da população do Gama não possuir veículo em 2004, como pode ser observado no Quadro 12, com a distribuição dos domicílios segundo a condição de posse de veículos:

Quadro 12: Distribuição dos domicílios, segundo a condição de posse de veículos

Condição de Posse	Tipo de Veículo – EM %						
	Auto móvel	Utilitário	Carga	Motocicleta	Bicicleta	Carroça	Outros
Não possui Veículo	50,4	97,9	99,3	93,4	66,9	99,9	100,0
Possui Veículo	49,6	2,1	0,7	6,6	33,1	0,1	-
1 Veículo	41,8	2,0	0,6	5,7	20,7	0,1	-
2 Veículos	6,5	0,1	-	0,6	8,6	-	-
3 Veículos ou mais	1,3	-	0,1	0,3	3,8	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD - 2004

Dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao Censo Demográfico de 2000, constantes no *site* da cidade, revelam que, num universo de 130.580 habitantes, 121.601 estavam na área urbana do Gama e apenas 7.836 estavam na área rural. Além disso, dessa população, a maioria possui primeiro ou segundo grau completo, como mostra o Quadro 13, e dispõem de 49 escolas públicas, 10 escolas particulares, 6 faculdades particulares e uma universidade.

Quadro 13: Grau de Instrução segundo os Níveis de Escolaridade

NÍVEIS	PERCENTUAL
Analfabeto	3,4
Sabe ler e escrever	2,6
Pré-escola	4,0
1º grau incompleto	30,2
1º grau completo	9,7
2º grau incompleto	8,4
2º grau completo	25,2
Superior incompleto	4,8
Superior completo	5,0
Menores de sete anos s/ escola	6,3

Fonte: SEPLAN / CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2004.

Com relação ao perfil econômico dessa população, dados da Codeplan (a partir da Pesquisa por Amostra de Domicílio – PNAD) mostram que a média da renda familiar mensal em 2004 era o equivalente a seis salários mínimos (1.558,00) e a renda *per capita* mensal era de 1,6 salário mínimo (404,00). Em 2000, a maior

parcela das famílias se situava com uma renda entre cinco e dez salários mínimos, como pode ser confirmado com as informações do Quadro 14:

Quadro 14: Distribuição das famílias por classe de renda

Ano	CLASSE DE RENDA (%)							
	Total	Até 1 s.m.	1 a 2 s.m	2 a 5 s.m.	5 a 10 s.m.	10 a 20 s.m.	20 a 40 s.m.	Acima de 40 s.m.
2000	100,00	5,90	13,40	29,31	31,61	14,43	4,87	0,48

Fonte: www.gama.df.gov.br (com base na Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN - Diretoria Técnica - Perfil Sócio Econômico das Famílias do Distrito Federal. 2000)

Essa pesquisa mostra ainda uma grande quantidade de população desempregada, mais de 12% do total e outra de pessoas que não exercem atividade remunerada. No entanto, a maioria dos gamenses trabalha no comércio e na administração pública do Governo do Distrito Federal¹⁴, conforme mostra o Quadro 15:

Quadro 15: População Residente, por setor de Atividade Remunerada

SETOR DE ATIVIDADE REMUNERADA								
Valores Absolutos								
Total	Agropecuária	Construção Civil	Indústria	Comércio	Adm. Pública Federal	Adm. Pública GDF	Transporte	Comunicação
94.220	83	1.741	802	10.033	2.266	8.043	1,106	387
Valores Relativos (%)								
100	0,09	1,85	0,85	11	2,41	8,54	1,17	0,41

SETOR DE ATIVIDADE REMUNERADA							
Valores absolutos							
Educação	Saúde	Serviços Domésticos	Serviços em geral	Outras atividades	Sub-Total	Desempregado	Sem ocupação remunerada
1.686	1.244	2.598	5.555	7.158	42.702	12.050	39.468
Valores Relativos (%)							
1,79	1,32	2,76	5,90	7,60	45,32	12,79	41,89

Fonte: Seplan/Codeplan – Pesquisa por Amostra de Domicílio – PDAD– 2004.

¹⁴ Excetuando os que trabalham em atividades não especificadas (Outras atividades), os que exercem ocupação não remunerada (Sem ocupação remunerada).

Em resumo, esses dados confirmam sobretudo que o Gama não é mais um simples aglomerado urbano. De modo geral, indicam que a população está aumentando, o perfil de ocupação dos domicílios está melhorando, o grau de instrução apresenta um incremento, o perfil migratório está mudando, a renda está aumentando, assim como a quantidade de bens, os setores de atividades estão passando por transição e o consumo de energia elétrica e o abastecimento de água também estão sendo genericamente acrescidos.

Os dados elencados mostram o considerável desenvolvimento que a cidade teve desde que foi implantada. São indicadores que têm embate direto com o espaço, a sociedade está mudando e o espaço urbano também. São diversos fatores interagindo nessa transformação. A cidade passa por uma horizontalização e por uma verticalização nessa Fase de Expansão. Áreas como os Setores Central e Industrial estão sendo preenchidos por edifícios cuja qualidade é exigida por um perfil de população cuja renda está aumentando. Embora a renda *per capita* familiar seja de apenas um salário mínimo mensal, a maioria da população (31,61%) tem renda de cinco a dez salários mínimos. Uma população que exige cada vez mais da cidade de modo geral, não apenas da administração pública, como dos serviços oferecidos. Enfim, esses indicadores mostram que o Gama está se transformando, nos aspectos sociais, econômicos e espaciais, sugerindo uma tendência a uma nova nucleação.

4.2.2 Ações de planejamento e de gestão

Para Versiani (2002), a morfologia do Gama é marcada pela racionalidade, com um espaço bem delineado, setores definidos e particularizados e sistema viário determinante para a organização de uma cidade cuja população é visivelmente diversa à da RA Brasília. Esse modelo racionalista está ligado ao modelo autoritário pelo qual a cidade se originou. Segundo essa autora, o planejamento territorial e urbano da cidade conta com a participação de diversos órgãos e objetiva o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Uma das ações de gestão de território no período recente que mais marcou a organização espacial do Gama foi a elaboração do plano diretor, atendendo o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal. O do Gama foi aprovado pela Lei Complementar 728 de 18 de agosto de 2006 e significou o marco na política de desenvolvimento urbano da cidade, pois, mesmo que esteja em fase de implantação, já direcionou a dinâmica urbana da cidade, com os projetos especiais, por exemplo.

Dentre outros objetivos, o PDL do Gama,

“(...) também incorpora a cidade informal à cidade formal, à medida em que passa a contemplar diretrizes e instrumentos que representam um significativo ganho sob o ponto de vista do incentivo sócio econômico e de preservação ambiental, quando estimula o desenvolvimento urbano que permite articular as políticas habitacional, e ambiental, com vistas a dar ao território um uso socialmente justo, permitindo um planejamento participativo de caráter permanente” (PDL)

Pode-se inferir que ideológico, utópico, objeto de discurso e instrumento de transformação, que caracterizam esses planos, parecem ser contraditórios no Plano Diretor Local do Gama, a contar com as audiências públicas, que são preenchidas pelos atores mais interessados e influentes, como os incorporadores imobiliários e os empresários.

Apesar do planejamento, as ações efetivadas na prática nem sempre correspondem às intenções. Ações como os Projetos Especiais parecem ser mais concretizáveis, pois se referem a obras, serviços e medidas administrativas. É o caso da implantação de mobiliários nos Setores Leste e Oeste, da retirada de quiosques pela cidade, da flexibilização de usos e do tratamento paisagístico.

No entanto, com relação ao controle do uso e ocupação do solo, o PDL do Gama é uma amostra das ilusões do planejamento urbano brasileiro. Percebe-se não um estado de ignorância com relação às suas disposições, mas um rearranjo da política para atender novas exigências. O que seria positivo, não fosse também o

atendimento a necessidades específicas de atores determinados. Não é o objetivo desse trabalho discutir se a política vem sendo ou não, e como vem sendo implantada, mas podemos ressaltar que nos debates e audiências, sempre marcam presença os setores interessados mais em lucrar do que organizar espacial e economicamente a cidade, sejam incorporadores ou outros que tenham interesse em lucrar com a ocupação do solo da cidade, como será melhor descrito no próximo item.

4.2.3 Diversidade produtiva e a organização espacial urbana no Gama

Podem haver várias distorções entre o plano e a realidade, mas o que interessa aqui é verificar quais os embates sobre a estrutura espacial urbana. Seleccionamos a valorização imobiliária para mostrar como tem ocorrido a dinâmica socioeconômica da cidade. Sabendo que o valor de um imóvel é proporcional a fatores como a sua acessibilidade, infra-estrutura, valorização da área, hierarquia viária e zoneamento, trouxemos aqui esses dados como resultados do processo de concentração porque são processos que se relacionam.

O espaço urbano do Gama, assim como o de outras RAs do DF, tem sofrido considerável atuação do mercado imobiliário. Frazão (2004) mostra que dados da Secretaria de Fazenda revelam uma vertiginosa valorização dos imóveis da cidade por setor no período de 1996 a 2002, conforme demonstra o Quadro 16:

Quadro 16: Preço do imóvel por metro nos setores do Gama – 1996 a 2002

SETOR	ANO	1996	1998	2000	2002
INDUSTRIAL		22,79	27,04	28,42	37,83
DVO ¹⁵		17,86	16,41	19,69	27,35
NORTE		152,14	152,14	160,57	196,76
SUL		141,14	141,14	148,28	180,24
LESTE		206,34	206,34	216,83	263,58
OESTE		150,35	150,35	158,10	192,38
CENTRAL		251,05	251,05	263,82	320,63

Fonte:Frazão, 2004. Elaborado com base em dados da Secretaria de Fazenda do DF

¹⁵ O DVO é um dos setores do Gama e o acrônimo significa Departamento de Viação e Obras.

A partir do preço do metro quadrado pôde-se constatar o percentual de valorização dos imóveis do Gama no mesmo período, como é percebido no Quadro 17:

Quadro 17: Percentual de valorização dos imóveis no Gama – 1996 a 2002

SETOR	Período	1996-2002	1996-1998	1998-2000	2000-2002
INDUSTRIAL		60%	84%	95%	75%
DVO		65%	-91%	83%	71%
NORTE		77%	--	94%	81%
SUL		78%	--	95%	82%
LESTE		78%	--	95%	82%
OESTE		78%	--	95%	82%
CENTRAL		78%	--	95%	82%

Fonte: Frazão, 2004. Elaborado com base em dados da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal

Os maiores efeitos dessa valorização crescente são as transformações na organização espacial, já que proporcionou a expulsão da parcela da população que não pode pagar o aluguel ou pela terra para o entorno do DF, para áreas não regularizadas como o Setor de Mansões do Gama e para os prédios construídos de forma irregular na área residencial de todos os setores da cidade, como veremos a seguir.

Com base nos dados dos Quadros 16 e 17, percebe-se que a valorização dos imóveis na RA II se deu, via de regra, de forma progressiva. O desvio foi o DVO, que, entre o período de 1996 e 1998, sofreu uma depreciação da ordem de 91%. Em relação à essa perda de valor vale ressaltar que em 1996 a área analisada destinava-se à escola de ensino médio e custava R\$110.000. Já em 1998 a mesma área passou a ser destinada a comércio e residência e seu preço caiu de maneira brusca para R\$21.000. O DVO é a área menos valorizada e mais distante do Gama (a 5Km do centro do Gama). Considerada pelos habitantes como pertencente ao entorno do DF, possui infra-estrutura deficitária, o que faz com que seus habitantes dependam das instalações do Novo Gama – GO e do Gama.

O Setor Industrial, embora tenha sido o menos valorizado no período 1996-2002, também apresentou uma considerável alta no valor comercial dos imóveis. Essa área era destinada a implantação de fábricas de pequeno a médio porte. Os mais de 500 lotes têm sido ocupados pelo comércio e pelo mercado imobiliário em especial para uso residencial e de serviços, como vemos na Foto 1:

Foto 1: Setor Industrial do Gama



Fonte: pesquisa de campo, 2008.

Pode-se dizer que a partir de 2002 o mercado imobiliário começou a participar de forma ativa da organização espacial desse setor, construindo diversos edifícios residenciais. No começo os edifícios eram de, no máximo três andares e ocupados por apartamentos de um quarto. São de cerca de seis andares e já há a presença de empresas de porte no setor da construção civil, como a Brasal Incorporadora e a MRV Engenharia.

Há também nesse setor o comércio, que tem se expandido na mesma expressividade desses edifícios, tanto que já consta no PDL 2006 como sendo área econômica consolidada. Bancos, escolas, academias, cartórios, postos de gasolina, supermercados e oficinas mecânicas. Até pouco tempo, a área mais destacada do setor era onde se localizam as lojas destinadas a peças e serviços de automóveis, uma avenida de relevante movimentação onde estão instaladas diversas oficinas e lojas de acessórios para automóveis. Hoje já não se pode fazer essa consideração, já que o setor inteiro está em pleno adensamento de atividades e de pessoas. Dentre os empreendimentos mais conhecidos, estão a filial do Obcursos, da Novo Mundo da Borracha, da Madeireira Tozetti, o Supermercado Super Maia, o Banco Regional de Brasília, a Faculdades Fortium e uma seção do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. É onde está sendo construída também a nova sede o Serviço Social do Comércio (SESC).

A valorização dos imóveis do Setor Norte deve-se, precipuamente, à tranqüilidade do local, além de há pouco ter ganho mais um centro comercial popular, mais conhecido como Feira Popular do Gama (formada pelos que trabalhavam de forma autônoma na área da rodoviária do Gama). O local já possuía inclusive outra feira ao lado dessa, chamada de Feira do Gaminha, muito popular entre os moradores do Gama. Apesar disso, o comércio e a prestação de serviços se resumem aos bens de comparação. É bem provido pelo sistema de transporte e, sobretudo, é sossegado, sem agitação, marcado pela política da boa vizinhança e apresenta baixo índice de ocorrência de crimes, fatores que atraem os compradores de casas simples que não se importam com as ruas estreitas do setor. Além disso, o setor não tem como ser expandido ou adensado, como nos outros, pois os lotes são os menores da cidade e as ruas são muito estreitas. As atividades mais evidentes são as do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros.

Os setores Sul, Oeste, Leste e Central, apresentaram a mesma alta no valor dos imóveis no período 1996-2002 e entre esses seis anos, mas os dois últimos são

os mais almejados. O Setor Sul, dependendo da localização de algumas quadras, pode-se equiparar ao Setor Central, o que justifica a idêntica valorização de 78% entre os dois. As quadras no chamado “pistão sul do Gama” são as mais destacadas e os lotes, destinados à residência, passaram a ser ocupados, em sua maioria, pelas clínicas médicas e agências de automóveis. Tanto que essa rua já é associada pela população à rua de automóveis. Dentre os empreendimentos mais conhecidos desse setor, estão as filiais dos Laboratórios Exame, Sabin e Pasteur e as filiais das Óticas Tudótica e das Drogarias Rosário e Santa Marta.

O Setor Oeste, não obstante o alto índice de violência que perturba moradores e comerciantes, teve sua valorização em função do aumento na quantidade de comércio. A avenida comercial, a título de exemplo, que há pouco estava em má situação, encontra-se em pleno vigor, com uma diversidade de lojas que atrai os habitantes. Vale ressaltar que esse comércio se resume à escala local. Já a Vila Roriz, uma área do mesmo setor, é quase desprovida de valorização, ao passo que, no que se refere à infraestrutura, possui apenas o asfalto, uma quadra de esportes e uma escola.

O Setor Leste é o segundo mais valorizado do Gama, depois do Setor Central. É uma área que dispõe de infraestrutura satisfatória, de comércio, de comunicação e de lazer. Há algumas quadras (21 a 26) que são mais valorizadas, nas quais as casas são mais bonitas e estruturadas. Nessas quadras a vizinhança é de melhor qualidade, há diversas avenidas comerciais e as quadras são as escolhidas por quem tem poder aquisitivo relevante para os padrões do Gama. Até porque, apesar de o Setor Central possuir casas tão boas quanto as do Leste, ou mesmo melhores, este setor é o marcado pela ocorrência de roubo de casas. O setor tem sido marcado também pela utilização dos lotes de residência unifamiliar para a construção de edifícios de cerca de três andares¹⁶. Dentre os principais empreendimentos, estão a Faculdade Uniplac, as fábricas da Ambev e da Rexam,

¹⁶ A quantidade máxima de domicílios prevista no Plano Diretor Local para quase toda essa área é de dois por lote. Os prédios em referência costumam ter uma média de dez apartamentos em um único lote.

a área destinada à expansão da Universidade de Brasília, o Senac e o Colégio Objetivo.

O Setor Central é o mais valorizado do Gama, pois é onde está aglomerada a diversidade de serviços e de equipamentos. Há prédios comerciais e residenciais no local, como vemos na Foto 2:

Foto 2: Setor Central do Gama – movimentação e serviços



Fonte: pesquisa de campo, 2008

É no Setor Central onde há uma maior proximidade com os outros setores e onde estão localizados quase todos os apartamentos da cidade, que foram muito valorizados (95% no período 1998-2000) em função da inauguração do *shopping* do Gama, como podemos observar na seguinte Foto 3:

Foto 3: Setor Central do Gama – edifícios residenciais e *shopping*



Fonte: pesquisa de campo, 2008

Nesse setor estão também o Hospital Regional do Gama, a Rodoviária do Gama, as agências bancárias, o Sesi, a Faculdade JK, o Sesc, as lanchonetes Giraffa's e Subway, algumas pizzarias conhecidas como a Primo Piato e Pizza César, o Supermercados Comper, as Lojas Americanas, as diversas lojas moveleiras que estão no mercado regional, a Biblioteca e a Administração da cidade e o agora famoso Estádio Bezerrão (que compõe o Complexo Esportivo), como vemos na Foto 4:

Foto 4: Estádio Bezerrão



Fonte: pesquisa de campo, 2008

Há também vários outros serviços característicos de uma aglomeração central. Além disso, percebe-se um incremento na atuação do mercado imobiliário no setor, com a construção de quatro grandes empreendimentos. Dois dos quais com doze andares, que marca o aumento do gabarito permitido para os edifícios na cidade, que até então era de seis na área central.

Outra novidade no espaço urbano do Gama é o surgimento de uma área conhecida como Setor de Mansões do Gama, que, no PDOT 2007 consta como área econômica a implantar. Um loteamento que começou com o parcelamento de chácaras do local, denominado até então de Ponte Alta Norte. A área é de proteção de manancial (Área de Proteção de Manancial Ponte de Terra), dentro da Área de Dinamização Urbana. Mesmo em situação não regularizada ainda, abriga casas melhores do que as do Setor Central e já foi iniciado o processo de

implantação de infra-estrutura no local, como a abertura de ruas. Embora ainda não possua equipamentos ou serviços, a localização é privilegiada, na entrada da cidade, onde está sendo construído o Viaduto do Gama e próximo de onde será implantado o Residencial Catetinho.

Diante do que foi exposto, podemos concordar que, mesmo que não estivesse previsto no projeto original do Gama, os seus setores possuem uma hierarquização, como foi comprovado pelo estudo sobre a valorização imobiliária na cidade (FRAZÃO, 2008).

4.3 Tópicos conclusivos

De modo geral, ao mostrar a relação entre o contexto socioeconômico, as ações de planejamento e de gestão e a expansão urbano, se torna mais clara a ligação da expansão urbana com os processos espaciais, uma vez que são esses que contribuem para a formação da estrutura espacial urbana (FRAZÃO, 2009). Essa foi a grande ligação esmiuçada nessa abordagem.

Além disso, a periodização utilizada nesse capítulo e no capítulo anterior, permitiu não apenas perceber como se deu a evolução urbana no Distrito Federal nas fases de Implementação, Consolidação e Expansão, mas entender como se comporta a dinâmica interna do Gama dentro de uma esfera maior, dentro da estrutura espacial urbana do Distrito Federal.

Os dados apresentados confirmam o processo de expansão que está ocorrendo em todo o Distrito Federal desde 1986, quando o centro consolidado (RA Brasília) delimitou áreas de aglomeração de população. Com esse crescimento urbano, foram surgindo não apenas assentamentos, como também os serviços, as atividades necessárias para essa população. Voltamos ao relacionamento que fizemos da visão de espaço de Santos (2004) com o tema desse trabalho.

Em epítome, com essa abordagem sobre a expansão urbana do Gama e da sua dinâmica socioeconômica percebemos que a cidade parece não funcionar mais como um assentamento ou um dormitório como foi proposto no plano original da cidade. O espaço urbano está crescendo, haja visto já ter trinta Regiões Administrativas na capital federal, bem como a demanda por atividades e por serviços, alimentando cada vez mais esse processo.

Em poucas palavras, a cidade que nasceu para abrigar os operários, para ser um dormitório, tem se desenvolvido, o que foi ilustrado pelo consumo de energia elétrica, pelo abastecimento de água, etc – fatores que indicam que a cidade está crescendo, que concentra cada vez mais população. Além de prover a cidade dos serviços, esse desenvolvimento tem atendido também a demanda das cidades vizinhas, como Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo II e cidades do entorno do DF, como Novo Gama, Valparaíso, Luziânia, Ocidental, etc. Cidades cujos moradores se deslocam para o Gama afim de satisfazerem as suas diversas necessidades. A articulação de fatores como a dinâmica urbana do Distrito Federal (com a forte centralização de em a marcante periferização), o sistema de transporte eficiente entre essas cidades, o crescimento demográfico e a própria dinâmica da economia de mercado parecem estar delineando esse crescimento. Ou seja, isso tudo mostra como tem ocorrido o processo de concentração no Gama. No entanto, esses dados nos mostram também que há outro aspecto relevante a ser analisado: o fortalecimento das atividades econômicas.

A leitura direta desses dados foi para fornecer um parâmetro geral sobre o Gama no período de expansão, uma vez que são insuficientes para definir a realidade de uma estrutura espacial urbana. Mostram o crescimento da população e como se iniciou a expansão do Gama. Se tomássemos como suficientes o fato de a população ter crescido mais do que a da RA Brasília, de o número de empregos ser ínfimo perto dessa RA, assim como o consumo de energia, a infraestrutura ou a renda da população, constataríamos apenas que a RA Brasília continua sendo o centro consolidado do DF. Não obstante, o objetivo não é constatar o que vários

outros estudos sobre o DF já verificaram e sim analisar em que medida o Gama tem se tornado uma nucleação e se tem especialização funcional, se ele tem ou não centralidade e se ele é ou não um nucleação emergente. Para saber se o Gama está se tornando uma nucleação ou se ele tem centralidade, resta verificar se essa concentração é acompanhada pela especialização funcional. É sobre esse aspecto que o próximo capítulo abordará.

5 O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO FUNCIONAL NO GAMA

O objetivo desse capítulo é responder à terceira questão de pesquisa, que trata de examinar o papel do Gama diante de uma possível formação de novas centralidades no Distrito Federal. Essa abordagem começará com os procedimentos de pesquisa adotados, o método de análise escolhido para o estudo dos dados. A seguir, serão apresentadas análises ilustrando: a) a preponderância do centro principal; b) a possível emergência de novas centralidades; e c) a possível emergência de novas nucleações. Depois, serão apresentadas análises ilustrando as atividades econômicas na RA Gama, do ponto de vista da dinâmica interna à própria Região Administrativa. Por último, uma síntese do capítulo com as considerações do que foi constatado com a apreciação e com a análise dos dados.

5.1 Procedimentos de pesquisa

Como no item anterior constatou-se que a participação econômica das Regiões Administrativas parece ínfima se comparada a da RA Brasília, neste item faremos uma análise mais detalhada para verificar a complexidade dessa averiguação. Na primeira parte, ao verificar a emergência de novas nucleações, utilizaremos a análise simples de tabela no tempo. Na segunda parte, para verificar as atividades econômicas no Gama e a centralidade será utilizado o Quociente de Localização. Nesta, a variável emprego será utilizada tendo visto que foi a variável mais utilizada para a identificação de subcentros nas metodologias internacionais e ainda por ter sido utilizada também para a caracterização de centralidades em estudos nacionais, como foi colocado no Capítulo 2. Além disso, a centralidade do Gama será verificada a partir da análise da sua especialização funcional. Será verificada a importância da sua especialização funcional (que será dada a partir do número de empregos nos vários subsetores de atividade econômica) e a importância dessa especialização funcional no Distrito Federal. É a partir dessa

análise que verificaremos qual a importância da atividade econômica do centro principal e do Gama.

Considerações sobre o Quociente de Localização

Segundo Isard (1960), é uma medida com imperfeições como outras também o são, no entanto, a vantagem do Quociente de Localização está no fato de ser simples e poder ser usado para analisar qualquer base que seja considerado importante para o problema ou região em questão. Pode-se ter por base a área, o valor adicionado, a produção, o número de empregos ou qualquer outra que seja pertinente para comparar a atuação de uma atividade em uma determinada região.

O Quociente de Localização é uma medida de localização que tem por objetivo avaliar o grau relativo de concentração de determinada atividade em determinado setor. Segundo Ferrão (2002, *apud* Revista de Estudos Regionais), é uma das medidas de análise regional que, embora usadas para analisar a problemática da localização industrial (dos tecidos produtivos regionais e das análises que relacionam a economia setorial à escala regional e sub-regional), tem sido muito utilizada em análises do espaço urbano. Mesmo não sendo uma medida de especialização, a estrutura do resultado obtido com o cálculo do quociente de localização (um valor para cada par região/setor de atividade) permite a análise de uma região específica e a consideração sobre o grau de especialização ou de diversificação nesse território.

De acordo com Haddad (1989, p. 232), o Quociente de Localização é uma medida de natureza setorial e se ocupa da localização das atividades entre as regiões, procurando identificar padrões de concentração ou de dispersão espacial num dado período ou entre dois ou mais períodos. Além dessa, há ainda outras medidas usadas com maior frequência na análise regional: coeficiente de localização, coeficiente de associação geográfica e o coeficiente de redistribuição.

O Quociente de Localização foi escolhido por estar sendo usado com frequência para comparar a participação de uma região em um setor particular com a participação da mesma região no total do emprego na economia nacional, o que revela inclusive, mesmo que não seja o caso do Gama, os setores com maiores possibilidades para atividades de exportação. É feito a partir de um cálculo simples, cujos resultados maiores que a unidade indicam atividades voltadas para a exportação e menores que a unidade, atividades voltadas para o mercado da própria região.

É uma medida descritiva e de escopo analítico limitado. No entanto, sua utilização se justifica por se tratar aqui de um trabalho de natureza exploratória e por não ser conclusivo. Será feita a verificação da centralidade do Gama e das outras Regiões Administrativas com relação ao Distrito Federal para verificar a possibilidade de essa cidade estar se tornando uma nucleação, mas os dados apresentados não visam a identificar quais são os subcentros existentes no Distrito Federal.

O cálculo do Quociente de Localização é feito para comparar o valor de uma atividade em uma determinada região com a importância da mesma atividade em uma região padrão. A fórmula é a seguinte:

$$QL = \frac{X_{rj} / X_r}{X_{pj} / X_p}$$

Onde:

X_{rj} é o valor da atividade da atividade j na região r;

X_r é o valor do total das atividades consideradas na região r;

X_{pj} é o valor da atividade j na região padrão p;

X_P é o valor do total das atividades consideradas na região padrão p.

Assim, será comparado o valor dos subsetores das atividades econômicas no Gama com a importância dos mesmos subsetores nas outras Regiões

Administrativas do Distrito Federal. Se o resultado for maior que 1, indica que há representatividade daquele subsetor na RA analisada com relação à região padrão (todas as outras RAs do DF); se for menor que 1, não há representatividade na RA analisada com relação ao mesmo subsetor nas outras RAs. Ou seja, o subsetor em questão, naquela RA, não possui essa representatividade; se for igual a 1, a representatividade da RA analisada é igual a da região padrão.

5.2 A evolução da atividade econômica do Distrito Federal na identificação das centralidades

Um dos indicadores que pode ser utilizado para identificar a dinâmica econômica é o consumo de energia elétrica. A energia elétrica em geral acompanha a ocupação da terra urbana e pode refletir os investimentos públicos e a infraestrutura de uma localidade. Para caracterizar a nucleação, o nível de consumo de energia elétrica pode servir de indicador de atividades econômicas.

Com base no Quadro 18, podemos perceber que o consumo de energia geral aumentou em todo o Distrito Federal no período 1996-2000, tanto na classe residencial, como na industrial e na comercial, sendo que na RA Brasília o consumo por residência e indústria diminuiu e o de comércio aumentou. Nas outras localidades do DF quase todo o consumo de energia pela classe residencial aumentou, bem como pela comercial. O mesmo não aconteceu com o industrial, que diminuiu em algumas RAs, como Brasília, Brazlândia, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. O Quadro 18 mostra o consumo de energia por classes de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal:

Quadro 18: Consumo de energia por classes e por localidade entre 1996 e 2000

LOCALIDADES	Consumo de energia elétrica (MWh)							
	Total		Residencial		Industrial		Comercial	
	1996	2000	1996	2000	1996	2000	1996	2000
Distrito Federal	2982265	3782154	1163265	1466809	249663	371428	736638	1018552
Brasília	1377060	1454134	361647	277668	36498	31844	520411	657607
Ceilândia	331599	361293	150350	167889	11279	16413	28191	41279
Taguatinga	287755	347019	147848	186747	22844	23824	68293	100816
Sobradinho	236679	387022	60463	93233	144477	252046	12941	18037
Guará	131610	184383	77549	92975	6359	14401	31612	60993
Gama	125731	145350	62835	73169	15291	16481	17798	24087
Planaltina	90900	135708	43798	65535	2599	3673	7633	11176
Samambaia	88332	112469	63842	79167	1806	1715	6675	11483
Cruzeiro	82575	126565	58959	80912	4245	5548	12230	27700
Núcleo Bandeirante	75598	71744	48395	41146	2686	1713	15704	17863
Brazlândia	40999	47210	15386	20542	898	674	7503	6080
Santa Maria	37374	57445	31300	44137	246	153	1974	4414
Recanto das Emas	20692	44425	16079	31289	161	325	856	3090
Paranoá	18314	26390	12479	17669	116	196	3233	4253
São Sebastião	15463	29009	12435	20970	228	205	1584	2984
Lago Sul	5888	122934	...	94225	...	1100	...	17497
Lago Norte	4225	59116	...	47825	...	501	...	4260
Riacho Fundo	915	28618	...	21989	...	279	...	1802
Candagolândia	556	14320	...	9722	...	337	...	3131

Fonte: Souza (2007)

Esses dados mostram que o Gama segue uma tendência geral do DF, um incremento nas atividades econômicas, em especial dos subsetores de comércio e aos de serviços, o que pode ser comprovado com a evolução de empregos por subsetores da atividade econômica, como mostra o Quadro 19:

Quadro 19: Evolução do saldo de emprego por subsetor de atividade econômica no DF – 2001 a 2009

Subsetor	2001	2003	2005	2007	2008	2009 ¹⁷	Total
Saldo total	-5043	1110	1021	-387	14938	11421	23087
Extrat. e agric.	40	-40	108	136	258	503	1005
Indústria	-58	-48	88	552	870	223	1627
Serviços	-2997	1414	669	-2274	8987	8291	14090
Const. civil	-1883	-180	131	-208	3901	2779	4540
Comércio	-153	-30	19	1809	842	-178	2309
Adm. Pública	5	-6	6	50	80	114	250

Fonte: Elaboração da autora – com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED - Ministério do Trabalho)

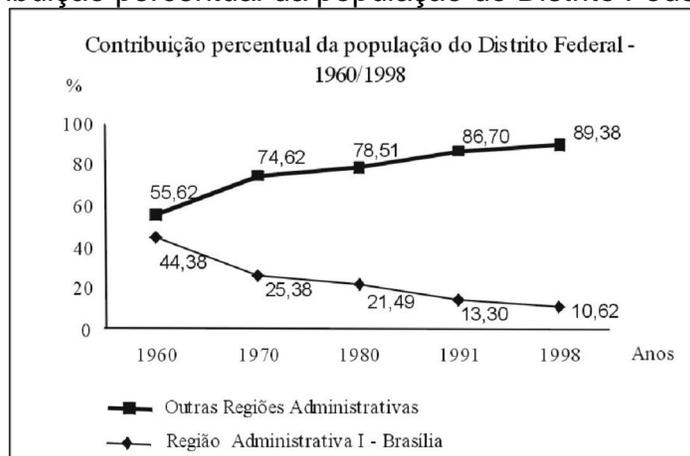
¹⁷ Dados referentes apenas ao mês de Abril de 2009.

Percebe-se uma considerável variação nos subsetores de atividade econômica no período 2008-2009, com uma variação negativa do saldo total, em especial no que se refere ao comércio. Vale ressaltar que essa variação negativa no comércio pode ter ocorrido devido ao período do ano ao qual se referem os dados. O de 2009 se refere ao mês de abril, enquanto que o de 2008 se refere ao mês de janeiro. Essa evolução relaciona o total de admitidos com o total de demitidos em cada subsetor. Houve diminuição também na indústria, nos serviços e na construção civil nesse período. O saldo total de 2001 a 2009 foi positivo em todos os setores. Houve 23.087 empregos em todo o DF, sendo que a maior parte foi no subsetor de serviços, seguido da construção civil, cujos saldos foram de 14.090 e 4.540, respectivamente.

Mesmo com uma grande variação desses subsetores entre esse período, vê-se uma grande movimentação até mesmo nos que apresentaram-se negativos. Relacionando esses dados ao aumento do consumo de energia elétrica no Gama nas três classes apontadas, vemos que esse crescimento não é exclusivo do Gama e sim um processo que se identifica no Distrito Federal por inteiro.

É evidente que à medida que o Distrito Federal cresce, a Região Administrativa de Brasília continua sendo considerada o centro hegemônico, mesmo que a sua importância relativa em relação ao todo esteja tendendo a diminuir. Nesse contexto de incremento das atividades econômicas, vale ressaltar que a contribuição da população do Distrito Federal também vem aumentando, como vemos na figura seguinte:

Figura 9: Contribuição percentual da população do Distrito Federal – 1960/1998



Fonte: Mota e Holanda (2001)

Essa figura nos mostra a evolução da contribuição da população da RA Brasília em relação às demais Regiões Administrativas do Distrito Federal. Em 1960, a população da Região Administrativa de Brasília correspondia a 44,38% da população total do Distrito Federal e as demais RAs a 55,62%. Em 1998, esse valor passou para 10,62% na RA Brasília e 89,38% nas demais RA. Enquanto a população da RA Brasília decresceu para 10,62%, o estoque de empregos nessa RA é de 76,92%. Isso nos mostra também que desde o início da construção da nova capital, a maioria dos habitantes sempre estiveram fora da RA Brasília, espalhados pelos outros núcleos, mas que o número de empregos sempre foi maior na RA Brasília, como vemos no Quadro 20:

Quadro 20: Estoque de empregos, por Região Administrativa - Distrito Federal – 1999

RAs	TOTAL	PERCENTUAL
Brasília	555369	76,92%
Guará	72473	10,04%
Taguatinga	31481	4,36%
Ceilândia	12075	1,67%
Lago Sul	11228	1,56%
Sobradinho	7431	1,03%
Cruzeiro	6441	0,89%
Gama	5773	0,80%
Núcleo Bandeirante	5377	0,74%
Samambaia	3335	0,46%
Planaltina	3040	0,42%
Santa Maria	1760	0,24%
Recanto das Emas	1669	0,23%
Lago Norte	1321	0,18%
Brazlândia	1255	0,17%
Paranoá	626	0,09%
São Sebastião	574	0,08%
Riacho Fundo	432	0,06%
Candangolândia	375	0,05%
TOTAL	722035	100,00%

FONTE: Mota e Holanda (2001) – com base em dados do Ministério do Trabalho

De acordo com Mota e Holanda (2001), do total de 733.960 empregos, 555.369 estavam localizados na RA Brasília em 1999, enquanto que dos 1.921.699 de habitantes, apenas 214.930 estava nesse centro. E desse total de emprego, apenas 5.773 estavam no Gama, perfazendo um total de 0,80% (Quadro 20). Uma leitura direta dos dados do Quadro 20 confirma que, com menos de um por cento da quantidade total de empregos do DF no Gama, seria inadequado falar em surgimento de centralidade nessa cidade. Ainda mais quando vemos que apenas o Guará tem a mesma quantidade de casas decimais que a RA Brasília, com 10,04%. O mesmo acontece com quase todos os outros dados apresentados: se compararmos o índice apresentado pela RA Brasília com o índice das demais Regiões Administrativas, entendemos que o valor apresentado da participação de cada uma delas parece insignificante do ponto de vista econômico. O único índice maior do que o da RA Brasília nas Regiões Administrativas é para a concentração de habitantes, que, como vimos, sempre foi maior fora da RA Brasília. Para verificar a melhor essa centralidade, é necessário testar esses dados, passar da

simples leitura para uma análise mais detalhada. Para isso, no próximo item será utilizado o Quociente de Localização.

5.3 A preponderância do centro principal e a possível emergência de novas centralidades e nucleações

A emergência de novas centralidades será verificada utilizando o cálculo do quociente de localização. Para esse cálculo, o ponto inicial é a organização das informações em uma matriz que relaciona a distribuição dos empregos por subsetores da economia (que se encontra no Quadro em anexo). A seguir, aplica-se a fórmula para cada subsetor por Região Administrativa e por ano. O resultado obtido não mostra que a atividade em determinada Região Administrativa é superior a de outra localidade, mas sim se essa atividade é representativa para a sua dinâmica interna. A partir da constatação das RAs no Distrito Federal com as maiores representatividades, poder-se-á deduzir se o Gama é centralidade emergente ou onde há maiores tendências a centralidades no período.

Considerando a variável emprego por subsetor de atividade econômica no Distrito Federal, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS¹⁸ - do Ministério do Trabalho e Emprego, de 2003, 2005 e 2007, têm-se os seguintes Quocientes de Localização por subsetor das atividades econômicas:

¹⁸ A RAIS é o instrumento base de coleta de informações sobre as atividades trabalhistas no país. Serve de suprimento às atividades de controle trabalhista, provém os dados para a elaboração de estatísticas de trabalho e é a base das informações do mercado de trabalho nas instituições governamentais;

Quadro 21: Quociente de Localização de empregos no Subsetor de Agricultura¹⁹ nas RAs (2003-2007)

RAs	2003	2005	2007
Brasília	0,33	0,09	0,42
Cruzeiro	0,22	0,40	0,27
Guará	1,52	1,57	1,46
Lago Norte	2,72	2,56	2,77
Paranoá	16,55	20,83	12,68
Lago Sul	0,38	0,52	0,33
São Sebastião	5,06	3,20	0,90
N.Bandeirante	1,17	1,35	0,82
Candangolândia	0,32	0,19	0,33
Riacho Fundo	0,12	1,46	3,48
Taguatinga	0,50	0,54	0,70
Ceilândia	0,40	0,50	0,51
Samambaia	3,40	8,78	1,24
Gama	7,29	5,29	2,47
Santa Maria	2,13	24,64	16,23
Rec. das Emas	5,88	1,73	1,00
Brazlândia	17,42	0,06	0,14
Sobradinho	5,40	5,30	6,33
Planaltina	34,54	25,53	20,40

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/MTE

Com base nesse quadro, percebe-se que, nos três anos analisados, houve representatividade no subsetor de agropecuária e extrativismo em diversas RAs, como em Guará, Lago Norte, Samambaia, Gama, Recanto das Emas e Sobradinho. Contudo, a Região Administrativa que mais se especializou nessas atividades foi Planaltina. Nos três anos, essa Região Administrativa teve a maior representatividade nessas atividades com relação às outras RAs. Ou seja, Planaltina é a mais especializada em agropecuária e em extrativismo do que as outras RAs nesse período. Entende-se ainda que, mesmo com valores menores, Paranoá e Santa Maria também têm considerável representatividade nessas atividades e que tem variado bastante nas outras Regiões Administrativas, o que indica uma dispersão da relevância dessas atividades em alguns pontos do DF.

¹⁹ O subsetor de Agricultura inclui atividades relacionadas a: agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal, pesca, aquíicultura e extração de minerais.

De maneira geral, a representatividade diminuiu entre 2003 e 2007, inclusive nessas RAs com a maior representatividade. Nas RAs Paranoá e Planaltina, esse valor caiu de 16,55 para 12,68 e de 34,54 para 20,40, respectivamente. Mesmo com essa diminuição, pode-se dizer que Planaltina, por ter os maiores valores em todos os anos no período 2003-2007, é uma centralidade emergente nas atividades de agropecuária e de extrativismo.

Vale ressaltar que a RA Brasília teve representatividade inferior à unidade nos três anos analisados. Isso se deve ao fato de seu espaço não ter sido planejado para essas atividades, como foi tratado do Capítulo 3. Essa constatação permite inferir que a sua caracterização de centro consolidado do DF não se deve às atividades de agropecuária e de extrativismo.

O mesmo comportamento é percebido ao analisarmos o Quociente de Localização de empregos no subsetor da indústria de transformação. Os valores da RA Brasília são inferiores a um nos três anos, mostrando a sua inferioridade nessa atividade com relação às outras RAs do Distrito Federal, como mostra o Quadro 22. Esse valor não poderia surpreender, já que a RA Brasília não foi planejada para abrigar atividades industriais e já que isso se deu de forma embrionária (também nas outras RAs) devido às limitações impostas pelo Plano Piloto da Capital, como foi visto no item sobre a Implementação e Consolidação do Distrito Federal.

Quadro 22: Quociente de Localização de empregos no Subsetor de Indústria²⁰ nas RAs (2003-2007)

RAs	2003	2005	2007
Brasília	0,78	0,54	0,51
Cruzeiro	0,62	0,94	1,35
Guará	0,63	0,66	0,65
Lago Norte	0,40	0,51	1,37
Paranoá	2,08	0,99	0,70
Lago Sul	0,57	0,40	0,43
São Sebastião	2,10	3,66	3,58
N.Bandeirante	2,30	2,25	1,39
Candangolândia	1,36	0,73	1,45
Riacho Fundo	1,42	2,24	2,02
Taguatinga	1,97	3,10	2,61
Ceilândia	1,22	1,50	2,19
Samambaia	8,20	7,74	7,37
Gama	3,44	3,03	3,22
Santa Maria	2,27	3,93	4,40
Rec. das Emas	0,21	3,15	6,26
Brazlândia	4,16	2,33	1,25
Sobradinho	2,66	2,18	2,85
Planaltina	2,83	2,18	2,24

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/MTE

Além das RAs Brasília, Lago Sul e Guará não terem tido representatividade em todos os anos desse período nas atividades da indústria de transformação, em geral, os valores obtidos com o cálculo do Quociente de Localização mostram que há uma superioridade dessas atividades no DF e que ela é dispersa pelas RAs. Em quase todas as RAs (São Sebastião, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Gama, Santa Maria, Brazlândia, Sobradinho e Planaltina), houve representatividade. Os valores do quociente de localização foram maiores que um em todos os anos. Essa estabilidade dos valores é peculiar e pode ser explicada pelo aspecto físico, por se tratar de indústria de transformação, o que exige a implantação das fábricas em local estratégico e

²⁰ O Subsetor de Indústria inclui: indústria de produtos minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, do metal elétrico e de comunicações, do material de transporte, da madeira, do mobiliário, do papel e papelão, da borracha, de couros e peles e de produtos similares, química, de produtos farmacêuticos e veterinários, de perfumaria, sabões e velas, de produtos de materiais plásticos, têxtil, do vestuário, calçados e artefatos de tecidos, de produtos alimentares, de bebidas e álcool etílico, do fumo, editorial e gráfica, indústrias diversas e serviços industriais de utilidade pública.

determinado. Não é como nos outros subsetores, que podem variar mais sem depender do espaço físico construído.

Dentre todas as RAs que tiveram representatividade nesse período nas atividades de indústria de transformação, a que teve maiores valores foi a RA Samambaia. Isso mostra que, ela foi a que mais se especializou no DF nesse período na indústria de transformação.

Quadro 23: Quociente de Localização de empregos no Subsetor de Construção Civil²¹ nas RAs (2003-2007)

RAs	2003	2005	2007
Brasília	0,92	0,48	0,50
Cruzeiro	1,49	1,26	0,68
Guará	0,91	3,93	3,20
Lago Norte	1,34	1,99	0,28
Paranoá	2,43	0,05	0,18
Lago Sul	0,20	1,76	0,85
São Sebastião	0,86	0,06	0,50
N.Bandeirante	1,65	3,04	0,62
Candangolândia	0,25	2,23	0,27
Riacho Fundo	0,94	0,33	1,28
Taguatinga	2,21	1,51	2,94
Ceilândia	0,75	0,56	0,47
Samambaia	1,31	0,34	0,62
Gama	0,93	0,62	0,58
Santa Maria	1,67	0,43	0,09
Rec. das Emas	1,73	0,70	0,47
Brazlândia	0,32	0,91	0,51
Sobradinho	1,01	0,59	0,41
Planaltina	0,05	0,14	0,14

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/TEM

No que se refere à construção civil, percebe-se que há uma maior variação nos valores. O comum foi não haver representatividade em todos os anos analisados, mas apenas em um ou dois (como ocorreu nas RAs Guará, Lago Norte, Paranoá,

²¹ O Subsetor de Construção Civil, lém de ser um setor tratado separado pelo Ministério do Trabalho (conforme constam nas tabelas em anexo), aqui será analisado separadamente também pelo grande debate existente sobre o mercado imobiliário de Brasília e sobre as limitações de expansão da cidade devido ao seu projeto de construção, como foi colocado no capítulo 2.

Lago Sul, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e Sobradinho) ou não haver representatividade em nenhum dos anos analisados (como ocorreu nas RAs Brasília, São Sebastião, Ceilândia, Gama, Brazlândia e Planaltina). Isso comprova que a atividade na construção civil não é permanente, pode variar de acordo com o momento de crescimento da cidade ou até mesmo com fatores limitantes da sua expansão, como as restrições ambientais, tombamento ou manutenção do projeto de implantação, assim como acontece na RA Brasília. A propósito, se aliarmos essa falta de representatividade na construção civil na RA Brasília com a evolução de empregos nos subsetores do DF (Quadro 18), onde consta que, de 2001 a 2009, o subsetor da construção civil é o segundo cujo número de empregos mais aumentou (total de 4.540 nesse período), veremos que essa atividade tende mesmo a crescer em RAs fora da de Brasília.

Em 2003 a maior representatividade da construção civil estava no Paranoá (2,43). No entanto, nos anos subseqüentes esse valor diminuiu para abaixo do valor de representatividade. Isso se deve ao fato de até 2003 estar sendo implantada a RA Varjão, mas que até então pertencia ao Paranoá. Depois da implantação, o número de empregos na construção civil diminuiu de forma brusca.

A única RA que teve representatividade nos três anos analisados foi Taguatinga. Contudo, foi na Região Administrativa do Guará onde houve a maior representatividade em 2003 e em 2005 (3,93 e 3,20, respectivamente). Portanto, na construção civil, nesse período, parece haver uma tendência à centralidade em Guará.

No Quadro 24, tem-se os valores do Quociente de Localização de empregos na área de comércio:

Quadro 24: Quociente de Localização de empregos no Subsetor de Comércio²²
nas RAs (2003-2007)

RAs	2003	2005	2007
Brasília	0,43	0,41	0,40
Cruzeiro	2,31	2,02	1,70
Guará	1,47	1,60	1,55
Lago Norte	1,32	2,10	1,92
Paranoá	4,05	2,90	2,79
Lago Sul	1,70	1,69	1,64
São Sebastião	3,96	3,48	3,02
N.Bandeirante	2,62	2,21	2,74
Candangolândia	3,14	3,05	3,01
Riacho Fundo	2,99	3,69	3,05
Taguatinga	3,19	2,99	2,40
Ceilândia	2,65	2,77	2,85
Samambaia	3,14	1,80	2,69
Gama	3,50	2,58	2,57
Santa Maria	4,58	2,18	2,36
Rec. das Emas	4,31	4,08	3,33
Brazlândia	2,16	3,96	3,08
Sobradinho	2,21	2,32	2,13
Planaltina	2,73	2,49	2,44

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/MTE

Com relação às atividades comerciais, vê-se que o número de empregos tem representatividade em todas as RAs, com exceção da RA Brasília, que não teve representatividade nos anos analisados. Não obstante, essa representatividade diminuiu em quase todas as RAs nesse período, o que pode ser devido à maior dispersão das atividades comerciais pelo DF. De 2003 para 2007, diminuiu em 13 das 19 RAs analisadas, sendo que cresceu apenas nas RAs Guará, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Ceilândia e Brazlândia.

Se analisarmos em todos os anos, veremos que Ceilândia foi a única RA cuja representatividade na área de comércio aumentou. Além disso, os valores são os mais estáveis: 2,65 em 2003; 2,77 em 2005 e 2,85 em 2007. Isso comprova que, ao contrário das RAs que tiveram os maiores valores em um dos anos (Santa

²² O Subsetor de Comércio compreende as áreas de comércio varejista e atacadista.

Maria em 2003, Brazlândia em 2005 e Recanto das Emas em 2007) e que variaram muito, a atividade comercial em Ceilândia é mais estável e tendeu a aumentar no período.

Quadro 25: Quociente de Localização de empregos no Subsetor Serviços²³ nas RAs (2003-2007)

RAs	2003	2005	2007
Brasília	0,81	0,86	0,88
Cruzeiro	1,88	1,70	1,73
Guará	1,74	1,61	1,56
Lago Norte	0,85	1,21	1,32
Paranoá	0,52	0,52	0,49
Lago Sul	1,55	1,53	1,69
São Sebastião	0,85	0,57	0,60
N.Bandeirante	1,52	1,40	1,40
Candangolândia	1,36	1,36	1,37
Riacho Fundo	0,97	0,85	0,95
Taguatinga	1,20	1,04	0,96
Ceilândia	1,47	1,28	1,07
Samambaia	0,60	0,93	0,59
Gama	0,87	0,72	0,71
Santa Maria	0,71	0,54	0,46
Rec. das Emas	1,10	0,82	0,69
Brazlândia	0,53	0,97	1,34
Sobradinho	1,22	1,23	1,12
Planaltina	0,83	0,81	0,81

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/MTE

Esse quadro com o Quociente de Localização de empregos no setor de serviços mostra que as RAs Brasília, Paranoá, São Sebastião, Riacho Fundo, Samambaia, Gama, Santa Maria e Planaltina não possuem representatividade alguma no setor de serviços. Além disso, de modo geral, percebe-se que a representatividade desse setor é baixa no Distrito Federal. O maior valor foi do Cruzeiro em 2003 (1,88). Essa RA, aliás, é a que teve maior representatividade nesse setor em

²³ O Subsetor de Serviços inclui atividades das instituições de créditos, seguro e de capitalização, comércio e administração de imóveis e valores mobiliários, transporte, comunicações, serviços de alojamento e alimentação, de reparação e conservação, serviços pessoais, domiciliares, de diversão, radiodifusão e televisão, serviços técnico-profissionais, serviços auxiliares das atividades econômicas, comunitários e sociais, serviços médicos, odontológicos e veterinários, ensino.

todos os anos analisados. Da mesma forma que na construção civil, se aliarmos essa falta de representatividade no setor de serviços na RA Brasília com a evolução de empregos nos subsetores do DF (Quadro 18), onde consta que, de 2001 a 2009, o subsetor da construção civil é o que possui maior aumento no número de empregos (total de 14.090 nesse período), veremos que essa atividade tende mesmo a crescer em RAs fora da RA Brasília. O que permite inferir que ela pode ser considerada uma centralidade no setor de serviços no DF.

Quadro 26: Quociente de Localização de empregos no Subsetor de Administração Pública nas RAs (2003-2007)

RAs	2003	2005	2007
Brasília	1,32	1,40	1,42
Cruzeiro	0,03	0,11	0,11
Guará	0,37	0,09	0,10
Lago Norte	1,03	0,43	0,40
Paranoá	0,17	0,61	0,74
Lago Sul	0,49	0,35	0,23
São Sebastião	0,17	0,37	0,45
N.Bandeirante	0,05	0,00	0,03
Candangolândia	0,17	0,00	0,00
Riacho Fundo	0,47	0,22	0,15
Taguatinga	0,14	0,11	0,19
Ceilândia	0,22	0,22	0,23
Samambaia	0,09	0,12	0,19
Gama	0,14	0,52	0,51
Santa Maria	0,09	0,46	0,51
Rec. das Emas	0,00	0,00	0,00
Brazlândia	0,59	0,00	0,00
Sobradinho	0,32	0,27	0,28
Planaltina	0,10	0,32	0,30

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/MTE

O quadro com o Quociente de Localização de empregos no subsetor da administração pública mostra que a única representatividade esteve na Região Administrativa de Brasília. A expressividade desse índice em todas as Regiões Administrativas é menor do que a da RA Brasília e o valor obtido não é tão alto como o obtido em outros subsetores devido a uma questão matemática. Ao dividir

um valor alto por outro valor alto, o resultado será um número relativamente pequeno. Como pode ser verificado nos Anexos 1, 2 e 3, o número de empregos total da RA Brasília, assim como o do subsetor da administração pública e de serviços, são os maiores em todos os anos analisados. Portanto, ao dividir os valores, o resultado foi menor do que em outros subsetores, mas maior que um, certificando a representatividade desses subsetores na RA Brasília. Como foi trabalhado no Capítulo 2, desde o planejamento da capital federal, a RA Brasília foi concebida centralizando essa atividade. É em função dessa atividade que até hoje, embora não haja número significativo de migrações, a RA Brasília atraia pessoas de outras regiões, como foi constatado no item sobre a Implementação e Consolidação do Distrito Federal e por Souza (2001). Verificou-se que o grande fluxo de passageiros de Goiânia para a RA Brasília se dá até hoje em função da centralidade político administrativa, em função de pessoas que vêm trabalhar na cidade.

Além dessa falta de representatividade, percebe-se ainda que as RAs Brazlândia, Candangolândia e Núcleo Bandeirante tiveram nenhuma expressividade no setor da administração pública, sendo que na Região Administrativa do Recanto das Emas essa nulidade ocorreu em todos os anos do período. Isso mostra a especialização funcional dessa atividade na RA Brasília, o que não é de se admirar, já que, como foi lembrado e esclarecido no capítulo sobre a implantação da RA Brasília (Capítulo 3), ela foi criada para ser o centro administrativo e político do país.

Considerando que esse é o setor com a maior densidade de emprego em todo o DF nos três anos analisados (374.076 do total de 794.875 empregos em 2003; 379.290 do total de 878.894 empregos em 2005 e 380.727 do total de 941.007 empregos em 2007), infere-se que a Região Administrativa de Brasília, além de centro administrativo, é a que emprega mais pessoas e essa centralidade sequer tende a diminuir, ao contrário do que aconteceu com os outros subsetores da

economia na RA Brasília, cujos valores mostraram ausência de representatividade e ainda tendiam a diminuir.

Esses valores comprovam o que foi visto no Capítulo 3, que tratou do Distrito Federal. O estatuto do Plano Piloto de Brasília estipulou para a Capital funções políticas e administrativas e coibiu a instalação de indústrias que gerassem poluição ambiental. Por esses motivos (dentre outros já tratados) o cenário confirmado com a análise do Quociente de Localização é de outras atividades dispersas pelas Regiões Administrativas, conservando o centro simbólico e histórico do Distrito Federal, como se vê no quadro 26.

O Quadro 27 mostra uma síntese dos maiores Quocientes de Localização das RAs nesse período:

Quadro 27: Regiões administrativas com maiores Quocientes de Localização de emprego em relação ao DF no período 2003-2007

Ano	Agricultura	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública
2003	Planaltina (34,54)	Samambaia (8,20)	Paranoá (2,63)	Santa Maria (4,58)	Cruzeiro (1,88)	Brasília (1,32)
2005	Planaltina (25,53)	Samambaia (7,74)	Guará (3,93)	Brazlândia (3,96)	Cruzeiro (1,70)	Brasília (1,40)
2007	Planaltina (20,40)	Samambaia (7,37)	Guará (3,20)	Recanto das Emas (3,33)	Cruzeiro (1,73)	Brasília (1,42)

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/MTE

Com o cálculo do Quociente de Localização de empregos conclui-se, enfim, que há centralidade definida em determinadas RAs, como em Planaltina (agropecuária e extrativismo), em Samambaia (indústria de transformação), em Guará (construção civil), em Cruzeiro (serviços) e na RA Brasília (administração pública). No setor do comércio, embora tenham sido identificadas três RAs com grande representatividade (Santa Maria, Brazlândia e Recanto das Emas), a centralidade foi percebida em Ceilândia, pois foi a RA com representatividade nos três anos analisados e não apenas em um só como nessas com altos valores.

Conclui-se ainda que nesse período, as nucleações previstas no PDOT 2007 - o conjunto formado por Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, o SIA (Setor de Indústrias e Abastecimento), Sobradinho e o Gama – quase não tiveram representatividade, com exceção de Samambaia e de Ceilândia, cuja centralidade foi confirmada com essa análise do número de empregos. Vale ressaltar que essas nucleações são consideradas no PDOT como áreas urbanizadas ou em processo de urbanização com baixa ou média densidade. Ou seja, referem-se à concentração de população e não de atividades. No entanto, confirmou-se a dinamização do eixo de expansão sudeste e nordeste prevista nesse documento, já que dos seis setores analisados quatro tiveram maior representatividade no eixo sudeste (Samambaia, Guará, Ceilândia e Cruzeiro) e uma no eixo nordeste (Planaltina).

Além de todos os subsetores terem representatividade em diversas Regiões Administrativas do DF, percebeu-se também que os valores diminuíram entre 2003 e 2007, exceto na construção civil e na administração pública. O que não significa que a representatividade dessas atividades diminuiu e sim que elas estão se distribuindo nas RAs, uma vez que o cálculo do quociente de localização é feito tendo como base o total dessas atividades na região padrão (DF).

No entanto, essa clareza na identificação das centralidades não se aplicou ao Gama, uma vez que essa Região Administrativa não teve representatividade maior em nenhum dos anos analisados, não apresentou especialização nos subsetores das atividades econômicas. Veremos no próximo tópico a dinâmica dessa RA.

5.4 Atividades econômicas no Gama do ponto de vista da dinâmica interna

A respeito do Gama, conforme foi notado em todos os quadros, pode-se concluir que essa Região Administrativa não tende a ser uma centralidade. Ao mesmo tempo, mostrou também que, com a concentração de pessoas, de atividades e com a sua representatividade, pode ser considerada uma nucleação. No período

analisado, a sua representatividade diminuiu em quase todos os subsetores, como vemos no Quadro 28:

Quadro 28: Evolução do Quociente de Localização de emprego do Gama por período e por Subsetores com relação ao DF

Ano	Subsetor A	Subsetor B	Subsetor C	Subsetor D	Subsetor E	Subsetor F
2003	7,29	3,44	0,93	3,50	0,87	0,14
2005	5,29	3,03	0,62	2,58	0,72	0,52
2007	2,47	3,22	0,58	2,57	0,71	0,51

Fonte: Elaboração da autora – com base dos dados da RAIS/MTE

Percebe-se ainda que a agropecuária e o extrativismo no Gama teve sua representatividade diminuída. De 7,29 em 2003 para 5,29 em 2005 e para 2,47 em 2007. Além da diminuição comum dessas atividades nas RAs nesse período, no Gama ela diminuiu devido à expansão da área urbana com a implantação do Setor de Mansões do Gama. Como foi analisado no Capítulo 4, o Setor de Mansões foi implantado na área que antes era rural, o que diminuiu a produção agrícola e o extrativismo. Não obstante essa diminuição, comprova-se que há representatividade dessa atividade no Gama, afinal 2,47 é um valor superior ao das demais regiões administrativas do Distrito Federal, que foi a região padrão para esse cálculo.

A representatividade da indústria de transformação na Região Administrativa do Gama, embora também ter sofrido uma queda, ainda é alta. Isso se deve em essência²⁴ à presença de duas grandes indústrias: a AmBev e a Rexam – de bebidas e de latas de alumínio, respectivamente. Essa diminuição, de 3,44 em 2003 para 3,03 em 2005 e para 3,22 em 2007, deve-se à mudança ocorrida no Setor de Indústrias da cidade. Conforme abordado no Capítulo 4, houve a construção de edifícios residenciais em lotes do Setor de Indústrias, que substituíram o espaço das fábricas que haviam no local.

A construção civil na Região Administrativa do Gama não tem representatividade com relação a das demais RAs e o valor do quociente de localização dessa

²⁴ Essencialmente, pois a atividade da indústria, bem como as atividades econômicas em geral, pode ter uma lógica em especial que justifica a sua dinâmica e que não foi tratada aqui por não se fazer parte do objetivo.

atividade ainda diminuiu durante o período analisado. Caiu de 0,93 em 2003 para 0,62 em 2005 e para 0,58 em 2007. Essa falta de representatividade deve ser ressaltada, uma vez que, como mostrado no Capítulo 4, ao analisar a valorização imobiliária, tem havido um incremento das atividades de construção na cidade. Mesmo com esse aumento, a construção civil ainda não é representativa nessa RA com relação às demais RAs do DF.

A Região Administrativa do Gama, embora seja uma dessas 19 RAs cuja representatividade das atividades comerciais diminuiu nesse período, teve valores altos em todos os anos. Isso mostra que as atividades comerciais na RA são representativas com relação a essas atividades nas outras RAs do DF. Não necessariamente houve algo específico na RA que proporcionasse essa mudança. Nesse caso, a RA Gama seguiu apenas a dinâmica normal do DF, onde houve uma dispersão maior do comércio pelas RAs. Como foi abordado no Capítulo 4, na fase de implantação e de consolidação do Gama, a maioria das pessoas adquiriam os produtos fora da cidade. No entanto, a tendência atual, pelos dados analisados, é o comércio ficar mais acessível à população local, é normal que haja maior dispersão das atividades comerciais pelas RAs.

No que se refere ao setor de serviços, a Região Administrativa do Gama seguiu a tendência do Distrito Federal, diminuindo a sua expressividade de empregos nesse setor. Das Regiões Administrativas citadas, deve-se ressaltar também para o fato de estar havendo uma queda em quase todas (com exceção das RAs Brazlândia e Brasília, cujos índices aumentaram de forma progressiva desde 2003). Essa falta de representatividade do setor nessa RA é explicada pela alta expressividade desse setor nas outras RAs. Conforme foi visto no Capítulo 4, ao caracterizar a expansão urbana do Gama, essa RA dispõe de uma quantidade pouco significativa de atividades, especial na área de comunicações, de diversão e de serviços de reparação e conservação. A grande maioria das atividades citadas por setor no capítulo em referência diz respeito ao comércio.

Além disso, no setor da administração pública, percebe-se a ausência de representatividade dessa atividade na Região Administrativa do Gama, o que já era previsto, já que a RA Brasília é que a centraliza. No entanto, percebe-se um aumento do valor entre 2003 e 2007, que, pelo histórico que fizemos da expansão do Gama, parece ter ocorrido devido à ampliação das atividades do Fórum e ao início das do Ministério Público.

Em suma, o cálculo do quociente de localização mostra que a Região Administrativa do Gama possui representatividade com relação ao número de empregos das demais RAs, embora tenha sido insuficiente para caracterizá-la como uma centralidade nesse período. Os resultados desse cálculo mostram ainda que, assim como na maioria das RAs do Distrito Federal, a representatividade das atividades no Gama tem diminuído, confirmando a dispersão das atividades pelo DF e não reafirmando a centralidade da RA Brasília, que só é superior com relação à administração pública.

A Região Administrativa do Gama pode não ter centralidade e pode não ser considerada pela lei como sede municipal, no entanto, a análise mostrou que é necessário ir além da sua caracterização como dependente e subordinada à RA Brasília, uma vez que há autonomia do seu espaço, na sua dinâmica interna.

5.5 Tópicos conclusivos

Desde que se iniciou o processo de expansão urbana no Distrito Federal percebeu-se também uma concentração de atividades e de pessoas em locais determinados. Surgiram novas Regiões Administrativas e novas atividades, ao mesmo tempo em que as atividades já existentes em geral incrementaram a sua atuação na economia do DF. Porém, ao contrário do que foi constatado com a abordagem teórica, do processo de centralização e do seu corolário, a descentralização, no DF até o momento não se pode falar em descentralização.

Entretanto, com os dados apresentados nesse capítulo, foi possível confirmar que a concentração e a centralização, a expansão urbana e a centralidade não estão sempre conexos, mas ao mesmo tempo nos remeteu à análise das cidades globais feitas por Sassen, na qual as atividades se concentram e se redistribuem dependendo das necessidades do capital. A concentração de pessoas ou atividades (ou o que pode ser chamado de crescimento ou expansão urbana) nas diversas RAs do Distrito Federal não esteve acompanhada da centralização, que se refere à formação de centros urbanos e à especialização das funções nessa forma, nem à centralidade, que se refere à sua representatividade com relação à estrutura espacial urbana.

Escolhemos duas variáveis que estão ligadas à caracterização dos subcentros e de centralidade que foram citadas por Kneib (2008) e que se referem à atividade econômica: uma relacionada ao uso do solo (consumo de energia elétrica) e a outra relacionada a trabalho (evolução de emprego). Com essa seleção, vimos que o consumo de energia elétrica aumentou no Gama, como já havia sido identificado no capítulo anterior. No entanto, comparando esse aumento com a utilização da energia elétrica da RA Brasília e com a utilização dessa nas outras Regiões Administrativas, esse aumento não é muito significativo. Além disso, percebemos que, apesar de o número de habitantes no Gama ter aumentado com o processo de expansão, o número de emprego não acompanhou de forma direta esse processo de crescimento nessa Região Administrativa. O Gama possui menos de 1% do total do estoque de empregos do Distrito Federal, uma quantidade insignificante perto de um crescimento que tem ocorrido com intensidade em toda a região do DF.

Além disso, constatou-se também não ser plausível considerar o Gama como uma centralidade nesse período, pois não há especialização funcional. Os dados do Ministério do Trabalho indicaram que a movimentação na área de comércio e de serviços é um fenômeno comum ao Distrito Federal todo. Em toda essa área que está se expandindo está havendo um incremento na atividade econômica como

um todo. Até as áreas que tinham um saldo negativo há vários anos começam a se positivar. Ou seja, não há ramos mais dinâmicos no Gama do que no DF e o aumento dessas atividades não significa que a cidade esteja se especializando funcionalmente. Por isso fez-se necessário uma análise melhor dos dados.

Com o cálculo e a análise do Quociente de Localização no período de 2003 a 2005, verificou-se que os subsetores da economia se dispersaram em certas Regiões Administrativas do Distrito Federal e se especializaram em outras, o que permitiu identificar as seguintes centralidades: Planaltina (agropecuária e extrativismo), Samambaia (indústria de transformação), Guará (construção civil), Ceilândia (comércio) e Cruzeiro (serviços). Além de comprovar a centralidade das atividades de administração pública na Região Administrativa de Brasília.

No que se refere à Região Administrativa do Gama, percebeu-se que não pôde ser considerada uma centralidade no período analisado. No entanto, comprovou-se a sua dinâmica interna, uma vez que há uma movimentação nos processos locais. Há também uma representatividade das atividades econômicas com relação ao número de empregos das demais RAs, como na agropecuária e extrativismo, na indústria de transformação e no comércio. Embora essa representatividade não seja significativa a ponto de caracterizá-la como uma centralidade, há tendências de crescimento.

Em tempo, os quadros com o quociente de localização de emprego, como os da RA Gama em relação ao Distrito Federal, apresentam que a grande dicotomia entre a RABrasília e as demais Regiões Administrativas (como trabalhou Paviani (*apud* PAVIANI e GOUVÊA, 2006) em seu estudo sobre desemprego no DF)²⁵, as malfadadas segregações (dentre elas a segregação residencial, como evidenciou Gonzales (*apud* PAVIANI, 1985) ao tratar da evolução urbana do DF)²⁶, os mitos

²⁵ O objetivo aqui não é analisar o que foi discutido nesse trabalho, mas mostrar que é necessário outro tipo de análise cujos resultados não girem em torno apenas da hegemonia de Brasília. Para mais detalhes dessa obra, ver Paviani (*apud*, Paviani e Gouvêa, 2006);

²⁶ Idem ao anterior;

que envolvem Brasília (elencados por Bicca (*apud* PAVIANI, 1985) ao analisar o que ele chama de realidade alienante de Brasília) ou a fragmentação (colocada por Da Guia (2006) como determinante na implantação e na consolidação de Brasília), parecem não ser mais fatores tão perversos para o desenvolvimento desse espaço urbano, inclusive para a Região Administrativa do Gama.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta um resgate das questões de pesquisa, seguido dos avanços, das limitações e das contribuições desse trabalho.

O Capítulo 2, que tinha como objetivo fazer uma abordagem teórica sobre a estruturação do espaço urbano, procurou aproximar as definições sobre o espaço e como seriam abordadas nesse trabalho, além de conceitualizar a expansão urbana e os processos espaciais. Com isso, foi possível entender que o espaço urbano faz parte de uma estrutura espacial urbana, formada por um conjunto complexo e indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Esses dois sistemas se interagem e permitem a evolução da estrutura espacial urbana, que foi o foco desse trabalho. Tomou-se como sistema de objetos o uso do solo urbano e o sistema de ações, os processos espaciais.

Nessa abordagem teórica, percebeu-se que não há homogeneidade ao se tratar de centro, de centralização, de concentração ou de centralidade, o que nos leva muitas vezes a incorrer em erros ao utilizar esses termos. No entanto, ao trazer à tona os diversos autores que tratam sobre o espaço urbano, foi possível perceber que se tratam de formas e de processos. Concentração e centralização referem-se a processos espaciais, enquanto que centro e nucleação, à forma. Nesse esquema conceitual, percebeu-se o seguinte engendramento: a expansão urbana pode ocorrer de duas maneiras: pela concentração (de pessoas e/ou de atividades) ou pela centralização (delineado pela especialização funcional em articulação hierárquica com o espaço). O processo de concentração leva à formação de centros urbanos ou de nucleações e o de centralização leva à formação de centralidades. A centralidade não é uma característica apenas do centro, mas sim dos locais onde haja especialização funcional em determinado período.

Esse esquema trouxe ainda diversas visões de centro, bem como os critérios de identificação de subcentros e de centralidades, pois ficou claro que centro e

centralidade abarcam dimensões diferentes. Uma é espacial e a outra é temporal. Com o apanhado sobre essa identificação, constatou-se que a variável emprego é utilizada tanto na identificação de subcentros quanto na de centralidades. Essa foi a variável utilizada aqui para a identificação de centralidades no Distrito Federal.

O Capítulo 3, que procurou responder à primeira questão de pesquisa, tratou da dinâmica socioeconômica e política no processo de centralização do Distrito Federal. Nesse capítulo, foi apresentada uma abordagem sobre o papel da expansão urbana no processo de centralização do Distrito Federal. Para isso, foi realizado uma contextualização socioeconômica e política do DF desde a sua implantação até a sua expansão, articulando-a à organização do espaço, em particular à formação de centralidade. O resultado do projeto da Capital Federal foi uma estrutura urbana polinucleada, com aparência dispersa e baseada em uma urbanização centro-periferia. Essa ligação entre o processo de centralização e a expansão urbana, revelou a necessidade de estudar a escala sublocal: o Gama.

O Capítulo 4 procurou abordar essa escala, respondendo à segunda questão de pesquisa, que tratou sobre a expansão urbana e a formação de centralidades no Distrito Federal, enfocando o caso do Gama. Tratou do papel do processo de expansão urbana no fortalecimento das atividades econômicas no Gama, remetendo-se à sua implantação e consolidação. Com essa abordagem e com a leitura de dados socioeconômicos, percebeu-se que a cidade que nasceu para abrigar operários tem se desenvolvido como uma verdadeira estrutura espacial urbana e não mais como uma cidade dormitório. Não obstante, o processo de concentração verificado na cidade demonstrou a necessidade que havia outro aspecto relevante a ser estudado: o fortalecimento das suas atividades econômicas, que foi detalhado no capítulo seguinte.

O Capítulo 5, que respondeu à terceira questão de pesquisa, procurou verificar se essa concentração percebida no Gama tem sido acompanhada pela especialização funcional, que o determinaria como uma centralidade. Essa

abordagem começou com o procedimento de pesquisa adotado, passando pela preponderância do centro principal e chegando às possíveis emergências de novas nucleações. Com a análise de tabelas sobre o quadro econômico do Distrito Federal e com a utilização do Quociente de Localização, que teve por base o número de empregos no período de 2003 a 2007, constatou-se que o Gama não é uma centralidade no Distrito Federal. Nesse período, o Gama não apresentou a característica necessária para isso: a especialização funcional. No entanto, foi possível verificar a formação de outras centralidades no Distrito Federal nesse período, como Planaltina (no setor de agropecuária e extrativismo), Samambaia (indústria de transformação), Guará (construção civil), Ceilândia (comércio) e Cruzeiro (serviços). Além de comprovar a centralidade das atividades de administração pública na Região Administrativa de Brasília.

Com essa análise, foi possível verificar, além da contribuição principal com a identificação das centralidades, que o modelo dicotômico percebido com a contextualização do Distrito Federal, as segregações e os mitos que envolvem a RA Brasília, abordados por autores que estudam esse espaço urbano, parecem não ser mais fatores tão perversos para o desenvolvimento desse espaço urbano, inclusive para a Região Administrativa do Gama. A Região Administrativa de Brasília é o centro administrativo e simbólico do Distrito Federal e não o centro hegemônico e segregador, como é tratado em estudos sobre a cidade. Isso se justifica com o fato de o Gama ter sido considerado como nucleação no período analisado e por apresentar grande representatividade na maioria das atividades econômicas da cidade e pela dispersão das outras atividades econômicas (exceto da administração pública) por diferentes regiões administrativas do Distrito Federal.

Essa identificação de novas nucleações e centralidades vai ao encontro de políticas que vêm sendo implantadas, como o PDOT, por exemplo, ao passo que a maioria dessas novas nucleações e centralidades encontra-se no eixo sudeste da RA Brasília, como havia sido traçado nesse plano.

Foi possível perceber ainda que, pelos critérios para que haja a formação de centralidade, pelo histórico, pela expansão e pelas características do processo de centralização do Distrito Federal, não é adequado utilizado o termo subcentro no Distrito Federal, pois isso incluiria dizer que as atividades desenvolvidas no centro estariam sendo exercidas também em outros locais da cidade, o que não foi comprovado com os dados.

A leitura direta dos indicadores socioeconômicos e espaciais apresentados, da valorização imobiliária, do uso do solo e de vários outros aspectos leva a entender que a RA Brasília está se desenvolvendo (como já foi exaustivamente apresentado em diversos estudos sobre a capital federal), pois é onde estão concentrados a grande maioria dos empregos e permitira perceber que esse crescimento é incipiente nas regiões administrativas se comparado com o do centro consolidado. Mostram que a RA Brasília continua sendo a maior centralidade, onde estão concentradas a maior quantidade de empregos.

No entanto, com a aplicação do Quociente de Localização foi possível apreender que as regiões administrativas não podem mais ser consideradas como cidades dormitórios, o que conseguimos com todos os dados apresentados foi perceber que está havendo um processo de centralização no Gama, mas não ainda de subcentralização. Ficou claro que o Distrito Federal está crescendo, se expandindo, concentrando pessoas e atividades e que essas atividades estão se dispersando pelas regiões administrativas. No entanto, essa expansão não é acompanhada pela quantidade de empregos, que continuam sendo oferecidos em sua maioria na RA Brasília, porque este é o centro político e administrativo do país. Portanto não é de se admirar que a representatividade do número de empregos no setor de serviços (como na área da administração pública) nas Regiões Administrativas não seja comparável à da RA Brasília.

Essa constatação não significa que não há assentamentos precários, sem-teto, deficiência no acesso à educação, problemas com a qualidade ambiental, baixa qualidade de vida ou quaisquer outros problemas relacionados ao espaço urbano, pois, como foi visto na abordagem teórica, o espaço reflete também todas as desigualdades e contrariedades inerentes ao processo de produção no qual está inserido. Mais do que isso, esse estudo trouxe avanços na medida em que mostra que as dicotomias entre a RA Brasília e as demais Regiões Administrativas, as segregações, as fragmentações e os mitos que envolvem a RA Brasília, se já foram, não são mais tão perversos como têm sido tratados em vários estudos que tratam desse espaço urbano.

Até hoje vários estudos e pesquisas feitos sobre o Distrito Federal se apóiam no impacto socioeconômico que teve o projeto de implantação da nova Capital Federal como se as delimitações e imposições desse projeto fossem se perpetuar de modo a traçar todo o futuro do DF, esquecendo que a realidade é mutável, é transformada por sistemas complexos de interações. A contribuição desses estudos é indubitável para o debate do espaço urbano da região, contudo esse estudo sobre a expansão e a formação de centralidades no Distrito Federal confirma a necessidade de ir além e de verificar não apenas a representatividade das Regiões Administrativas frente à RA Brasília, mas, também, a representatividade de cada uma dessas frente a sua própria estrutura espacial urbana. Do contrário, continuarão a ser vistos apenas as iniquidades provocadas pela globalização ou os impactos trazidos com o projeto de implantação de uma cidade cujo centro foi planejado, em vez de perceber que as cidades ao seu redor estão, mais do que crescendo, se especializando funcionalmente.

Vale ressaltar aqui que a estrutura escolhida para esse trabalho também contribuiu. A estruturação com uma parte teórica, uma contextual e uma analítica, permitiu comprovar que a teoria e a realidade não são substituíveis, ou seja, que a realidade não deve ser explicada apenas pela teoria. Pode-se entender como se forma a realidade a partir da teoria, mas não se pode substituí-la. Ela foi

responsável por não incorrerem no erro de tomarmos a teoria como verdade absoluta, capaz de retratar toda a realidade espacial.

Não obstante, as limitações do trabalho foram muitas, especialmente no que diz respeito ao procedimento, à variável e ao período utilizados. O próprio Quociente de Localização, embora seja relativamente simples, é uma medida eminentemente descritiva e de finalidade analítica limitada. Há outros métodos que podem analisar melhor a realidade do espaço urbano em questão, como o coeficiente de localização, o coeficiente de associação geográfica e o coeficiente de redistribuição. No entanto, ele foi adotado por identificar as especializações e as diversificações funcionais de uma região (do Gama) com relação a uma região padrão (o Distrito Federal). A variável emprego e o período também foram limitações nesse trabalho, pois há outras variáveis que podem ser testadas em um período de tempo que possa analisar diferentes momentos das centralidades.

Em poucas palavras, mesmo com as limitações, foi possível constatar que o que era tratado como um mito pode ser desmistificado se, em vez de evidenciarmos apenas as mazelas ou a dicotomia entre uma cidade que é a capital do país e as suas regiões administrativas, analisarmos a realidade do Distrito Federal como um todo mas também as dinâmicas internas das Regiões Administrativas, como um conjunto da estrutura urbana e não somente como um espaço onde as cidades gravitam em torno da RA Brasília.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÓN, Leyla Elena Lascar. **A centralidade em Goiânia**. Dissertação de Mestrado. Departamento de pós-graduação da Faculdade de arquitetura e urbanismo. Universidade de Brasília, 2004.

BICCA, Paulo Renato Silveira. Brasília: mitos e realidades. In: **Brasília: ideologia e realidade. Espaço urbano em questão**. São Paulo, Projeto, 1985.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e MOTTA, Prestes. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo, FGV, 1963.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas sócio-espaciais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto (orgs). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Ideologia, imagem ambiental e organização do espaço urbano**. In: Anais do Encontro Nacional da Anpege, 6, 2005. Fortaleza: Anpege, 2005.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.

CODEPLAN. Plano Estrutural de Organização Territorial do DF (PEOT). Brasília, Convênio SEPLAN/GDF, 1977.

_____. Anuário estatístico do Distrito Federal, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2001.

_____, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DA GUIA, George Alex. **Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades sócio-espaciais no Aglomerado Urbano de Brasília**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, 2006.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Subsecretaria de Urbanismo e Preservação. **Plano Diretor Local do Gama**. Brasília, 2006.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT**. Brasília: Seduma, 2007.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD**. Brasília: SEPLAN, 2004.

DURKHEIM, Émile. **The ruler of sociological method**. The free press: Glencoe, 1962.

FRAZÃO, Dulciene da Costa. **A terra mercadoria e a valorização fundiária: estudo de caso da cidade do Gama**. Monografia de conclusão de curso. Brasília, 2004.

_____. **A terra mercadoria e a urbanização: uma análise do planejamento e da ocupação do solo no Gama/DF**. In: Anais do Décimo Encontro Internacional Humboldt. CD-ROM. Rosário, Argentina, 2008.

_____. **Dinâmica socioeconômica, políticas públicas e configuração urbana do Distrito Federal do Brasil**. In: Anais do Décimo Segundo Encontro de geógrafos da América Latina. CD-ROM. Montevideu, Uruguai, 2009.

GONZALES, Suely Franco Netto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília: ideologia e realidade. Espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.

ISARD, Walter. **Methods of regional analysis: na introduction to regional science**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

HADDAD, Paulo Roberto (org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1989.

KNEIB, Érika Cristine. **Subcentros urbanos: contribuição conceitual e metodológica à sua definição e identificação para planejamento de transportes**. Tese de doutorado em transportes. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de empregados e desempregados – CAGED**. Disponível em:
<http://www.mte.gov.br/caged/default.asp>. Acesso em Maio de 2009.

_____. Coordenação Geral de Estatística do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – 2003, 2005 e 2007.**

MORAES, Luciana Batista. **Comércio informal e organização espacial no centro urbano de Ceilândia, Distrito Federal.** Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MOTA, Ana Maria Passos; HOLANDA, Frederico de; SOARES, Laura Regina Simões de Bello; GARCIA, Patrícia Melasso. **Brasília nasceu excêntrica?** Anais do VI Seminário de Estudo da História do Urbanismo. Natal: Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2001.

MOURA, Rosa. **Morfologias de concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização?** Revista Paranaense de desenvolvimento. Curitiba, número 107, p. 77 a 92, julho/dezembro de 2004.

PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília: a metrópole em crise – ensaios sobre a urbanização.** Brasília: Editora UnB, 1989.

_____. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. In: **Revista Espaço e Geografia.** Brasília, Vol. 10, número 1, 2007.

PAVIANI, Aldo e GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos (orgs.). **Brasília: controvérsias ambientais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.

REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS. **Conceitos e metodologias: medidas de especialização regional.** Instituto Nacional de Estatística – INE. Região de Lisboa e Vale do Tejo, 2002.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região.** Hucitec: São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** Editora Hucitec: São Paulo, 1978.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **A natureza do espaço.** Edusp: São Paulo, 2004.

SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. **Produção do espaço e evolução urbana da área central de Uberlândia/MG**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 1998.

SOUZA, Nagyla Salomão Alves de. **Contribuição ao estudo da rede urbana do centro-oeste: diferenciação funcional e fluxos de passageiros entre Brasília e Goiânia**. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília, 2001.

SOUZA, Sérgio Magno Carvalho de. **Expansão territorial, planejamento e desconcentração no Aglomerado Urbano de Brasília**. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

VERSIANI, Isabella. **Gama – DF: a trajetória de um planejamento urbano**. Dissertação de mestrado. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

www.gama.df.gov.br, consultado em abril de 2009.

www.inpe.br, consultado em abril de 2009.

www.integração.gov.br/ride, consultado em novembro de 2008.

8 ANEXOS

Anexo 1: Número de empregos por RA por subsetor - 2003

RAs	Subsetor A	Subsetor B	Subsetor C	Subsetor D	Subsetor E	Subsetor F	Total RA
Brasília	1144	15937	10264	29859	151048	342732	550984
Cruzeiro	14	231	301	2950	6396	155	10047
Guará	863	2118	1662	16981	53070	15704	90398
Lago Norte	60	52	95	591	1014	1701	3513
Paranoá	140	104	66	695	235	107	1347
Lago Sul	39	345	66	3515	8508	3739	16212
São Sebastião	35	86	19	556	317	88	1101
N.Bandeirante	60	700	273	2733	4209	211	8186
Candangolândia	2	51	5	403	465	83	1009
Riacho Fundo	1	70	25	504	434	290	1324
Taguatinga	154	3562	2174	19806	19809	3210	48715
Ceilândia	60	1097	364	8137	11988	2455	24101
Samambaia	128	1827	158	2396	1212	265	5986
Gama	396	1108	163	3853	2555	571	8646
Santa Maria	39	246	98	1699	702	129	2913
Rec. das Emas	70	15	66	1040	705	0	1896
Brazlândia	321	454	19	807	525	808	2934
Sobradinho	354	1032	213	2934	4324	1579	10436
Planaltina	1112	539	5	1782	1440	249	5127
Total DF	4992	29574	16036	101241	268956	374076	794875

Anexo 2: Número de empregos por RA por subsetor - 2005

RAs	Subsetor A	Subsetor B	Subsetor C	Subsetor D	Subsetor E	Subsetor F	Total RA
Brasília	330	13141	10694	32417	179639	358873	595094
Cruzeiro	29	473	571	3298	7256	562	12189
Guará	887	2604	13958	20525	53784	3889	95647
Lago Norte	55	77	270	1027	1553	671	3653
Paranoá	273	91	4	865	407	585	2225
Lago Sul	54	289	1147	3980	9401	2662	17533
São Sebastião	32	256	4	792	339	274	1697
N.Bandeirante	73	852	1037	2724	4489	0	9175
Candangolândia	1	27	74	365	427	0	894
Riacho Fundo	12	129	17	691	418	130	1397
Taguatinga	195	7765	3408	24355	22100	2990	60813
Ceilândia	67	1408	471	8480	10235	2168	22829
Samambaia	746	4604	182	3484	4684	732	14432
Gama	367	1469	271	4077	2964	2625	11773
Santa Maria	468	522	51	942	607	635	3225
Rec. das Emas	35	445	89	1874	987	0	3430
Brazlândia	1	274	96	1515	967	0	2853
Sobradinho	383	1102	271	3822	5270	1419	12267
Planaltina	1168	698	40	2589	2198	1075	7768
Total DF	5176	36226	32655	117822	307725	379290	878894

Anexo 3: Número de empregos por RA por subsetor - 2007

RAs	Subsetor A	Subsetor B	Subsetor C	Subsetor D	Subsetor E	Subsetor F	Total RA
Brasília	1791	12390	13264	35830	198980	356878	619133
Cruzeiro	25	714	390	3303	8556	578	13566
Guará	1016	2556	13722	22497	57225	4086	101102
Lago Norte	93	260	57	1338	2327	780	4855
Paranoá	245	76	21	1119	495	843	2799
Lago Sul	43	311	676	4394	11506	1754	18684
São Sebastião	16	359	54	1112	562	465	2568
N.Bandeirante	82	787	380	5683	7358	175	14465
Candangolândia	2	49	10	374	433	0	868
Riacho Fundo	49	161	111	891	706	122	2040
Taguatinga	373	7883	9664	26614	26990	5840	77364
Ceilândia	84	2044	480	9742	9255	2246	23851
Samambaia	96	3220	293	4306	2397	870	11182
Gama	222	1637	319	4789	3383	2667	13017
Santa Maria	379	582	13	1144	571	694	3383
Rec. das Emas	33	1170	96	2279	1203	0	4781
Brazlândia	4	199	88	1795	1984	0	4070
Sobradinho	601	1528	242	4198	5608	1565	13742
Planaltina	1343	834	58	3333	2805	1164	9537
Total DF	6497	36760	39938	134741	342344	380727	941007

Anexo 4: Quociente de localização das RAs por subsetor - 2003

RAs	Subsetor A	Subsetor B	Subsetor C	Subsetor D	Subsetor E	Subsetor F
Brasília	0,33	0,78	0,92	0,43	0,81	1,32
Cruzeiro	0,22	0,62	1,49	2,31	1,88	0,03
Guará	1,52	0,63	0,91	1,47	1,74	0,37
Lago Norte	2,72	0,40	1,34	1,32	0,85	1,03
Paranoá	16,55	2,08	2,43	4,05	0,52	0,17
Lago Sul	0,38	0,57	0,20	1,70	1,55	0,49
São Sebastião	5,06	2,10	0,86	3,96	0,85	0,17
N.Bandeirante	1,17	2,30	1,65	2,62	1,52	0,05
Candangolândia	0,32	1,36	0,25	3,14	1,36	0,17
Riacho Fundo	0,12	1,42	0,94	2,99	0,97	0,47
Taguatinga	0,50	1,97	2,21	3,19	1,20	0,14
Ceilândia	0,40	1,22	0,75	2,65	1,47	0,22
Samambaia	3,40	8,20	1,31	3,14	0,60	0,09
Gama	7,29	3,44	0,93	3,50	0,87	0,14
Santa Maria	2,13	2,27	1,67	4,58	0,71	0,09
Rec. das Emas	5,88	0,21	1,73	4,31	1,10	0,00
Brazlândia	17,42	4,16	0,32	2,16	0,53	0,59
Sobradinho	5,40	2,66	1,01	2,21	1,22	0,32
Planaltina	34,54	2,83	0,05	2,73	0,83	0,10

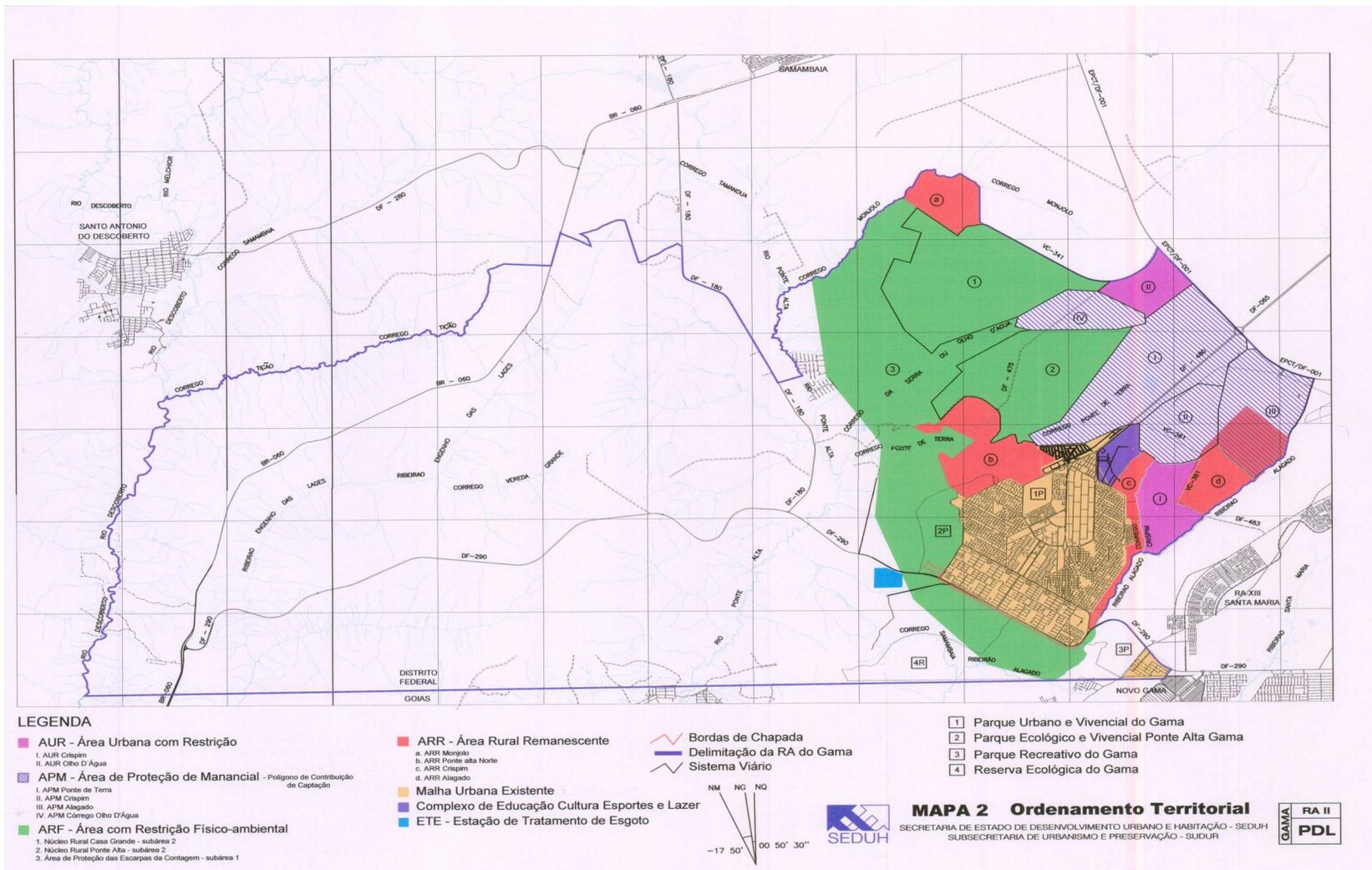
Anexo 5: Quociente de localização das RAs por subsetor – 2005

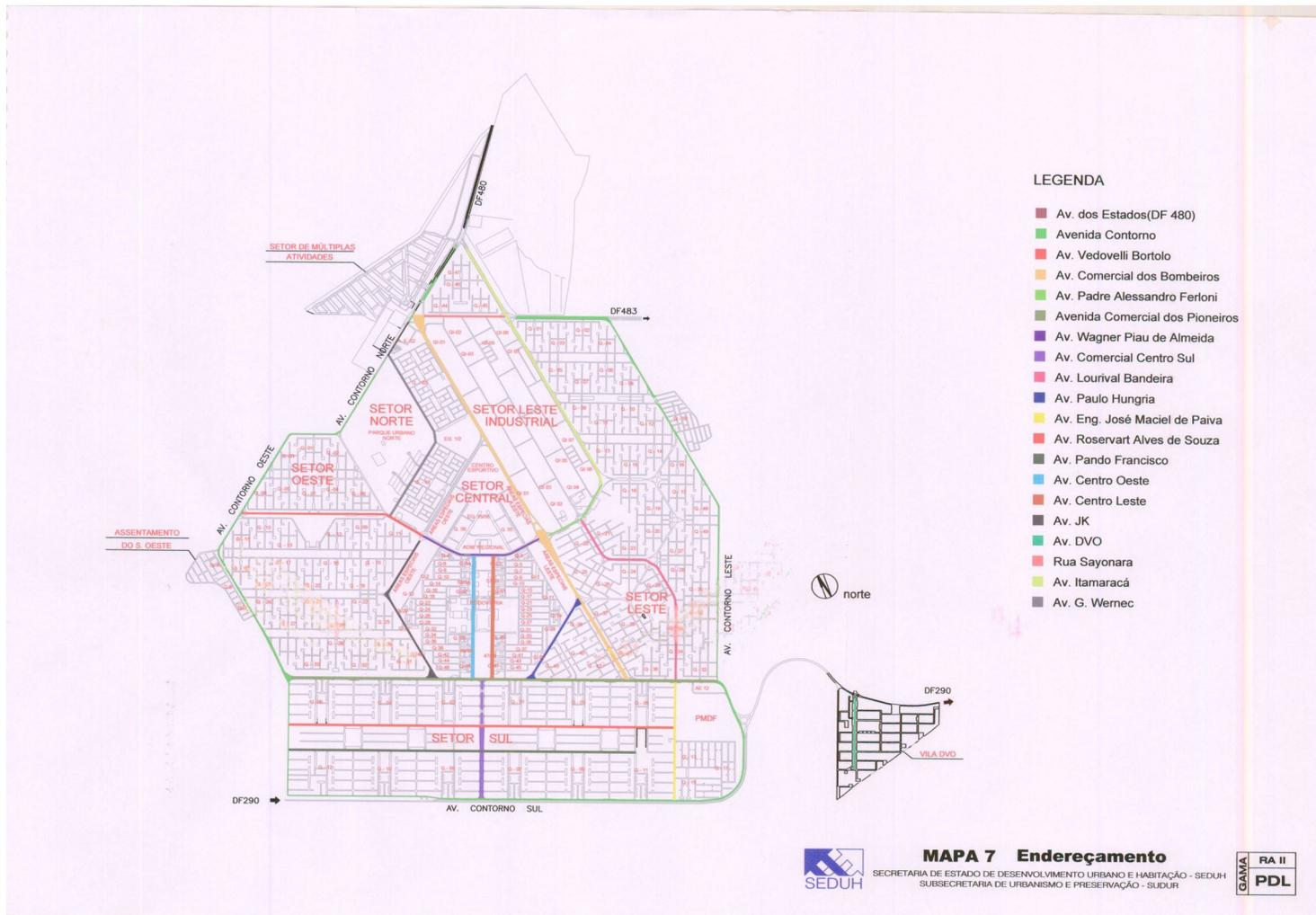
RAs	Subsetor A	Subsetor B	Subsetor C	Subsetor D	Subsetor E	Subsetor F
Brasília	0,09	0,54	0,48	0,41	0,86	1,40
Cruzeiro	0,40	0,94	1,26	2,02	1,70	0,11
Guará	1,57	0,66	3,93	1,60	1,61	0,09
Lago Norte	2,56	0,51	1,99	2,10	1,21	0,43
Paranoá	20,83	0,99	0,05	2,90	0,52	0,61
Lago Sul	0,52	0,40	1,76	1,69	1,53	0,35
São Sebastião	3,20	3,66	0,06	3,48	0,57	0,37
N.Bandeirante	1,35	2,25	3,04	2,21	1,40	0,00
Candangolândia	0,19	0,73	2,23	3,05	1,36	0,00
Riacho Fundo	1,46	2,24	0,33	3,69	0,85	0,22
Taguatinga	0,54	3,10	1,51	2,99	1,04	0,11
Ceilândia	0,50	1,50	0,56	2,77	1,28	0,22
Samambaia	8,78	7,74	0,34	1,80	0,93	0,12
Gama	5,29	3,03	0,62	2,58	0,72	0,52
Santa Maria	24,64	3,93	0,43	2,18	0,54	0,46
Rec. das Emas	1,73	3,15	0,70	4,08	0,82	0,00
Brazlândia	0,06	2,33	0,91	3,96	0,97	0,00
Sobradinho	5,30	2,18	0,59	2,32	1,23	0,27
Planaltina	25,53	2,18	0,14	2,49	0,81	0,32

Anexo 6: Quociente de localização das RAs por subsetor – 2007

RAs	Subsetor A	Subsetor B	Subsetor C	Subsetor D	Subsetor E	Subsetor F
Brasília	0,42	0,51	0,50	0,40	0,88	1,42
Cruzeiro	0,27	1,35	0,68	1,70	1,73	0,11
Guará	1,46	0,65	3,20	1,55	1,56	0,10
Lago Norte	2,77	1,37	0,28	1,92	1,32	0,40
Paranoá	12,68	0,70	0,18	2,79	0,49	0,74
Lago Sul	0,33	0,43	0,85	1,64	1,69	0,23
São Sebastião	0,90	3,58	0,50	3,02	0,60	0,45
N.Bandeirante	0,82	1,39	0,62	2,74	1,40	0,03
Candangolândia	0,33	1,45	0,27	3,01	1,37	0,00
Riacho Fundo	3,48	2,02	1,28	3,05	0,95	0,15
Taguatinga	0,70	2,61	2,94	2,40	0,96	0,19
Ceilândia	0,51	2,19	0,47	2,85	1,07	0,23
Samambaia	1,24	7,37	0,62	2,69	0,59	0,19
Gama	2,47	3,22	0,58	2,57	0,71	0,51
Santa Maria	16,23	4,40	0,09	2,36	0,46	0,51
Rec. das Emas	1,00	6,26	0,47	3,33	0,69	0,00
Brazlândia	0,14	1,25	0,51	3,08	1,34	0,00
Sobradinho	6,33	2,85	0,41	2,13	1,12	0,28
Planaltina	20,40	2,24	0,14	2,44	0,81	0,30

Anexo 7: Mapa do ordenamento territorial do Gama





Anexo 8: Mapa com os setores do Gama

Anexo 9: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2001

SETORES	JANEIRO/2001				NO ANO				EM 12 MESES			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
TOTAL	17.778	22.821	-5.043	-1,28	17.778	22.821	-5.043	-1,28	173.245	164.280	8.965	2,51
1.EXTRAT MINERAL	24	17	7	2,05	24	17	7	2,05	119	130	-11	-2,82
2.INDUST TRANSFORM	624	682	-58	-0,30	624	682	-58	-0,30	9.058	8.747	311	1,66
PROD MIN NAO MET	31	37	-6	-0,50	31	37	-6	-0,50	469	492	-23	-1,71
METALURGICA	53	33	20	1,71	53	33	20	1,71	508	484	24	1,78
MECANICA	8	4	4	0,98	8	4	4	0,98	135	102	33	8,03
MAT ELETRIC COMUN	10	7	3	1,06	10	7	3	1,06	116	95	21	8,17
MATER TRANSPORTE	9	5	4	2,05	9	5	4	2,05	64	58	6	3,43
MAD E MOBILIARIO	50	74	-24	-1,63	50	74	-24	-1,63	765	722	43	3,04
PAP,PAPELAO,EDIT	91	78	13	0,31	91	78	13	0,31	1.661	1.846	-185	-5,11
BOR, FUMO, COUROS	17	11	6	1,23	17	11	6	1,23	182	165	17	3,30
QUIM,PR FARM, VET	20	25	-5	-0,64	20	25	-5	-0,64	372	352	20	2,95
TEXTIL, VESTUARIO	24	25	-1	-0,13	24	25	-1	-0,13	354	406	-52	-6,03
CALCADOS	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	11	3	8	800,00
PROD ALIMENT,BEB	311	383	-72	-0,83	311	383	-72	-0,83	4.421	4.022	399	4,92
3.SERV IND UT PUB	1.049	66	983	17,16	1.049	66	983	17,16	1.907	656	1.251	21,39
4.CONSTRUCAO CIVIL	2.078	3.961	-1.883	-5,60	2.078	3.961	-1.883	-5,60	21.940	22.203	-263	-0,84
5.COMERCIO	4.309	4.462	-153	-0,19	4.309	4.462	-153	-0,19	46.914	44.332	2.582	3,52
COM VAREJISTA	3.787	4.063	-276	-0,38	3.787	4.063	-276	-0,38	42.219	39.693	2.526	3,96
COM ATACADISTA	522	399	123	1,38	522	399	123	1,38	4.695	4.639	56	0,58
6.SERVICOS	9.028	13.008	-3.980	-1,64	9.028	13.008	-3.980	-1,64	90.300	85.009	5.291	2,44
INST FINANCEIRAS	586	479	107	0,55	586	479	107	0,55	6.077	4.646	1.431	7,80
C ADM IMOV TEC PR	2.246	3.834	-1.588	-2,65	2.246	3.834	-1.588	-2,65	23.919	20.685	3.234	5,90
TRANSP E COMUNIC	2.316	750	1.566	5,05	2.316	750	1.566	5,05	13.738	11.823	1.915	6,30

ALOJ ALIM R MANUT	3.034	6.966	-3.932	-3,92	3.034	6.966	-3.932	-3,92	34.432	36.820	-2.388	-2,77
MEDICOS ODONTOLOG	506	393	113	0,83	506	393	113	0,83	5.090	5.019	71	0,55
ENSINO	340	586	-246	-1,34	340	586	-246	-1,34	7.044	6.016	1.028	7,05
7.ADM PUBLICA	487	482	5	0,10	487	482	5	0,10	740	691	49	0,80
8.AGRIC,SILVICULT	173	140	33	0,87	173	140	33	0,87	2.151	2.440	-289	-6,99
9.OUTROS	6	3	3	5,45	6	3	3	5,45	116	72	44	133,33

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65

Anexo 10: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2003

SETORES	JANEIRO/2003				NO ANO				EM 12 MESES			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
TOTAL	13.791	12.681	1.110	0,26	13.791	12.681	1.110	0,26	166.678	148.363	18.315	4,64
1.EXTRAT MINERAL	7	6	1	0,24	7	6	1	0,24	94	69	25	6,02
2.INDUST TRANSFORM	575	623	-48	-0,25	575	623	-48	-0,25	7.653	7.193	460	2,47
PROD MIN NAO MET	28	25	3	0,24	28	25	3	0,24	402	316	86	7,57
METALURGICA	45	40	5	0,34	45	40	5	0,34	493	442	51	4,41
MECANICA	26	9	17	3,80	26	9	17	3,80	155	115	40	10,75
MAT ELETRIC COMUN	6	6	0	0,00	6	6	0	0,00	105	99	6	2,06
MATER TRANSPORTE	11	18	-7	-1,67	11	18	-7	-1,67	109	95	14	4,86
MAD E MOBILIARIO	37	23	14	1,11	37	23	14	1,11	416	444	-28	-2,20
PAP,PAPEL,EDIT	74	85	-11	-0,32	74	85	-11	-0,32	947	1.224	-277	-7,50
BOR, FUMO, COUROS	16	14	2	0,36	16	14	2	0,36	201	206	-5	-0,87
QUIM,PR FARM, VET	27	26	1	0,11	27	26	1	0,11	382	354	28	3,71
TEXTIL, VESTUARIO	26	29	-3	-0,39	26	29	-3	-0,39	321	326	-5	-0,69
CALCADOS	1	1	0	0,00	1	1	0	0,00	14	6	8	21,62
PROD ALIMENT,BEB	278	347	-69	-0,80	278	347	-69	-0,80	4.108	3.566	542	6,49
3.SERV IND UT PUB	93	74	19	0,19	93	74	19	0,19	1.284	1.736	-452	-5,27
4.CONSTRUCAO CIVIL	1.366	1.546	-180	-0,61	1.366	1.546	-180	-0,61	17.985	18.556	-571	-1,78
5.COMERCIO	3.975	4.005	-30	-0,03	3.975	4.005	-30	-0,03	49.237	44.090	5.147	6,46
COM VAREJISTA	3.471	3.622	-151	-0,19	3.471	3.622	-151	-0,19	43.926	39.611	4.315	6,07
COM ATACADISTA	504	383	121	1,21	504	383	121	1,21	5.311	4.479	832	9,75
6.SERVICOS	7.592	6.197	1.395	0,54	7.592	6.197	1.395	0,54	87.832	74.088	13.744	5,63
INST FINANCEIRAS	178	172	6	0,03	178	172	6	0,03	2.792	2.040	752	3,59
C ADM IMOV TEC PR	3.376	2.091	1.285	1,67	3.376	2.091	1.285	1,67	30.213	23.486	6.727	10,42
TRANSP E COMUNIC	704	576	128	0,45	704	576	128	0,45	8.265	7.582	683	2,24

ALOJ ALIM R MANUT	2.724	2.414	310	0,33	2.724	2.414	310	0,33	32.351	29.159	3.192	3,44
MEDICOS ODONTOLOG	308	299	9	0,06	308	299	9	0,06	5.203	4.401	802	5,84
ENSINO	302	645	-343	-1,46	302	645	-343	-1,46	9.008	7.420	1.588	7,33
7.ADM PUBLICA	9	15	-6	-0,12	9	15	-6	-0,12	171	202	-31	-0,46
8.AGRIC,SILVICULT	174	215	-41	-0,86	174	215	-41	-0,86	2.422	2.428	-6	-0,15
9.OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	1	-1	-3,33

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65

Anexo 11: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2005

SETORES	JANEIRO/2005				NO ANO				EM 12 MESES			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
TOTAL	14.491	13.470	1.021	0,22	14.491	13.470	1.021	0,22	180.763	155.145	25.618	5,86
1.EXTRAT MINERAL	12	13	-1	-0,28	12	13	-1	-0,28	124	89	35	13,11
2.INDUST TRANSFORM	674	586	88	0,41	674	586	88	0,41	8.883	7.298	1.585	8,01
PROD MIN NAO MET	56	37	19	1,41	56	37	19	1,41	489	436	53	4,29
METALURGICA	52	41	11	0,72	52	41	11	0,72	638	481	157	10,78
MECANICA	22	20	2	0,28	22	20	2	0,28	252	158	94	19,38
MAT ELETRIC COMUN	8	2	6	3,23	8	2	6	3,23	72	63	9	4,57
MATER TRANSPORTE	13	5	8	2,86	13	5	8	2,86	81	58	23	8,16
MAD E MOBILIARIO	58	29	29	2,37	58	29	29	2,37	417	435	-18	-1,43
PAP,PAPELAO,EDIT	78	80	-2	-0,06	78	80	-2	-0,06	930	864	66	1,96
BOR, FUMO, COUROS	19	14	5	1,01	19	14	5	1,01	123	112	11	2,26
QUIM,PR FARM, VET	51	24	27	2,73	51	24	27	2,73	343	294	49	5,38
TEXTIL, VESTUARIO	30	22	8	0,88	30	22	8	0,88	305	288	17	2,33
CALCADOS	0	9	-9	-10,47	0	9	-9	-10,47	42	32	10	19,61
PROD ALIMENT,BEB	287	303	-16	-0,16	287	303	-16	-0,16	5.191	4.077	1.114	11,96
3.SERV IND UT PUB	131	136	-5	-0,05	131	136	-5	-0,05	1.682	1.986	-304	-3,08
4.CONSTRUCAO CIVIL	1.328	1.197	131	0,47	1.328	1.197	131	0,47	19.057	15.428	3.629	12,64
5.COMERCIO	4.571	4.552	19	0,02	4.571	4.552	19	0,02	53.642	47.728	5.914	5,89
COM VAREJISTA	4.003	4.122	-119	-0,12	4.003	4.122	-119	-0,12	47.522	42.231	5.291	5,99
COM ATACADISTA	568	430	138	1,03	568	430	138	1,03	6.120	5.497	623	5,17
6.SERVICOS	7.390	6.716	674	0,24	7.390	6.716	674	0,24	93.568	79.151	14.417	5,38
INST FINANCEIRAS	282	172	110	0,46	282	172	110	0,46	3.457	2.512	945	4,13
C ADM IMOV TEC PR	2.636	2.621	15	0,02	2.636	2.621	15	0,02	33.768	28.356	5.412	6,60
TRANSP E COMUNIC	656	682	-26	-0,08	656	682	-26	-0,08	9.144	7.465	1.679	5,34

ALOJ ALIM R MANUT	2.874	2.408	466	0,47	2.874	2.408	466	0,47	31.956	29.298	2.658	2,84
MEDICOS ODONTOLOG	540	341	199	1,16	540	341	199	1,16	7.330	4.973	2.357	14,32
ENSINO	402	492	-90	-0,41	402	492	-90	-0,41	7.913	6.547	1.366	6,32
7.ADM PUBLICA	56	50	6	0,10	56	50	6	0,10	892	415	477	9,04
8.AGRIC,SILVICULT	329	220	109	2,51	329	220	109	2,51	2.915	3.050	-135	-2,80
9.OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	0,00

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65

Anexo 12: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2007

SETORES	ABRIL/2007				NO ANO				EM 12 MESES			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
TOTAL	17.079	13.232	3.847	0,74	69.591	69.978	-387	-0,07	202.432	197.735	4.697	0,93
1.EXTRAT MINERAL	8	8	0	0,00	33	36	-3	-0,68	135	109	26	6,77
2.INDUST TRANSFORM	894	658	236	0,87	3.345	2.793	552	2,07	9.137	8.415	722	2,97
PROD MIN NAO MET	57	25	32	2,02	181	134	47	2,99	447	436	11	0,73
METALURGICA	34	41	-7	-0,36	234	213	21	1,11	719	580	139	7,64
MECANICA	17	13	4	0,61	74	48	26	4,07	281	211	70	9,47
MAT ELETRIC COMUN	14	5	9	3,37	69	25	44	18,97	168	102	66	20,12
MATER TRANSPORTE	9	2	7	4,61	31	10	21	15,22	67	47	20	8,66
MAD E MOBILIARIO	25	11	14	1,09	150	135	15	1,17	454	457	-3	-0,23
PAP,PAPELAO,EDIT	99	101	-2	-0,05	403	358	45	1,14	1.151	1.009	142	3,83
BOR, FUMO, COUROS	12	21	-9	-1,38	78	78	0	0,00	212	216	-4	-0,67
QUIM,PR FARM, VET	50	54	-4	-0,29	249	163	86	6,59	501	418	83	8,14
TEXTIL, VESTUARIO	41	31	10	1,18	111	111	0	0,00	333	324	9	1,15
CALCADOS	0	0	0	0,00	2	3	-1	-2,13	8	19	-11	-14,29
PROD ALIMENT,BEB	536	354	182	1,29	1.763	1.515	248	1,76	4.796	4.596	200	1,64
3.SERV IND UT PUB	146	29	117	1,54	744	215	529	7,34	2.097	2.148	-51	-0,54
4.CONSTRUCAO CIVIL	1.620	1.311	309	0,82	6.112	6.320	-208	-0,55	22.162	21.170	992	2,88
5.COMERCIO	5.247	4.517	730	0,60	20.757	18.948	1.809	1,51	60.398	54.553	5.845	5,17
COM VAREJISTA	4.497	3.789	708	0,68	17.777	16.372	1.405	1,36	52.869	47.890	4.979	5,04
COM ATACADISTA	750	728	22	0,13	2.980	2.576	404	2,50	7.529	6.663	866	6,06
6.SERVICOS	8.867	6.319	2.548	0,81	37.146	40.401	-3.255	-1,02	105.148	108.122	-2.974	-0,94
INST FINANCEIRAS	203	176	27	0,11	837	605	232	0,94	2.479	1.751	728	3,09
C ADM IMOV TEC PR	2.704	2.207	497	0,70	11.552	10.310	1.242	1,78	37.087	34.039	3.048	4,21
TRANSP E COMUNIC	795	450	345	1,11	2.579	2.225	354	1,14	7.614	8.567	-953	-3,01

ALOJ ALIM R MANUT	3.931	2.609	1.322	0,92	15.762	22.604	-6.842	-4,53	43.163	49.687	-6.524	-4,56
MEDICOS ODONTOLOG	609	506	103	0,49	2.508	2.048	460	2,24	6.956	7.320	-364	-1,64
ENSINO	625	371	254	1,07	3.908	2.609	1.299	5,75	7.849	6.758	1.091	4,75
7.ADM PUBLICA	66	152	-86	-1,24	393	343	50	0,74	1.047	739	308	5,40
8.AGRIC,SILVICULT	231	238	-7	-0,13	1.061	922	139	2,60	2.308	2.479	-171	-3,92
9.OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65

Anexo 13: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF - 2008

SETORES	ABRIL/2008				NO ANO				EM 12 MESES			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
TOTAL	22.059	17.030	5.029	0,94	86.930	71.992	14.938	2,87	234.278	202.589	31.689	6,04
1.EXTRAT MINERAL	10	25	-15	-3,25	43	58	-15	-3,25	108	156	-48	-11,01
2.INDUST TRANSFORM	1.275	948	327	1,05	4.565	3.695	870	2,84	11.837	10.069	1.768	6,49
PROD MIN NAO MET	76	26	50	3,24	234	121	113	7,62	650	511	139	8,58
METALURGICA	84	32	52	2,94	281	191	90	5,22	833	653	180	9,36
MECANICA	37	25	12	1,29	116	85	31	3,41	282	228	54	8,11
MAT ELETRIC COMUN	33	11	22	5,90	86	38	48	13,91	191	127	64	23,19
MATER TRANSPORTE	11	1	10	5,56	18	15	3	1,60	85	53	32	20,13
MAD E MOBILIARIO	79	39	40	2,20	274	175	99	5,63	683	544	139	10,71
PAP,PAPELAO,EDIT	118	146	-28	-0,65	557	552	5	0,12	1.237	1.285	-48	-1,20
BOR, FUMO, COUROS	156	21	135	16,98	231	80	151	19,58	420	264	156	24,07
QUIM,PR FARM, VET	74	59	15	0,84	319	217	102	6,04	818	635	183	13,15
TEXTIL, VESTUARIO	45	31	14	1,10	198	137	61	5,02	444	372	72	8,36
CALCADOS	0	2	-2	-3,39	26	9	17	42,50	54	25	29	63,04
PROD ALIMENT,BEB	562	555	7	0,04	2.225	2.075	150	0,93	6.140	5.372	768	5,35
3.SERV IND UT PUB	159	26	133	1,85	452	374	78	1,07	1.430	1.091	339	4,38
4.CONSTRUCAO CIVIL	2.651	1.716	935	2,21	11.074	7.173	3.901	9,99	28.590	21.536	7.054	18,53
5.COMERCIO	5.754	5.093	661	0,53	22.291	21.449	842	0,68	66.519	60.544	5.975	4,91
COM VAREJISTA	4.814	4.190	624	0,58	19.243	18.537	706	0,66	57.889	51.741	6.148	5,85
COM ATACADISTA	940	903	37	0,23	3.048	2.912	136	0,84	8.630	8.803	-173	-1,04
6.SERVICOS	11.885	8.955	2.930	0,92	47.141	38.232	8.909	2,87	121.343	105.135	16.208	5,12
INST FINANCEIRAS	271	201	70	0,26	1.120	854	266	0,99	2.735	2.502	233	0,93
C ADM IMOV TEC PR	4.103	3.326	777	0,92	15.727	13.571	2.156	2,60	40.541	34.832	5.709	8,02
TRANSP E COMUNIC	1.013	551	462	1,49	3.832	2.829	1.003	3,29	9.993	7.616	2.377	7,58

ALOJ ALIM R MANUT	4.846	3.782	1.064	0,84	18.871	15.273	3.598	2,92	51.319	45.075	6.244	4,33
MEDICOS ODONTOLOG	746	606	140	0,70	2.706	2.448	258	1,30	7.728	7.027	701	3,33
ENSINO	906	489	417	1,47	4.885	3.257	1.628	6,01	9.027	8.083	944	3,95
7.ADM PUBLICA	48	47	1	0,02	234	154	80	1,75	1.375	1.159	216	3,16
8.AGRIC,SILVICULT	277	220	57	0,93	1.130	857	273	4,65	3.076	2.899	177	3,21
9.OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65

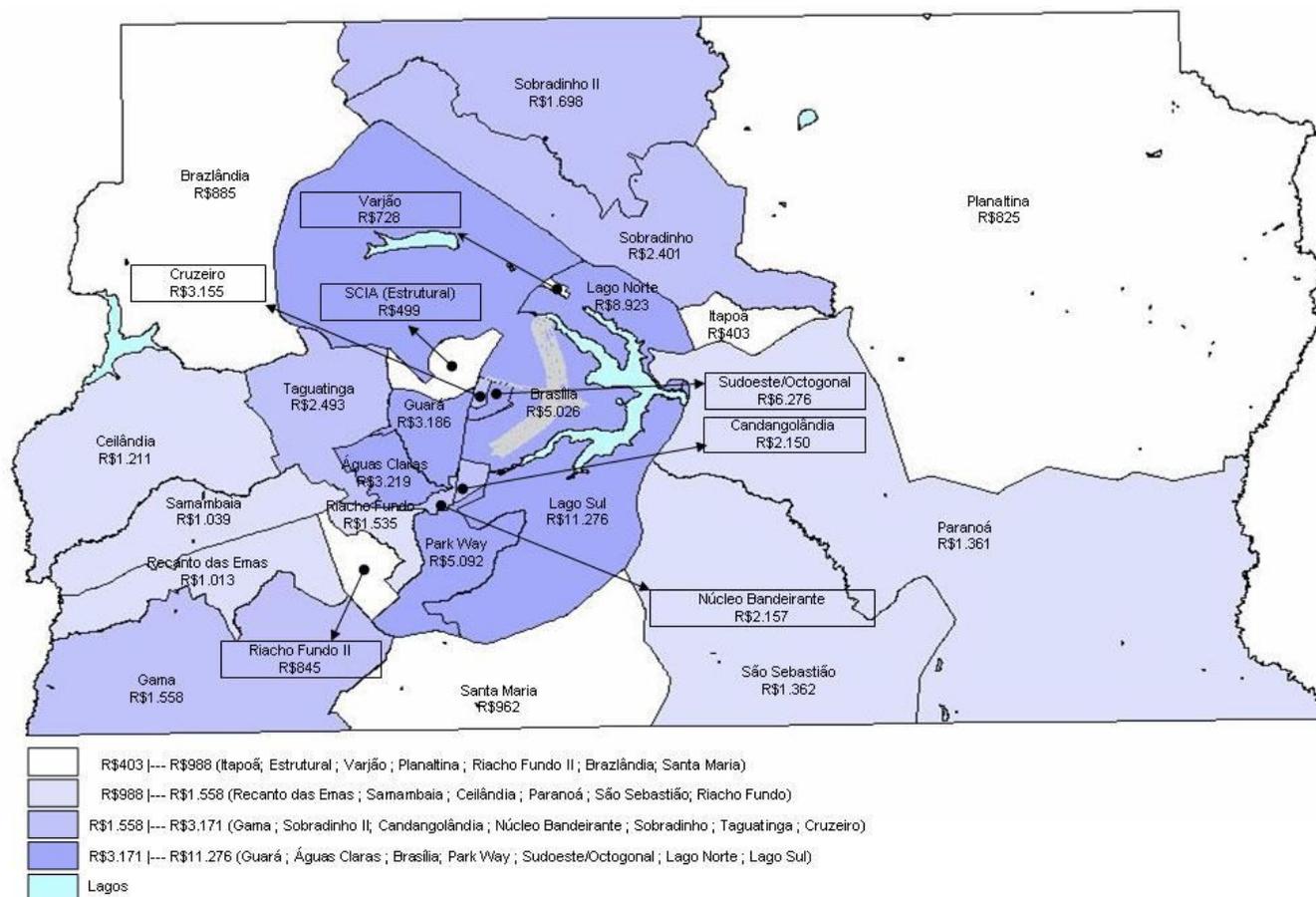
Anexo 14: Evolução do emprego por subsetor de atividade econômica no DF – abril de 2009

SETORES	ABRIL/2009				NO ANO				EM 12 MESES			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
TOTAL	23.117	18.137	4.980	0,82	93.253	81.762	11.491	1,92	262.913	240.115	22.798	4,23
1.EXTRAT MINERAL	20	17	3	0,77	63	47	16	4,23	177	193	-16	-3,58
2.INDUST TRANSFORM	1.041	875	166	0,49	4.484	4.261	223	0,67	14.956	13.126	1.830	5,79
PROD MIN NAO MET	47	64	-17	-0,90	273	242	31	1,68	851	646	205	12,84
METALURGICA	62	47	15	0,66	306	227	79	3,58	869	780	89	4,88
MECANICA	23	20	3	0,36	87	86	1	0,12	400	322	78	8,27
MAT ELETRIC COMUN	34	13	21	4,59	82	75	7	1,51	316	234	82	20,76
MATER TRANSPORTE	3	4	-1	-0,53	12	18	-6	-3,08	50	53	-3	-1,58
MAD E MOBILIARIO	65	42	23	1,15	285	253	32	1,61	881	786	95	5,10
PAP,PAPEL,EDIT	85	115	-30	-0,66	448	425	23	0,51	1.371	1.336	35	0,81
BOR, FUMO, COUROS	34	68	-34	-1,96	215	338	-123	-6,75	1.429	707	722	77,63
QUIM,PR FARM, VET	55	81	-26	-1,02	265	291	-26	-1,02	782	958	-176	-9,82
TEXTIL, VESTUARIO	50	25	25	1,92	163	160	3	0,23	536	531	5	0,39
CALCADOS	3	1	2	3,51	8	14	-6	-9,23	28	39	-11	-19,30
PROD ALIMENT,BEB	580	395	185	1,18	2.340	2.132	208	1,33	7.443	6.734	709	4,32
3.SERV IND UT PUB	40	69	-29	-0,40	200	441	-241	-3,20	693	960	-267	-3,64
4.CONSTRUCAO CIVIL	2.643	2.000	643	1,38	11.533	8.754	2.779	6,30	30.448	28.548	1.900	4,38
5.COMERCIO	5.913	4.870	1.043	0,78	22.598	22.776	-178	-0,13	68.917	66.992	1.925	1,55
COM VAREJISTA	5.196	4.188	1.008	0,87	19.661	19.871	-210	-0,18	59.747	58.377	1.370	1,27
COM ATACADISTA	717	682	35	0,20	2.937	2.905	32	0,18	9.170	8.615	555	3,37
6.SERVICOS	13.147	10.020	3.127	0,84	52.727	44.436	8.291	2,25	143.635	126.645	16.990	5,30
INST FINANCEIRAS	150	155	-5	-0,02	608	655	-47	-0,16	2.482	2.141	341	1,26
C ADM IMOV TEC PR	4.660	3.564	1.096	1,16	17.276	17.256	20	0,02	50.774	47.404	3.370	3,94
TRANSP E COMUNIC	872	1.070	-198	-0,49	3.943	3.546	397	1,01	11.720	9.686	2.034	6,45

ALOJ ALIM R MANUT	5.189	3.580	1.609	1,05	21.965	16.260	5.705	3,84	58.171	49.338	8.833	6,94
MEDICOS ODONTOLOG	1.364	1.087	277	1,17	3.665	3.175	490	2,09	9.367	8.194	1.173	5,82
ENSINO	912	564	348	1,05	5.270	3.544	1.726	5,43	11.121	9.882	1.239	4,31
7.ADM PUBLICA	57	47	10	0,22	291	177	114	2,51	717	552	165	3,55
8.AGRIC,SILVICULT	256	239	17	0,27	1.357	870	487	8,35	3.370	3.099	271	4,38
9.OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65

Anexo 15: Renda Domiciliar Mensal por Região Administrativa – 2004



Fonte: GDF, PDAD - 2004

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)